



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**EUCICLEIA DIAS DA COSTA**

**REMANEJAMENTO URBANO E POLÍTICA HABITACIONAL:  
Mudanças no cotidiano das famílias da comunidade Riacho Doce**

**Belém  
2017**

**EUCICLEIA DIAS DA COSTA**

**REMANEJAMENTO URBANO E POLÍTICA HABITACIONAL:  
Mudanças no cotidiano das famílias da comunidade Riacho Doce**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/ICSA/UFPA), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Maria Gayoso da Costa.

**Belém  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFPA  
Biblioteca Armando Corrêa Pinto

---

- C837 Costa, Eucicleia Dias da  
Remanejamento urbano e política habitacional: mudanças no cotidiano das famílias da comunidade Riacho Doce / Eucicleia Dias da Costa. - 2017.  
163 f. : 30 cm.
- Orientadora: Solange Maria Gayoso da Costa.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2017.
1. Política habitacional – Belém (PA). 2. Habitação popular – Belém (PA). 3. Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. 4. Urbanização – Belém (PA). I. Costa, Solange Maria Gayoso da, orient. II. Título.

CDD 23. ed. 363.5098115

---

**EUCICLEIA DIAS DA COSTA**

**REMANEJAMENTO URBANO E POLÍTICA HABITACIONAL:  
Mudanças no cotidiano das famílias da comunidade Riacho Doce**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/ICSA/UFPA), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Maria Gayoso da Costa.

Local e data da defesa: Belém, Pará, 29 de agosto de 2017.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Maria Gayoso da Costa  
Orientadora, PPGSS/UFPA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Valente Santana  
Membro interno, PPGSS/UFPA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lilia Iêda Chaves Cavalcante  
Membro externo, PPGTPC/UFPA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Kláudia de Almeida Perdigão  
Membro externo, PPGAU/UFPA

Ao meu querido avô Francisco,  
que me fez descobrir como posso ser  
forte diante de perdas irreparáveis, como  
foi a sua.

## AGRADECIMENTOS

Nesse processo de aprendizagem que muito me estimulou estar ao lado de pessoas que me facilitaram o conhecimento, por vezes além de uma relação profissional, encontrei atitudes enérgicas, porém compreensivas nos momentos necessários. A potencialização do que estava adormecido e o sagaz conhecimento que ainda estava por vir, e veio. Tudo isso devo agradecer a todos os envolvidos, que apesar de uma forma breve, os citarei: O PPGSS, aos colegas da turma mestrado/2015, ao grupo de pesquisa CasaPAAP, aos moradores da comunidade Riacho Doce, à minha família e aos amigos.

Agradeço ao PPGSS na pessoa da professora Solange Maria Gayoso, a qual me orientou desde o início da vida acadêmica, bem como no compartilhamento dos seus conhecimentos no cotidiano das “salas”. Me sinto grata também aos docentes Joana Valente, Reinaldo Pontes e Marcel Hazeu, os quais estimo enquanto profissionais.

Meus caros colegas Aricarla, Leide, Debora, Jean Patrice, Ricardo, Aida, Severino, Heloisa, Domingos e Lana, agradeço imensamente pelas trocas de conhecimento, pelos erros/acertos, pelas gargalhadas/choros, enfim todos os momentos vividos com vocês. Foi um prazer conviver com todos.

Sou grata ao grupo de pesquisa CasaPAAP em nome da professora Klaudia Perdigão, professora Lilia Cavalcante e **todos** os bolsistas e hoje **profissionais**. A pesquisa muito me facilitou a materialização desta dissertação.

Muito estimo todos os moradores da comunidade Riacho Doce, principalmente aqueles que eu entrevistei, tudo o que foi dissertado neste trabalho representa uma parte do drama que eles vivem atualmente, nessa vida de incerteza que os atormentam com o passar dos anos.

Nesses anos percebi que conquistar o título de mestra não é um anseio apenas meu, mas coletivo, da minha família. Agradeço imensamente aos meus pais Maria Darte e Raimundo Sidronio; às minhas irmãs Maria Eucione e Maria Conceição; e os meus irmãos Melque e Mayco; ao meu sobrinho Milton; às minhas tias Socorro Sena, Lidia Sena e ao meu amigo Jadson Pereira. Todos sem medidas me apoiaram de alguma forma para continuar firme.

Agradeço aos amigos aqui representados por Jhonatan Nunes, Carol Paixão e o Welez Santana que me refrigeraram a alma. Todos conforme suas particularidades contribuíram para que hoje materializasse uma parte do meu conhecimento através da dissertação e na conclusão do curso de Mestrado em Serviço Social.

## RESUMO

As intervenções urbanas são medidas adotadas pelo Estado para dotar a cidade de infraestrutura visando melhorias à população, medida essa adotada pela política habitacional que na maioria dos casos requer ações de remanejamento de famílias de baixa renda que moram em áreas de assentamentos precários, como são os casos das baixadas de Belém-PA. Desse modo propõe-se investigar os efeitos do remanejamento no cotidiano das famílias pelo projeto Riacho Doce-PAC. Trata-se de uma pesquisa com abordagem do método materialismo histórico dialético, cuja estratégia de pesquisa foi o estudo de caso como o processo de triangulação dos dados, de modo que utilizou a aplicação de três formulários: O Formulário de Adaptação Habitacional, o Inventário de Rotina Familiar (IRF), o socioeconômico; com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esta pesquisa tem caráter quantitativo e qualitativo de caráter exploratório, em que se tem como as principais técnicas: A observação, a pesquisa de campo e as entrevistas estruturadas e não estruturadas. Foram entrevistados 8 moradores que foram remanejados no ano de 2014 e que atualmente estão recebendo o auxílio moradia pelo projeto Riacho Doce-PAC. Os dados coletados foram sistematizados através do programa Microsoft Word, Excel, e também se utilizou o software QSR/NVivo. Constatou-se que durante esses 02 anos de transição do remanejamento (2014-2016), ocasionou-se mudança no cotidiano a partir da perda de trabalho, moradia, desarticulação de comunidade, o aumento de morbidade e a marginalização dessas famílias em meio ao processo de plena insegurança que estão vivendo. Recomenda-se nesse processo de transição, para que se minimize os efeitos negativos, que é imprescindível que ocorra de fato a materialização dos seus direitos na garantia de melhoria de habitabilidade com a efetivação dos direitos previstos nas normas operacionais pelo Estado e pelas instituições privadas envolvidas, através da compensação dos afetados por meio de recursos que possam ser compatíveis com o processo. É importante também ressaltar a participação de todos os envolvidos no processo, afinal é uma estratégia que certamente contribuirá com o sucesso do projeto. Logo o estudo está contribuindo com a produção do conhecimento científico na discussão sobre remanejamento urbano e os efeitos no cotidiano familiar como o empobrecimento, uma vez que não se tem um campo sólido de pesquisas referente à relação entre o remanejamento e o cotidiano, através da investigação na rotina familiar aqui no Brasil.

**Palavras-chave:** Remanejamento. Empobrecimento. Projetos de intervenção urbana. Cotidiano.

## ABSTRACT

Urban interventions are measures adopted by the State to provide the city with infrastructure aimed at improving the population, a measure adopted by the housing policy that in most cases requires actions to relocate low-income families living in areas of precarious settlements such as the cases of Belém-PA. In this way, it is proposed to investigate the effects of relocation on the daily life of the families by the Riacho Doce project-PAC. It is a research with approach of dialectical historical materialism method, with research strategy the case study as the process of triangulation of the data, so that used the application of three forms: The Housing Adaptation Form, the Family Routine Inventory (IRF), the socioeconomic; with the signing of the Term of Free and Informed Consent. This research has a quantitative and qualitative character of exploratory character in which one has as the main techniques: Observation, field research and structured and unstructured interviews. We interviewed 8 residents who were relocated in 2014 and are currently receiving housing assistance through the Riacho Doce-PAC project. The data collected were systematized through the Microsoft Word program, excel, also the QSR/NVivo software was used. It was verified that during these two years of transition (2014-2016) caused a change in daily life from the loss of work, housing, community disarticulation, increased morbidity and marginalization of these families in the midst of the process of full insecurity. It is recommended in this transition process to minimize the negative effects that it is essential that the materialization of their rights in the guarantee of habitability improvement with the enforcement of the rights provided for in the operational norms by the State and by the private institutions involved, through compensation resources that may be compatible with the process. It is also important to highlight the participation of all those involved in the process, after all it is a strategy that will certainly contribute to the success of the project. Therefore, the study is contributing with the production of scientific knowledge in the discussion about urban relocation and the effects on family everyday life such as impoverishment, since there is no solid field of research concerning the relationship between relocation and daily life through research in family routine here in Brazil.

**Keywords:** Relocation. Impoverishment. Urban intervention projects. Daily.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Local de moradia com aparente precariedade habitacional e ausência de saneamento básico.....	38
<b>Figura 2:</b> Crianças brincando de futebol em uma área aterrada por caroço de açaí.....	45
<b>Figura 3:</b> Comunidade Riacho Doce e traçado do Igarapé Tucunduba em Belém-PA, 2001.....	82
<b>Figura 4:</b> Esquema sobre todas as intervenções ocorridas na Bacia do Tucunduba-Belém/PA desde o ano de 1993.....	83
<b>Figura 5:</b> Projeção da intervenção proposta em 2001.....	86
<b>Figura 6:</b> Projeção da intervenção com alterações de projeto no ano de 2008.....	87
<b>Figura 7:</b> Entrada principal da quadra 20 localizada na comunidade Riacho Doce.....	101
<b>Figura 8:</b> Casa sendo construída em área de desocupação pelo projeto PAC Riacho Doce.....	103
<b>Figura 9:</b> Representação do deslocamento da moradora F1 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.....	104
<b>Figura 10:</b> Representação do deslocamento do morador F2 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.....	104
<b>Figura 11:</b> Representação do deslocamento do morador F3 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.....	105
<b>Figura 12:</b> Representação do deslocamento da moradora F4 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.....	105
<b>Figura 13:</b> Representação do deslocamento da moradora F5 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.....	106
<b>Figura 14:</b> Representação do deslocamento da moradora F6 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.....	106
<b>Figura 15:</b> Representação do deslocamento da moradora F7 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.....	107
<b>Figura 16:</b> Representação do deslocamento da moradora F8 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.....	107
<b>Figura 17:</b> Moradia com aparente precariedade ocupada pela família F6.....	119
<b>Figura 18:</b> Nuvem com as principais palavras que se repetiram nas entrevistas com os moradores que estão recebendo auxílio moradia pelo projeto Riacho Doce-PAC.....	130

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> As 14 bacias hidrográficas que compõem o espaço urbano de Belém.....	44
<b>Mapa 2:</b> Localização das quadras 19 e 20 na comunidade Riacho Doce, Belém-PA.....	100

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Fonte de recursos que financiam os Programas Habitacionais sobre a gestão do MCidades.....	62
<b>Quadro 2:</b> Projetos de urbanização de assentamentos precários nos bairros de Belém-PA que estão em andamento.....	65
<b>Quadro 3:</b> Fases do Projeto de Macrodrenagem do Igarapé Tucunduba.....	84
<b>Quadro 4:</b> Projeto de Urbanização PAC Riacho Doce e Pantanal.....	89
<b>Quadro 5:</b> Projeto Urbanização Riacho Doce e Pantanal, tempo de execução contrato COHAB – 2008 a 2014.....	89
<b>Quadro 6:</b> Previsão do quantitativo de famílias a serem remanejadas, 2011.....	90
<b>Quadro 7:</b> O quantitativo por etapas do projeto Riacho Doce de famílias recebendo auxílio moradia pelo projeto PAC Riacho Doce em 2017.....	90
<b>Quadro 8:</b> Identificação das quadras e ruas que caracterizam a comunidade Riacho Doce.....	101
<b>Quadro 9:</b> Distribuição do quantitativo de famílias que aderiram ao Plano de Remanejamento – 2014.....	102
<b>Quadro 10:</b> O tempo em percentual do aumento e diminuição das subcategorias referentes às atividades antes e depois do remanejamento (2014-2016).....	117
<b>Quadro 11:</b> O tempo em percentual do aumento e diminuição das subcategorias referentes à companhia antes e depois do remanejamento (2014-2016).....	120
<b>Quadro 12:</b> O tempo em percentual do aumento e diminuição das subcategorias referentes ao local antes e depois do remanejamento (2014-2016).....	121

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Atividade referente ao dia da semana.....	112
<b>Gráfico 2:</b> Atividade referente ao final de semana.....	113
<b>Gráfico 3:</b> Local mais frequentado pelos moradores durante a semana .....	114
<b>Gráfico 4:</b> Local mais frequentado pelos moradores no final de semana.....	115
<b>Gráfico 5:</b> Companhia do dia da semana.....	115
<b>Gráfico 6:</b> Companhia do final de semana.....	116
<b>Gráfico 7:</b> Representação do quantitativo de móveis da casa anterior (2014) e da casa atual (2016) .....	123

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Taxa de urbanização das grandes regiões do Brasil nos anos 1940, 1970 e 2010.....	31
<b>Tabela 2:</b> Previsão da taxa demográfica dos estados da Amazônia Legal até 2022.....	36
<b>Tabela 3:</b> A relação entre a população residente e o número de domicílios das cidades de Belém-PA e de Manaus-AM nos anos de 1970, 1991 e 2010.....	37

## LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CasaPAAP	Projeto de Pesquisa – O PAC Urbanização de Assentamentos Precários em Cidades Amazônica: Proposta metodológica para avaliação de produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá
CF	Constituição Federal
COHAB- PA	Companhia de Habitação do Pará
COOESUFPA	Cooperativa dos Servidores da Universidade Federal do Pará
COTS	Caderno de Orientação Técnico Social
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRF	Inventário de Rotina Familiar
MCidades	Ministério das Cidades
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARU	Programa de Extensão de Apoio à Reforma Urbana
PDA	Planos de Desenvolvimento da Amazônia
PDL/RDP	Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal
PHB	Política Habitacional Brasileira
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PND	Programas de Desenvolvimento Nacional
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PRB	Programa de Recuperação das Baixadas
SEHAB	Secretaria de Habitação do Pará
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TTS	Trabalho Técnico Social

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA</b> .....	18
2.1 As técnicas, instrumentos e materiais da pesquisa.....	24
2.2 Os resultados parciais do levantamento em 2014 (antes do remanejamento) na comunidade Riacho Doce.....	27
2.3 A coleta e o tratamento dos dados da pesquisa.....	28
<b>3 ELEMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS SOBRE A URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA CIDADE DE BELÉM</b> .....	31
<b>4 INTERVENÇÕES URBANAS E DESLOCAMENTO INVOLUNTÁRIO NO MUNICÍPIO DE BELÉM</b> .....	48
4.1 Remanejamento, Deslocamento Involuntário, Remoções: Reflexão teórica da discussão das categorias.....	48
4.2 Programas e projetos de urbanização e remoções de populações de Belém: Casos recentes.....	55
4.3 As intervenções nas baixadas de Belém.....	70
4.3.1 <i>Projeto Macrodrenagem da Bacia do Una</i> .....	71
4.3.2 <i>Projeto Vila da Barca</i> .....	75
4.3.3 <i>Projeto Portal da Amazônia</i> .....	78
4.3.4 <i>A Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba</i> .....	81
4.4 Síntese dos capítulos.....	91
<b>5 REMANEJAMENTO E MUDANÇAS NO COTIDIANO FAMILIAR: O CASO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE RIACHO DOCE</b> .....	95
5.1 O histórico do processo de remanejamento na comunidade Riacho Doce.....	100
5.2 O estudo de caso das famílias da comunidade Riacho Doce.....	103
5.3 A percepção de mudanças do cotidiano pelos moradores que estão recebendo auxílio moradia.....	109
<b>6 REMANEJAMENTO E MUDANÇAS NO COTIDIANO FAMILIAR</b> .....	112
6.1 Apresentação dos efeitos no cotidiano das famílias remanejadas pelo projeto PAC Riacho Doce em Belém do Pará.....	112
6.2 Os efeitos na renda familiar dos moradores remanejados.....	117
6.3 As formas de apropriação e uso da habitação pelas famílias.....	124
6.4 A discussão dos dados apresentados na pesquisa.....	125
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....	131
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	138
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO</b> .....	147
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	151
<b>ANEXO A – FORMULÁRIO DE ADAPTAÇÃO HABITACIONAL</b> .....	153
<b>ANEXO B – INVENTÁRIO DE ROTINA FAMILIAR</b> .....	158
<b>ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	160
<b>ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b> .....	161

## 1 INTRODUÇÃO

Os elementos teóricos e históricos sobre a urbanização da região amazônica e o processo de ocupação da cidade de Belém que se realizou a partir da década de 1950, nos fazem inferir que esse processo ocorreu de forma particular, em que a ocupação da região foi motivada pela política governamental com a implantação dos grandes projetos desenvolvimentistas, dessa forma criando condições de ocupação através da construção de rodovias e incentivos fiscais para empresas, principalmente aquelas que visavam a exploração dos recursos naturais da região, esses elementos vieram contribuir significativamente para a urbanização da região.

Temos em voga, a partir da década de 1960, um processo de urbanização não somente na Amazônia, como também em todo o Brasil, que ocorreu de forma heterogênea. Partindo da abordagem simplista da história, esses elementos apontam alguns fatores que serviram para atrair imigrantes para uma região em que já se tinha as expressões da questão social<sup>1</sup>.

Para Lefebvre (2001), a urbanização deve compreender o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico, no entanto ambos divergem na medida em que se concentra o capital, dessa forma gerando a expressão da questão social, entre elas a segregação socioespacial nas capitais brasileiras, como é o caso da cidade de Belém.

A degradação no modo de vida das pessoas está impressa na moradia, evidência observada a olho nu, no espaço da cidade de Belém, a partir da ocupação das baixadas, a qual detém quase 50% desta, sendo banhadas por 14 bacias em que alagam permanentemente ou temporariamente essas áreas de baixadas, dessa forma causando várias problemáticas como enchentes, perdas de móveis, aumento da morbidade, deterioração da casa e outros.

Diante das problemáticas apontadas, ainda assim tem-se a ocupação dessas áreas por famílias empobrecidas que vivem à margem do desenvolvimento econômico, como é o caso de famílias moradoras em áreas de baixadas. Para melhor se adequar nesses espaços, elas adotaram medidas de aterramento, utilizando matéria orgânica como caroços de açaí, fruta essa que além de servir para sua subsistência familiar alimento/comércio, tem a função de aterramento em áreas alagadas.

---

<sup>1</sup> De acordo com Iamamoto (2012), as mais importantes expressões da questão social na América Latina são o retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além da queda dos níveis educacionais dos jovens.



O aterramento de áreas alagadas também faz parte dos interesses do poder público, haja vista que essa modalidade vem sendo adotada desde o ensecamento do Igarapé do Piri, em que foi a primeira intervenção realizada na cidade de Belém. O discurso do progresso e do desenvolvimento ainda vem sendo uma estratégia do capital para ocupar/desocupar áreas que são dotadas de potencial para acumulação do capital.

Conforme o Instituto Igarapé (2015), entre os anos de 2009 a 2016 previu-se o deslocamento de 1,6 milhões de brasileiros de suas casas, entre os fatores desse deslocamento forçado tem-se o atendimento aos interesses do Estado para realização de obras de infraestrutura em áreas urbanas e rurais.

Entende-se como obra de infraestrutura, obras de grande porte com iniciativa do poder público como a construção de estradas, linhas de metrô, barragens, saneamento integrado e urbanização. No caso específico da cidade de Belém temos aproximadamente 8.704 casos de famílias que foram deslocadas devido a realização de obras voltadas para a urbanização, as quais representam melhorias na qualidade de vida da população; no entanto, essas melhorias não ocorrem de forma universal.

Cernea (1997) e Muggah (2014) – da literatura internacional – apontam que o processo de deslocamento é imbuído de efeitos negativos. Assim como foi apontado também pelos pesquisadores no âmbito nacional e local, são eles: Santos (2007), Zitzke (2007), Negrão (2007), Almeida (2010), Souza (2011), Amorin (2011), Cruz (2012), Dias (2012), Ribeiro (2012), Souza e Santana (2013), Passos e Praxedes (2013), Pereira (2014), Menezes (2015), e Costa (2015). Entre os efeitos mais graves tem-se o empobrecimento. Cernea (1997) ao tratar sobre a teoria de empobrecimento causado em situação de deslocamento forçado, identificou que existem 8 maneiras de caracterizar esse processo de empobrecimento que pode ocorrer através **da perda da terra, do emprego, da moradia, marginalização, insegurança alimentar, perda de acesso a recursos de propriedade comum, aumento de morbidade e desarticulação da comunidade.**

A partir do estudo de caso realizado com as famílias da comunidade Riacho Doce, que foram remanejadas em 2014 e estão recebendo auxílio moradia, percebeu-se que o deslocamento forçado/remanejamento vem causando o empobrecimento dessas famílias. A partir do estudo sobre o cotidiano das famílias tem-se o apontamento de tendências sobre os efeitos que são de natureza negativa, uma vez que está ocorrendo a piora na sua condição de vida, em que o tempo de duração dessa transição de deslocamento é proporcional ao empobrecimento das famílias alvo do projeto.

Essas intervenções do Estado na dotação de infraestrutura para o desenvolvimento econômico, causam conflitos no desenvolvimento social, impressões essas percebidas em projetos que visam o deslocamento compulsório de famílias. Estudos dessa natureza são necessários a fim de facilitar a compreensão da complexidade dos efeitos que provocam na vida dos atingidos, para que ocorram intervenções qualificadas.

Diante das impressões percebidas da correlação entre o desenvolvimento com a dotação de infraestrutura e as contradições que repercutem na vida dos envolvidos como o deslocamento compulsório e os seus efeitos, situação essa vivenciada pelas famílias da comunidade Riacho Doce.

O trabalho está organizado em sete capítulos: Introdução, 5 capítulos de desenvolvimento e a conclusão da pesquisa. O primeiro capítulo corresponde a esta Introdução; o segundo trata sobre o delineamento metodológico da pesquisa em que compreende o método, as técnicas e instrumentos; também apresenta alguns resultados preliminares da pesquisa, uma vez que o estudo é longitudinal, o qual perpassa por dois períodos, o primeiro refere-se à aplicação dos instrumentais antes do remanejamento no ano de 2014, e posterior aplicação no período após o remanejamento que ocorreu no ano de 2016.

No terceiro capítulo apresenta-se o processo histórico da urbanização no Brasil, a partir da década de 60 na região amazônica, em especial na cidade de Belém. Tendo em vista a influência dos grandes projetos desenvolvimentistas que atraíram muitos imigrantes para a região, tornando a cidade mais urbanizada na década de 1970. Processo esse que refletiu diretamente na urbanização desigual, sendo que a cidade de Belém foi a que mais passou por transformações socioespaciais no período de intensa urbanização no estado do Pará, uma das principais mudanças ocorridas ao longo das décadas foi a crescente desigualdade impressa principalmente em áreas de ocupação das baixadas belenenses, que por sua vez vêm passando um processo de saneamento em que pese o deslocamento compulsório de famílias.

O quarto capítulo buscou fazer uma revisão da literatura no que se refere aos estudos sobre o deslocamento compulsório, bem como as suas polissemias. Para isso foram abordados autores internacionais, nacionais e locais. Nesse capítulo procuramos também realizar uma abordagem histórica da política habitacional desde a década de 1960 até os dias atuais. Diante disto foi abordado o deslocamento compulsório como uma das modalidades da política habitacional que vem se materializando através de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bem como a criação das portarias que regulamentam projetos que incidem em deslocamento compulsório.

Ainda sobre o capítulo quatro, foi realizada uma revisão sistemática de trabalhos sobre estudos de caso de projetos que incidiram em deslocamento compulsório, principalmente na cidade de Belém como a Macro drenagem da Bacia do Una, a Macro drenagem da Bacia do Tucunduba, Portal da Amazônia, Vila da Barca e o Riacho Doce-PAC. Para efeito de organização dos resultados, utilizou-se a teoria de empobrecimento causada por remanejamento, de autoria de Michel Cernea (1997), para identificar os efeitos negativos, a partir da revisão de trabalhos dos autores que tratam sobre o tema desde a década de 1970. Sendo que destes estudos de caso aprofundou-se o Projeto Macro drenagem da Bacia do Tucunduba que se desdobrou em várias fases, entre elas o projeto Riacho Doce-PAC, o qual é o foco deste estudo.

No quinto capítulo se discorre sobre a abordagem teórica e empírica do cotidiano de famílias afetadas por projetos de deslocamento compulsório, apresenta-se o histórico do processo de remanejamento e a percepção dos moradores em relação às mudanças ocorridas a partir do remanejamento.

O sexto capítulo apresenta os dados empíricos da pesquisa no que se refere à rotina dos moradores antes e depois do remanejamento (2014-2016), mensurado a partir do orçamento do tempo com dados quantitativos, e a partir dos resultados sobre a mudança da rotina verificou-se as formas de apropriação e uso da habitação pelas famílias que estão vivendo o momento de transição ocasionado pelo remanejamento, através de entrevistas. Para organização dos resultados apresentaremos a síntese do capítulo.

E por fim, apresenta-se a conclusão do trabalho; e na sequência: Referências, Apêndices e Anexos.

## 2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Baseado nas experiências e evidências do tema sobre o remanejamento provocado por intervenções urbanas, bem como elementos que permeiam esse processo, adotou-se o método para delineamento da pesquisa, a fim de coletar, organizar e apresentar os resultados, de modo que “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 65). Nessa mesma direção entende-se que o “método, em pesquisas, seja qual for o tipo, é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de um estudo” (FACHIN, 2006, p. 29). Diante disso convencionou-se neste capítulo, cientificamente expor o delineamento deste estudo, no sentido de explicar e contribuir no que concerne à pesquisa científica.

A produção deste trabalho ocorreu a partir de experiências acadêmicas e profissionais adquiridas através do ensino e da pesquisa na Universidade Federal do Pará (UFPA), dessa forma constituindo a construção do conhecimento através da empiria e da teoria. Conforme Severino (2016, p. 26), a relação entre o ensino e a pesquisa é importante no processo de ensino e aprendizagem, de modo que “o conhecimento se dá como construção do objeto que se conhece, ou seja, mediante a nossa capacidade de reconstituição simbólica dos dados de nossa experiência, apreendemos os nexos pelos quais os objetos se manifestam sentido para nós, sujeitos cognoscentes” (SEVERINO, 2016, p. 25). A partir da construção do conhecimento científico optamos em discorrer neste capítulo o delineamento metodológico da pesquisa.

A aproximação com o tema da pesquisa ocorreu inicialmente com a realização da atividade de estágio na Secretaria de Saneamento e Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Ananindeua (SESAN), durante os anos de 2010 a 2013, nesse período foram realizadas as atividades de acompanhamento do trabalho técnico social no Programa de Desenvolvimento Social e Saneamento Ambiental (Sanear Ananindeua).

O Programa Sanear Ananindeua<sup>2</sup>, conforme o seu plano de remanejamento, “destina-se à recuperação de duas amplas áreas urbanas degradadas ecológica e socialmente” (ANANINDEUA, 2010, p. 11), dessa forma para ocorrer a recuperação das áreas fez-se

---

<sup>2</sup> O Programa Sanear Ananindeua tem como foco de intervenção duas áreas, são elas: Bairro do Jaderlândia, no Bairro do Una; e de Maguariaçú, localizado no entorno da Cidade Nova. A intervenção iniciou no ano de 2008, e o programa ainda continua em execução (ANANINDEUA, 2010).

necessário o remanejamento de famílias das áreas de interesse da engenharia. Foi a partir dessa primeira experiência no estágio na SESAN, que criou-se a sensibilidade de investigar intervenções urbanísticas que visam o remanejamento de famílias que ocupam assentamentos precários e assuntos afins.

No ano de 2012 optei pelo estágio supervisionado no Programa de Extensão de Apoio à Reforma Urbana (PARU), em que foi elaborado um Plano de Intervenção como exigência da disciplina, e, por conseguinte a elaboração do projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

No ano de 2013 ingressei como bolsista de extensão na pesquisa “O PAC Urbanização de Assentamentos Precários em Cidades Amazônicas: proposta metodológica para avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá” (CasaPAAP<sup>3</sup>), a pesquisa CasaPAAP tem como proposta:

A produção de conhecimento de forma articulada à aplicabilidade da inovação tecnológica, centrando-se as análises em programas de Urbanização de Assentamentos Precários em Cidades Amazônicas, pela verificação sobre as implicações da relação entre morador e espaço habitacional destacando-se o processo de transição implícito no remanejamento habitacional e as condições de adaptação dos moradores nas novas unidades habitacionais nas Cidades de Belém e Macapá. (Projeto CasaPAAP, 2013, p. 1).

A pesquisa CasaPAAP está vinculada ao Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano na Universidade Federal do Pará, a qual foi aprovada em 2012 a partir de um edital do Ministério das Cidades, MCTI/CNPq/MCIDADES N.11/2012, financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A referida pesquisa contou com uma equipe multidisciplinar de docentes e discentes da UFPA, das áreas de Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo, e Psicologia. A primeira etapa da pesquisa ocorreu entre os anos de 2013 a 2015, sendo posteriormente renovada e novamente aprovada em edital do CNPq no ano de 2016. Nessa primeira etapa foram realizadas pesquisas de campo junto com as famílias que foram remanejadas e reassentadas para os conjuntos: Pantanal, Vila da Barca, empreendimento Taboquinha, Jader Barbalho e Riacho Doce<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> A pesquisa CasaPAAP investiga de que forma o modelo padronizado – com unidade habitacional unifamiliar térrea (sala, quarto, cozinha e banheiro), ou edificação multifamiliar (prédios de apartamentos e sobrados) – pode implicar na adaptação do pós-ocupação das famílias remanejadas para as novas unidades habitacionais.

<sup>4</sup> Os primeiros resultados da pesquisa foram apresentados em: Costa e Araújo (2013), Costa (2014), Costa, Perdigão e Cavalcante (2015), Santos (2015), Costa (2015), Menezes (2015) e Paixão (2016).

Essa experiência deu origem ao TCC<sup>5</sup> que teve como título “REMANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PARÁ: o pós-ocupação das famílias residentes no Conjunto Jader Barbalho”.

No período dos anos de 2013 a 2015 continuei participando da pesquisa CasaPAAP, através da prestação de serviços na condição de técnica. As principais atividades foram a organização do trabalho de campo que se deteve na aplicação de questionários de adaptação habitacional e de rotina (instrumentais utilizados na elaboração da dissertação) nos conjuntos do Pantanal, Vila da Barca, empreendimento Taboquinha, Jader Barbalho e Riacho Doce.

A experiência na condição de técnica possibilitou uma visão geral das intervenções em percurso das famílias na nova moradia no contexto de remanejamento/reassentamentos das quatro áreas em que foram entrevistados no total 353 moradores.

Nesse processo de pesquisa de campo, em 2013, foi identificado que das quatro áreas de pesquisa, sinalizou-se que o projeto Riacho Doce-PAC, em que já se tinha famílias em processo de reassentamento e remanejamento. Nesse ínterim especulava-se o remanejamento das famílias das quadras 19 e 20, foi nesse período que optou-se por fazer um estudo longitudinal do antes e depois do remanejamento com as famílias.

No caso da comunidade Riacho Doce, ainda no ano de 2014, identificou-se que 55 famílias residentes nas passagens Bom Pastor e Passagem Monte das Oliveiras, conhecidas como quadras 19 e 20, estariam selecionadas para serem remanejadas; dessas, 42 no processo de negociação com a COHAB assinaram o termo de adesão ao projeto, com isso se submetendo às regras do remanejamento.

A equipe de pesquisa CasaPAAP decidiu então realizar o acompanhamento de todas as etapas do remanejamento com 22 famílias que aceitaram participar da pesquisa, no entanto, não foi possível dar continuidade no acompanhamento às famílias, situação que será esclarecida posteriormente.

A partir desse contexto, a presente pesquisa aponta como questões norteadoras: **Quais as principais mudanças ocorridas no cotidiano das famílias no período de transição entre a remoção do morador da sua casa de origem para a casa alugada (ou casas alugadas)?; Qual é a singularidade das famílias que estão no auxílio moradia no caso do Riacho Doce?; O valor do auxílio moradia recebido é suficiente para pagar uma moradia que abrigue toda a família em condições iguais ou melhores em relação a**

---

<sup>5</sup> Trabalho de Conclusão de Curso defendido no ano de 2013, com co-autoria de Larissa Araújo.

**moradia anterior?; O remanejamento modificou a sua rotina de trabalho? E por último, Houve impactos na renda familiar?**

A partir dessas questões norteadoras, o estudo teve como objetivo geral **investigar quais os efeitos do remanejamento no cotidiano das famílias pelo projeto Riacho Doce financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Para obter-se o objetivo geral o estudo desdobrou-se em quatro objetivos específicos, que são: **Verificar as formas de apropriação e uso da habitação pelas famílias; Identificar quais as mudanças nas rotinas familiares com o deslocamento involuntário; Verificar os impactos do remanejamento na renda familiar; Contribuir com a produção do conhecimento científico na discussão sobre remanejamento urbano e os efeitos no cotidiano familiar.**

A pesquisa tem como método norteador, para investigação, o materialismo histórico dialético, que entende que a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, na qual as contradições se transcendem, mas dá origem as novas contradições que passam a requerer soluções, ele é entendido como um método de interpretação da realidade. Diante disso adotou-se esse método de investigações das mudanças, contradições e superações no cotidiano das famílias remanejadas da comunidade Riacho Doce, partindo da pesquisa de campo, ou seja, da realidade concreta.

Para Marx (1983), o método de investigação científica é um processo que se inicia com o estudo das partes: “pensando bem, parece-me que antecipar conclusões do que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco correto, e o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral”, dessa forma partindo do real pelo concreto, sendo que o concreto é a síntese de múltiplas determinações. É necessário abstrair o real através das análises das relações determinantes, ou seja, partindo de noções simples para noções mais gerais.

Para Netto (2011), o método de Marx não configura-se como um conjunto de regras formais de investigação que aplicam-se a um objeto da realidade social, nem tampouco o sujeito pesquisador pode escolher o seu objeto e enquadrar ao determinado método.

Conforme Lowy (1978), o método marxista é um método vivo que tem como essência dois princípios fundamentais, que consiste na análise dialética materialista da história e desenvolvimento da economia capitalista. Para ele, “a alma de toda doutrina de Marx e o método dialética materialista de examinar os problemas da vida social do método pelo qual não há fenômenos, princípios ou dogmas constantes e mutáveis” (LUXEMBURGO, 1967, p. 265 apud LOWY, 1978, p. 95).

Segundo Lukács (2003, p. 16), o marxismo é referenciado exclusivamente ao método, visto como uma ortodoxia<sup>6</sup>, ele acredita que “o marxismo dialético, encontrou-se o método de investigação justo”. Todos estes autores fazem referência ao método de Marx como meio necessário para investigar os problemas da vida social, sobre os princípios da dialética materialista da história com uma direta relação com o desenvolvimento da economia burguesa.

De acordo com Netto e Braz (2006), o método marxista não é autônomo em relação à teoria, é necessário analisar o método com uma determinada referência teórica, mas que ambos complementam-se, e nesta relação surgem no âmbito teórico-metodológico as três categorias<sup>7</sup>: totalidade, contradição e a mediação.

As três categorias estão relacionadas, considerando que a sociedade burguesa é uma totalidade concreta e macroscópica na qual se interliga com outras totalidades menores, neste caso a categoria mediação é a responsável por interligar as totalidades menores, entretanto essas relações são dadas indiretamente conforme a sua natureza de complexidade, nesse sentido “tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade” (NETTO, 2011, p. 57).

Conforme pontua Lukács (1978), as contradições teóricas de uma pesquisa sobre a realidade social são resultados de uma análise menor, mas quando são submetidas às teorias mais gerais tendem a desaparecer, entendemos que o aparecimento dessas contradições nada mais é que o reflexo da própria sociedade burguesa e que não estaria cientificamente errado. Logo, “A realidade social, como toda realidade, é infinita, toda ciência implica uma escolha, e nas ciências históricas essa escolha não é um produto do acaso, mas está em relação orgânica com uma certa perspectiva global” (LOWY, 1978, p. 15).

Para melhor extrair os dados adotou-se o estudo de caso como procedimento metodológico, dessa forma o estudo de caso foi uma estratégia da pesquisa para se chegar o mais perto possível da obtenção dos dados que pudessem apontar a realidade das famílias da comunidade Riacho Doce que estão recebendo auxílio moradia pelo projeto. Uma vez que o

---

<sup>6</sup> A ortodoxia está no sentido de “Cada passo no desenvolvimento da ciência se apoia nas descobertas passadas e não há como ser de outro modo. [...] o avanço da ciência também coloca questões e promove revisões do que antes era considerado certo e estabelecido.” (LESSA, 2007, p. 12).

<sup>7</sup> A categoria da totalidade no sentido preciso da “dominação, determinante e em todos os domínios, do todo sobre as partes” constitui a essência do método de Marx que encontramos em Rosa Luxemburgo (LOWY, 1978, p. 97).



estudo de caso é uma pesquisa que parte do concreto/realidade, conforme aponta Yin (1998, p. 21):

[...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Conforme Yin (1998), o estudo de caso é a estratégia escolhida ao examinar acontecimentos contemporâneos, mas quando não podem-se manipular comportamentos relevantes, [...] observação direta e série sistemática de entrevistas. Acrescenta ainda que o poder diferenciador do estudo é “sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Podendo em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal” (YIN, 1998, p. 28).

Uma resposta muito breve é que os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma "amostragem", e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). Ou, como descrevem três notáveis cientistas sociais em seu estudo de caso único, o objetivo é fazer uma análise "generalizante" e não "particularizante". (LIPSET; TROW; COLEMAN, 1956, p. 419-420 apud YIN, 1998, p. 29).

Yin (1998) orienta que para usar o estudo de caso deve-se preparar para estudos tipo ilustrativos de teoria, e recomenda-se fazer revisão da literatura relacionada ao que o pesquisador busca estudar, discutir sobre o projeto, quais os objetivos do estudo.

Tendo em vista a utilização do estudo de caso, a pesquisa investigou os efeitos no cotidiano na vida dos moradores antes e depois do remanejamento, atualmente as famílias estão recebendo o auxílio aluguel. A estratégia de pagar o auxílio moradia foi adotada pela Companhia de Habitação do Pará (COHAB-PA) com a finalidade de retirar as famílias, para que dessa forma desocupassem a área antes mesmo de construírem as habitações definitivas previstas pelo projeto. A partir dos resultados empíricos da pesquisa sobre os efeitos do remanejamento, eles foram submetidos a uma comparação mais geral, tendo como referência a teoria sobre o empobrecimento causado por deslocamento involuntário e remanejamento do autor Michel Cernea (1997).

O estudo de Michel Cernea<sup>8</sup> (1997) que trata sobre os efeitos do deslocamento involuntário de população e reassentamento, foi pautado a partir de várias pesquisas empíricas, no qual foi apontado algumas tendências e padrões em nível mundial. Diante desse estudo foi possível estabelecer um modelo teórico de deslocamento e reconstrução em que pese à privação econômica e social, bem como os elementos que fazem parte para solucionar os problemas e planejamentos, além disso o autor considera que o modelo alcança o que se trata do conteúdo socioeconômico do deslocamento forçado e de remanejamento. Discussão que será aprofundada mais adiante.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso segue primeiramente no desenvolvimento da teoria, depois é necessário selecionar a partir de medidas específicas e coletar os dados. Assim tem-se em cada caso um estudo completo, no qual procuram-se provas convergentes com respeito aos fatos e às conclusões. Para realização do estudo de caso foram adotadas algumas técnicas de levantamento, de modo que utilizou-se a triangulação dos dados para o levantamento *in loco*.

## 2.1 As técnicas, instrumentos e materiais da pesquisa

Conforme Marconi e Lakatos (2011), a técnica de se fazer ciência é um conjunto de etapas, habilidades, ou melhor dizendo, é a parte prática da pesquisa. Como dito anteriormente, esta pesquisa tem o estudo de caso como estratégia de pesquisa em que adotou-se o processo de triangulação dos dados que, conforme Martins (2008), consiste na utilização de várias fontes de evidências, de modo que nesse estudo utilizou-se a aplicação de três

---

<sup>8</sup> Áreas de experiência adicionais: Desenvolvimento, Direitos humanos, Deslocamento e reinstalação, Pobreza, Deslocamento causado pela mudança climática. EXPERIÊNCIA-POSIÇÕES ATUAIS: Professor de pesquisa, Antropologia e Assuntos Internacionais, Universidade George Washington, Presidente do Conselho, Rede internacional de Deslocamento e Reassentamento. POSIÇÕES PASSADAS: Companheiro sênior não presidente, política externa, projeto Brookings-LSE sobre deslocamento interno, The Brookings Institution, Consultor sênior de Políticas Sociais e Sociologia, Banco Mundial, Consultor social sênior, Global Environmental Facility, Membro, Conselho de Ciências do CGIAR, Membro do Conselho de Curadores, Biblioteca de Alexandria, Egito, Professor Honorário para Reassentamento e Ciências Sociais, Universidade de Hohai, Nanjing, China. EDUCAÇÃO: B.A., Filosofia, Universidade de Bucareste, 1954; Ph.D., Filosofia e Desenvolvimento Social, Universidade de Bucareste, 1962; Pós-Graduação, Centro de Estudos Sociológicos, EPHE, Paris, 1967; Fellow in Residence, Centro de Estudos Avançados nas Ciências do Comportamento, Palo Alto, Califórnia, 1970-1971; Companheiro Residente, Instituto Holandês de Estudos Sociais Avançados, Wasenaar, Holanda, 1979-1980. Dados disponíveis em: <<https://www.brookings.edu/experts/michael-m-cernea/>>.

Principais trabalhos no que se refere ao tema deslocamento involuntário: Custos sociais dolorosos do desenvolvimento (1999); Riscos, salvaguardas e reconstrução: Um modelo de deslocamento da população e reassentamento (2000); Reassentamento de população e estudos sociais (2000). Dados disponíveis em: <<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca>>.

formulários: O Formulário de Adaptação Habitacional<sup>9</sup> (FAH), ver anexo A; o Inventário de Rotina Familiar (IRF), ver anexo B; o socioeconômico. E a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ver anexo C, pelos moradores que aceitaram ser entrevistados.

A partir da triangulação dos dados, ou seja, a utilização de mais um instrumental de coleta de dados, esta pesquisa se caracteriza quantitativa e qualitativa de caráter exploratório em que se tem como as principais técnicas a observação, a pesquisa de campo e as entrevistas conduzidas pelos formulários.

Os instrumentais que foram utilizados na elaboração desse estudo fazem parte da pesquisa CasaPAAP que é vinculada à UFPA, que tem como coordenadora a professora doutora Ana Klaudia Perdigão, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A pesquisa CasaPAAP utiliza como padrão nos levantamentos de campo, entrevistas estruturadas estabelecidas com os FAH e o IRF, os dois formulários citados foram base para a coleta dos dados preliminares que ocorreu em 2014. Posteriormente, já no ano de 2016, foram elaborados para aprofundar o estudo: um roteiro de entrevista não estruturada composta por três perguntas (ver apêndice B); e por último com a intenção de mensurar alguns dados obtidos através da entrevista não estruturada, optou-se na elaboração do questionário socioeconômico (ver apêndice A).

O FAH é um instrumento da pesquisa CasaPAAP, o qual passou por um processo de construção ao longo de 3 anos, esse instrumental foi formulado desde o ano de 2010 e concluído em 2013, a partir das parcerias dos Programas de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Serviço Social (PPGSS) e Psicologia (PPGTPC), como consta em Menezes (2015, p. 43):

O instrumento foi organizado, a partir de oficinas sobre instrumental de pesquisa, discutindo-se métodos e técnicas apoiados em Romero & Ornstein (2003), iniciadas no ano de 2010, em parceria entre Arquitetura e Serviço Social da UFPA, e retomado no ano de 2012, com inserção da Psicologia, após aprovação do Projeto de Pesquisa.

A aplicação final do FAH teste ocorreu em dezembro de 2013, no Conjunto Pantanal, em que foram realizadas 10 entrevistas com o formulário, para essa aplicação teste estabeleceu-se que o tempo da entrevista seria contabilizado (aproximadamente 20 minutos),

---

<sup>9</sup> O Formulário de Avaliação de Adaptação Habitacional tem perguntas fechadas e abertas, direcionadas a investigação socioeconômica, adequação ao uso, segurança, conforto, privacidade, convivência social, características das áreas comuns e de vizinhança, manutenção, conservação e operação da residência e das áreas comuns, a fim de investigar alguns dados sobre o morador, unidade habitacional e a relação estabelecida entre eles.

o perfil dos respondentes (maior de 18 anos, responsável pelo sustento familiar ou cônjuge), a obrigatoriedade da assinatura do TCLE e o trato na abordagem aos moradores, esses critérios foram levados em consideração no teste final do FHA. Ao ser debatido os resultados da aplicação, adotou-se a estrutura do formulário com as seguintes questões: A caracterização do entrevistado; O comparativo entre a casa atual e anterior no que se refere: A composição familiar, renda familiar, orçamento familiar, referência e uso da casa, transporte e imposto e tarifa; Situação atual: residências e áreas comuns – adequação ao uso, grau de segurança, sensação de conforto, privacidade, convivência social, manutenção, conservação e operação da casa e das áreas comuns, características das áreas comuns e vizinhança e por último a avaliação e perspectiva da habitação. Ao total foram elaboradas 72 perguntas, a fim de, por meio destas, verificar os níveis de satisfação das famílias entrevistadas.

O segundo formulário da pesquisa CasaPAAP, que também foi utilizado neste estudo, foi o IRF. Segundo Costa (2015), o formulário foi baseado a partir de estudos sobre rotinas dos estudos de pesquisadores norte-americanos: Boyce, Jensen, James e Peacock (1983), baseado nos estudos dos pesquisadores Silva, Pontes, Santos, Maluschke, Mendes, Reis e Silva (2010), tendo em vista que o IRF obedeceu à noção de que “as rotinas são estruturadas de acordo com o contexto cultural e sua investigação deve objetivar colher informações sobre as atividades, os espaços e os contextos interacionais” (DIAS, 2015, p. 43).

O IRF tem como objetivo verificar as atividades cotidianas realizadas pelo morador entrevistado, as quais se referem aos dois dias; o primeiro é referente ao dia da semana e o outro é referente ao final de semana. As perguntas são direcionadas a atividades, companhia e local no período de 24 horas ou 1440 minutos, sendo que no formulário está exposto as atividades de 0h-1h até as 23-24hs, em que são usadas como repostas as legendas seguintes: DA – dormir, descansar ou acordar; B – Lazer; T – Trabalho; ER – evento religioso; P – pai; H – higiene pessoal; TV – Televisão; AP – atividades programadas; AV – avó/avô; A – alimentação; R – rádio/DVD; CO – Conversar.

Após o remanejamento das famílias das quadras 19 e 20 da comunidade Riacho Doce, adotou-se as entrevistas não estruturadas, a fim de aprofundar diretamente sobre as questões de mudanças e no significado da apropriação da casa para o morador, nesse sentido foram elaboradas as seguintes perguntas: Faça uma linha do tempo de sua vida, demarcando os locais onde você morou e por que veio morar na comunidade Riacho Doce? Quais as mudanças do remanejamento na sua vida? Qual o significado da casa para você?

A partir dos resultados das entrevistas, tendo como base o roteiro de perguntas, percebeu-se que ocorreram mudanças econômicas e materiais, dessa forma foi necessária a elaboração do formulário socioeconômico para aprofundar sobre as mudanças em curso, logo o objetivo desse formulário é verificar as mudanças no que se refere ao orçamento familiar e as suas perdas materiais relacionada ao antes (2014) e depois do remanejamento (2016).

O formulário socioeconômico se desdobra sobre as questões principais referentes aos serviços de taxas de habitação, aquisição, manutenção dos bens duráveis, alimentação e transporte, correspondente aos 6 itens de perguntas, os quais são: (1) Aluguel, impostos e outras taxas na habitação principal; (2) Serviços e taxas de habitação; (3) Inventário de Bens duráveis do domicílio principal; (4) Alimentação; (5) Serviços de assistência à saúde; (6) Gastos com transportes na região metropolitana de Belém, totalizando 69 perguntas. As perguntas do formulário também foram elaboradas baseadas na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem como objetivo “gerar informações detalhadas sobre as condições de vida da população, representando um ganho de qualidade significativo na gestão e validação das políticas públicas na área social, em geral, e em campos relacionados à nutrição, orientação alimentar, saúde, moradia, entre outras dimensões” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008-2009).

## 2.2 Os resultados parciais do levantamento em 2014 (antes do remanejamento) na comunidade Riacho Doce

O resultado preliminar do estudo longitudinal ocorreu no início do ano de 2014 a 2015, referente ao primeiro levantamento, pautou-se na utilização dos instrumentais de entrevistas estruturadas, o FAH e o IRF, e posteriormente a tabulação dos mesmos para a compreensão de uma forma geral da satisfação e da insatisfação na nova moradia. Uma vez que as famílias que estavam satisfeitas com a nova moradia associaram com a ausência de alagamento, a conquista da casa de melhor qualidade por ser de alvenaria. No entanto, observou-se que outras famílias se mostraram insatisfeitas, os motivos estavam ligados a insatisfação com o tamanho da casa, material de péssima qualidade utilizado na construção, a quebra de vínculo afetivo e o distanciamento de alguns serviços públicos, como escola e posto de saúde.

Os primeiros contatos com as famílias permitiram identificar o sentimento de insegurança quanto ao remanejamento e sua inserção no programa de auxílio moradia para posterior recebimento de uma nova unidade habitacional. Entre as conversas com moradores, surgiram questionamentos como: “Por que eles não ajeitam aqui? Pelos menos não precisa deixar nossas casas?”, apesar da maioria das famílias terem aderido o plano de remanejamento, poucos resistiram através da permanência no local.

### 2.3 A coleta e o tratamento dos dados da pesquisa

Para a pesquisa com vistas à produção da dissertação de mestrado foi estabelecido como critério de inclusão, no estudo, aquelas famílias que: i) aderiram ao plano de remanejamento como eminência de receber o auxílio moradia; ii) tivessem seu endereço pós-remanejamento confirmado para sua fácil localização; iii) o informante fosse maior de 18 anos, sendo este responsável familiar ou cônjuge do mesmo; iv) tivesse assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da pesquisa CasaPAAP no ano de 2014, sendo posteriormente, no ano de 2016, apresentado outro TCLE específico da pesquisa para elaboração desta dissertação.

A partir de tais critérios foram selecionadas 08 famílias que constituíram a amostra qualitativa da pesquisa, para as quais, além dos levantamentos anteriores, foram aplicados o formulário socioeconômico, o IRF e realizadas entrevistas não estruturadas. Para fins de conclusão desta pesquisa, o último levantamento de informações ocorreu em maio de 2017.

As famílias das quadras 19 e 20 da comunidade Riacho Doce foram acompanhadas direta e indiretamente no período de janeiro/2014 a maio/2017. A entrevista com os moradores das quadras 19 e 20 primeiramente ocorreu em janeiro de 2014, antes de serem remanejadas. Nesse momento a equipe com 06 discentes da graduação e pós-graduação, utilizaram o FAH e o IFR.

A continuidade da pesquisa ocorreu no decorrer dos anos de 2015-2017, sendo que estava vinculada à pesquisa como mestranda. No campo de pesquisa, em 2015, foram realizadas apenas 2 visitas de campo, a equipe se encontrava reduzida, sendo que a maioria dos encontros no ano de 2016 ocorreu na companhia de 01 bolsista da graduação e duas mestrandas. Já no segundo semestre de 2016, até maio de 2017, as visitas se deram individualmente ou na companhia de um morador da comunidade.

Na segunda fase da pesquisa, nos anos de 2016 e 2017, deteve-se em acompanhar o depois do remanejamento das famílias, e foram aplicados novamente FAH, IRF e a assinatura do TCLE.

O FAH foi aplicado com as famílias, no entanto para atender os objetivos da pesquisa foram utilizadas as informações correspondentes aos itens: (2) Caracterização dos entrevistados; e o item (3) Antes e depois do remanejamento: comparativo entre a casa atual e anterior. O tratamento dos dados ocorreu no programa Excel, com intuito de organizá-los e assim gerar gráficos comparativos entre o antes e o depois do remanejamento.

Sobre a aplicação do IRF foram utilizados 02 inventários para tabular a rotina de um dia da semana e outro sobre o final de semana, o orçamento do tempo foi dado em minutos, correspondendo a 1440 minutos por dia.

A organização dos dados do IRF ocorreu no programa Excel 2010. O tempo foi organizado a partir do tempo aproximado da duração das atividades realizadas pelos entrevistados, logo adotaram 3 critérios para mensurar o tempo gasto de cada atividade, quando as mesmas eram realizadas no período de 1 hora. Sendo que tiveram atividades que variavam o tempo, quando ocorria a variação optou-se por dividir em tempos iguais, levando em consideração o tempo mediano das atividades.

O primeiro critério partiu da média do tempo que os moradores levavam para realizar as atividades, diante disso foi adotado o tempo previsível para a realização das atividades: banho (15 minutos), descanso (30 minutos), assistir televisão (30 minutos), conversar (15 a 30 minutos), se deslocar no bairro (15 a 30 minutos), eventos religiosos (30 minutos), alimentar (15 minutos), fazer higiene pessoal (15 minutos).

Diante da escuta e da observação foi possível fazer a previsão de cada atividade. Entretanto, ressalta-se a possibilidade de não afirmar o valor exato do tempo gasto de cada atividade. Haja vista que o instrumental possibilitou uma aproximação da coleta das informações sobre a rotina de cada família.

No registro de rotina, tendo como base o preenchimento do questionário, algumas informações foram registradas de forma separada, entretanto a partir das observações no questionário, algumas subcategorias foram agregadas como as categorias conversa e lazer (CO+B).

Sobre o local foi tabulado a subcategoria casa como separada das subcategorias quarto, banheiro, sala e cozinha. Estabeleceu-se fazer essa separação devido os respondentes

sentirem-se inseguros na hora de reconhecer o cômodo, uma vez que existiam as subdivisões dentro da casa por móveis.

Em relação à categoria companhia, optou-se por usar as subcategorias: parente próximo, dentro dessa categoria está incluído esposa, filho, pai e mãe. Durante a tabulação do tempo ocorreu a necessidade de se agregar as subcategorias parentes próximos e amigos, essa união partiu dos encontros em eventos religiosos, nos quais geralmente amigos estão próximos, por isso a necessidade de juntar as subcategorias. As demais subcategorias não tiveram nenhuma alteração.

E o último formulário aplicado junto aos moradores foi o socioeconômico (ver no apêndice A), para o estudo sobre a renda familiar. No entanto, nesse instrumental foi extraído apenas as informações sobre os móveis que eles tinham antes (2014) e depois da adesão do plano (2016), o que corresponde ao item 3 (Inventário de Bens duráveis do domicílio principal).

A realização das entrevistas ocorreu de forma não estruturada (apêndice B), com a finalidade de levantar informações complementares e maiores aprofundamentos sobre o cotidiano e as mudanças sociais ocorridas na vida das famílias e as perdas materiais.

O conteúdo das entrevistas foi gravado via celular smartphone no modo de avião, para assim não ocorrer interrupção no ato da entrevista. Após a gravação ocorreu a transcrição no programa Microsoft Word 2010. Tendo em vista a transcrição do conteúdo foram extraídos os dados para apontar as mudanças e as categorias empíricas da pesquisa, para cotejar com a teoria sobre empobrecimento causado pelo remanejamento, de Michel Cernea (2007).

As técnicas da pesquisa se desdobraram em entrevistas estruturadas com a aplicação dos formulários que foram descritos acima, e posteriormente foi realizada entrevista não estruturada com a modalidade focalizada<sup>10</sup>. Para ilustrar a síntese dos resultados das entrevistas não estruturadas, utilizou-se apresentação dos trechos e a nuvem de palavras no programa QSR/NVivo 11 na versão gratuita<sup>11</sup>, para isso foram usadas as falas dos moradores, exceto as que tinham menos de 7 palavras de extensão, haja vista que as palavras geralmente eram pronomes, artigos e preposições, portanto, não contribuiriam para o tratamento dos dados.

---

<sup>10</sup> A entrevista não estruturada, despadronizada, dá ao entrevistador liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, conforme o assunto enfocado (LEITE, 2008, p. 106).

<sup>11</sup> NVivo é um software que apoia pesquisa de métodos qualitativos e mistos. Ele é projetado para ajudá-lo a **organizar, analisar e encontrar insights em dados não estruturados ou qualitativos** como: entrevistas, respostas de pesquisa aberta, artigos, mídias sociais e conteúdo da web. Disponível em: <<http://www.qsrinternational.com/what-is-nvivo>>.



### 3 ELEMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS SOBRE A URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA CIDADE DE BELÉM

[...] sou do interior do município de Chaves do Marajó [...] aí era dia do meu aniversário era 5 de setembro, chegou o namorado da minha prima: bora invadir no Riacho Doce, bora invadir? [...] eu vim embora correndo com ele para cá e viemos, chegamos aqui marcamos esse pedaço aqui [...] então para eu chegar e meter a chave na porta e abrir e não ver um breu, eu deixava aquela vela 07 dias e 07 noites [...] foi muito difícil para continuar aqui [...], por que eles não terminam esses apartamentos e colocam outras pessoas e aumentam o aluguel dos mais recentes? (F1, 56 anos).

O fragmento acima é referente a uma entrevista de uma moradora que na década de 90 saiu da cidade de Chaves, localizada na Ilha do Marajó<sup>12</sup>, na região amazônica, para a cidade de Belém. Ela é uma das moradoras da comunidade Riacho Doce, a mesma residiu 25 anos na comunidade. Em 2014 ela aderiu ao plano de remanejamento do projeto Riacho Doce com a promessa de morar em melhores condições de habitabilidade (área saneada com melhorias na nova habitação), já se passaram aproximadamente 3 anos e ela continua recebendo o auxílio moradia e na espera pela entrega da sua unidade habitacional, prevista pelo projeto.

A F1 representa tantas outras pessoas que se deslocam para capitais brasileiras, nas quais um dos principais atrativos é a busca de melhores condições de vida. De acordo com o censo do IBGE (2010), no Brasil cerca de 84,36% de sua população reside em áreas urbanas, essa taxa não se encontra instabilizada nas grandes regiões brasileiras, como podemos observar na tabela 1 abaixo:

**Tabela 1:** Taxa de urbanização das grandes regiões do Brasil nos anos 1940, 1970 e 2010.

REGIÃO	ANOS 1940	ANOS 1970	ANOS 2010
CENTRO-OESTE	21,52	48,04	88,8
NORDESTE	23,42	41,81	73,13
NORTE	27,75	45,13	75,53
SUDESTE	39,42	72,68	92,95
SUL	27,73	44,27	84,93

Fonte: IBGE. Dados históricos: censo demográfico de 1940, 1970 e 2010.  
Tabela elaborada pela autora, 2017.

Podemos inferir através da tabela 1, que a taxa de urbanização na região norte na década de 40 é a segunda maior em relação às outras regiões; nos anos de 1970 essa taxa

<sup>12</sup> O Marajó é um arquipélago localizado no Estado do Pará, nele está contido 12 municípios, um dos municípios é a cidade de Chaves, que apresenta padrões baixos de qualidade de serviços públicos, como a falta de acesso a serviços de saúde, educação, habitacional e outros, “Os indicadores mostram uma dependência das famílias em relação aos programas sociais, os quais têm contribuído para apoiar o processo de organização familiar enquanto arranjos capazes de reduzir vulnerabilidades sociais” (RELATÓRIO ANALÍTICO..., 2012, p. 25).

passa a ser a terceira; em 2010 se coloca como a quarta maior, sendo inferior apenas à taxa da região nordeste. As taxas de urbanização nas grandes regiões crescem a partir da década de 40, entretanto esse crescimento não acontece de forma homogênea em todas as regiões brasileiras como foi apontado através dos dados quantitativos na tabela 1.

Neto (1978) atribui que a estruturação urbana do Brasil se constitui a partir das atividades econômicas que tiveram início com a exploração/extração do pau-brasil, à produção do açúcar, à obtenção dos metais e pedras preciosas, à produção do café e, na fase final ao processo de industrialização.

Para o geógrafo Milton Santos (2009), o fenômeno da urbanização no Brasil, de modo geral, se desenvolve no século XVIII e posteriormente amadurece com a industrialização no século XIX. A urbanização e a industrialização, na visão de Lefebvre (2001), podem ser compreendidas a partir de dois aspectos, de um lado o crescimento econômico e desenvolvimento, e por outro lado, a produção econômica e a vida social. A partir dessa intrínseca relação surge um processo conflitante da realidade urbana com a realidade industrial, em que nesse processo não se tem apenas a produção de empresas, operários, ofertas de serviços financeiros, técnicos e políticos, mas se tem também situações problemáticas como: a atração de pessoas para as grandes cidades; a saída de camponeses expropriados de suas terras em busca de trabalho e subsistência; o surgimento das favelas não só nas cidades como em seus arredores; a extensa aglomeração de pessoas; especulação imobiliária sobre os terrenos e imóveis; e outros.

Para Neto (1978), o crescimento econômico leva ao desenvolvimento econômico, promovendo melhores condições sociais e econômicas à população, caso contrário, tem-se a somatória de problemas sociais e econômicos como os "males sociais têm sido associados à urbanização, como a criminalidade, a delinquência juvenil, condições insatisfatórias de habitação, baixo padrão da alimentação e o estado deplorável de saúde das populações" (NETO, 1978, p. 18). Diante disso, podemos considerar que através do processo de acumulação e reprodução do capital, bem como a reprodução das relações sociais, é inegável que "a urbanização se efetiva através da produção social do mundo reproduzida em condições históricas determinadas como produto de ações (determinadas no seio da sociedade capitalista através da reprodução das relações sociais de produção)" (CARLOS, 2015, p. 44).

Portanto, para ocorrer o processo de urbanização é fundamental a ocorrência de infraestrutura que viabilize as determinações do capital para sua reprodução através da apropriação do espaço e a sua integração, tendo em vista que enquanto "o território não é

unificado pelos transportes, pelas comunicações e pelo mercado, e a urbanização não se torna um fenômeno generalizado sobre o espaço nacional, a simples comparação dos seus índices entre diferentes regiões e cidade pode levar a equívocos de interpretação” (SANTOS, 2009, p. 65).

No caso da região amazônica, conforme apontam Penteado (1968), Rodrigues (2000) e Cardoso (2007), a urbanização se intensificou principalmente pelas políticas nacionais e internacionais com a implantação dos grandes projetos desenvolvimentistas para a região, através da construção de rodovias, atração do grande capital para a exploração dos recursos naturais, políticas de isenção fiscal, políticas essas que serviram como um fio condutor para a região se urbanizar intensamente na década de 50.

Segundo Rodrigues (2000), a política de ocupação da região amazônica ocorreu a partir da década de 40 no governo de Getúlio Vargas, o seu governo teve como principal estratégia econômica a atração do capital através de concessão de créditos de empresas nacionais e internacionais, para assim extrair os recursos naturais, e posteriormente à sua industrialização, nesse contexto, migrava-se trabalhadores de outras regiões do Brasil. No entanto, foi na segunda metade da década de 50 que o processo de urbanização se intensificou aqui na região, no governo do presidente Juscelino Kubtischek.

Foi no governo de Kubtischek, com o seu plano de metas, que ocorreu a estruturação de uma rede urbana no Brasil, na Amazônia. A construção da Rodovia Belém-Brasília, a Transamazônica e outras, foi importante para integração da região amazônica às outras regiões, e também para a circulação de pessoas, serviços e mercadorias, nesse sentido “criava-se condições para a transferência de grandes contingentes populacionais para a Amazônia tendo em vista a garantia da força de trabalho necessária à implantação dos chamados grandes projetos” (RODRIGUES, 2000, p. 105).

De uma forma breve veremos que os grandes projetos influenciaram significativamente no inchaço populacional das capitais, principalmente na cidade de Belém, tendo a política dos incentivos fiscais e a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que tinha como objetivo coordenar a elaboração e execução do plano de valorização da Amazônia, e posteriormente a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND – I, II, III), que por sua vez deram origem aos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA – I, II, III).

O I PDA ocorreu na década de 1970, tinha como objetivo financiar as obras de infraestrutura e assim integrar ao restante do território brasileiro com a política de colonização

ao longo das rodovias, naquele momento o lema utilizado para atrair os imigrantes para região era “homens sem terras para terras sem homens”, tendo em vista que a maioria desses imigrantes era da região nordeste; segundo Rodrigues (2000), o I PDA tinha a intenção de assentar 1 milhão de famílias ao longo da Transamazônica, a política de assentamento ao longo das rodovias tinha como propósito preliminar atrair os pequenos produtores, como consta em Pinto (2008, p. 93):

Em janeiro o governador do estado em exercício, Dionísio Bentes de Carvalho, assinou o decreto aprovando um plano piloto para a colonização das margens da então BR-14 (hoje BR-10), a rodovia Belém-Brasília. O governador reservou a concessão para o plano de duas glebas, de 15 mil hectares cada uma, nas quais faria a concessão de lotes através de arrendamento. As glebas, entre os quilômetros 36 e 60 e 86 e 110, teriam seis quilômetros de profundidade e partir do leito da estrada. O decreto determinou também a paralisação de todos os processos de venda de terras localizadas nessas áreas, prevendo que eventuais imóveis construídos nesses locais seriam desapropriados. Era a primeira onda da colonização às margens da rodovia, visando o pequeno produtor. Logo viria a segunda onda, em favor das propriedades maiores, que afogaria a iniciativa original.

Entretanto, a intenção de assentar todo esse contingente populacional foi logo substituída pela justificativa de que seria inviável, devido à ocupação ser “cara e predatória” à região. Logo, a classe trabalhadora permaneceu expropriada do acesso à terra, a política de assentamento foi direcionada aos grandes proprietários de terras, levando o pequeno agricultor a procurar outros meios de sobrevivência, na contínua busca de melhores condições de vida, conforme aponta Rodrigues (2000, p. 109):

O agravante é que já tomara irreversível o incremento de correntes migratórias e, as massas populares despossuídas de outras regiões do país ao se dirigirem em busca de sonhada “terra prometida”, esbarravam numa política concentradora de terra e de rendas, voltada exclusivamente aos interesses das empresas e grandes proprietários rurais. O resultado observado foi, via de regra, desaguamento de grandes contingentes populacionais nas áreas urbanas, onde julgavam pudessem obter melhores condições para realização do seu viver.

Conforme Rodrigues (2000) e Cardoso (2007), a massiva ocupação da região amazônica ao longo das rodovias também estimulou a periferização das principais e maiores cidades da região amazônica, como Belém e Manaus. Tem-se também na década de 70 a intensa ocupação desordenada das grandes cidades em todo o Brasil, Cardoso (2007) evidencia que nesse momento os problemas de assentamentos informais, bem como a organização dos espaços em assentamentos no Brasil, chamam atenção aos pesquisadores devido às problemáticas implícitas no espaço urbano.

Como bem pontuou Rodrigues (2000), podemos perceber que os PDA’s contribuíram para o aumento da ocupação informal na cidade de Belém. O primeiro PDA causou vários

efeitos negativos à classe trabalhadora, principalmente devido a campanha de assentamento ao pequeno produtor, no entanto não foi o que ocorreu de fato. Já o II PDA teve a pretensão de ampliar a exploração dos recursos naturais pelos grandes proprietários de terras que ocuparam as margens da rodovia, mas o plano foi atingindo pela crise da década de 80, o que resultou no fracasso no padrão de acumulação da economia brasileira, que por sua vez causou uma crise estrutural devido o empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que gerou cobranças de juros, tornando assim insuficiente os investimentos em outras áreas.

Portanto, a década de 1980 foi caracterizada como uma década de agravamento da pobreza no país, isso se refletiu no espaço urbano. Conforme Cardoso (2007), nessa década ocorreu o crescimento da ocupação informal nas cidades como as favelas, invasões e assentamentos informais.

O III e o último PDA ocorreu no último governo ditatorial de João Figueiredo, no período de 1979-1985, esse plano tinha a finalidade de “garantir o aumento e a diversificação das exportações e a elevação da participação da Amazônia no processo do desenvolvimento nacional” (RODRIGUES, 2000, p. 112), através do plano para consolidar o processo de ocupação da região.

Podemos inferir que os PDA's com a política de incentivos fiscais no período da ditadura militar (1964-1985), provocaram o aumento da taxa de urbanização que aumentou principalmente na década de 70, mas com ela também houve a marginalização de muitos imigrantes que chegaram à região, já que os PDA's se mostraram incapazes de gerar empregos e rendas, logo esses trabalhadores migraram para os grandes centros urbanos em busca de superação de suas condições subalternizadas na sociedade, “eles buscam uma gama mais ampla de meios legais de acesso (direito de acesso à renda, à saúde, à educação), melhores provisões (acesso à habitação, infraestrutura e serviços públicos ao menor custo)” (CARDOSO, 2007, p. 103).

Diante disso fica mais fácil compreender que a ocupação da região, a partir da criação dos PDA's que atraíram um contingente populacional significativo, é mais perceptível no estado do Pará, que por sua vez apresenta uma taxa de densidade demográfica superior aos demais estados que compõem a Amazônia Brasileira, como ilustra a tabela 2:

**Tabela 2:** Previsão da taxa demográfica dos estados da Amazônia Legal até 2022.

<b>ESTADOS</b>	<b>DENSIDADE DEMOGRÁFICA- 2010 (hab./Km<sup>2</sup>)</b>	<b>DENSIDADE DEMOGRÁFICA- 2016 (hab./Km<sup>2</sup>)</b>	<b>DENSIDADE DEMOGRÁFICA- 2022 (hab./Km<sup>2</sup>)</b>
<b>Acre</b>	4,47	4,98	5,42
<b>Rondônia</b>	6,58	7,52	7,95
<b>Amazonas</b>	2,23	2,57	2,79
<b>Pará</b>	6,07	6,63	7,04
<b>Mato-Grosso</b>	3,36	3,66	3,90
<b>Roraima</b>	2,01	2,29	2,51
<b>Amapá</b>	4,69	5,48	6,11
<b>Tocantins</b>	4,98	5,52	5,87

Fonte: IBGE. Dados históricos: Censo demográfico de 2010. Projeção da população 2000-2030<sup>13</sup>.  
Tabela elaborada pela autora, 2017.

Podemos inferir que a partir dos dados oficiais do IBGE (2010), a taxa da densidade demográfica no estado do Pará era de 6,07 no ano de 2010, a estimativa da taxa em 2016 é de 6,63 e tendo como dados da previsão populacional do ano de 2022, foi possível obter a previsão da taxa de densidade que corresponde a 7,04, tendo como comparativo a extensão do território e o total de habitantes entre os estados do Pará e do Amazonas. Percebeu-se que a tendência de ocupação do espaço do estado do Pará é maior em relação ao estado do Amazonas, os dados apontam que a tendência da população é continuar crescendo.

Ainda em relação aos dados da população, para melhor ilustrar buscamos comparar os dados das capitais dos estados do Pará e do Amazonas, estados esses que mais se destacaram na tabela 2. Aqui nos referimos às cidades de Belém e Manaus, a cidade de Belém-PA apresenta uma taxa de densidade demográfica de 1.315,26 hab./km<sup>2</sup>, maior em relação à densidade demográfica de Manaus, que é de 158,06 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Quando se trata do número de pessoas residentes percebe-se que o número de residentes e o número de domicílios se apresentam em uma escala menor no que se trata à moradia em Belém, como podemos observar na tabela 3:

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas>>.

**Tabela 3:** A relação entre a população residente e o número de domicílios das cidades de Belém-PA e de Manaus-AM nos anos de 1970, 1991 e 2010.

PERÍODOS	POPULAÇÃO RESIDENTE		Nº DE DOMICÍLIOS	
	Belém- PA	Manaus- AM	Belém- PA	Manaus- AM
<b>1970</b>	633.374	311.622	99.666	52.053
<b>1991</b>	1.140.349	1.154.330	–	–
<b>2010</b>	1.393.399	1.802.014	368.889	460.767

Fonte: IBGE, Dados históricos: Censo demográfico de 1970, 1991, 2010.  
Tabela elaborada pela autora, 2017.

Podemos observar que a cidade de Belém consegue apresentar a maior taxa de população residente e de número de domicílios na década de 1970, já nos demais anos entendemos, através dos dados, que a cidade de Manaus consegue superar a taxa do número da população residente por domicílio em relação à cidade de Belém, ainda assim esses dados nos apontam como a problemática habitacional na região amazônica atinge milhões de pessoas sem o acesso à moradia.

Os dados sobre as tabelas 2 e 3 ilustram, em números, como a população dos dois maiores estados da região amazônica ainda continua crescendo, a falta de moradia é um problema pertinente a ser estudado. Percebeu-se que a falta de moradia é uma das mazelas sociais que atingem o maior número de pessoas que moram na cidade em detrimento daquelas que conseguem realmente prosperar. Faz-se algumas indagações, por que a população da área rural continua vindo para a capital diante de tanta pobreza? Será que é a busca de melhores condições de vida como almejava a senhora F1?

Na tentativa de responder às indagações, percebemos que a novidade do espaço urbano é o aprofundamento das mazelas sociais, apesar das melhorias que ocorrem na cidade, ainda assim é insuficiente para contemplar todos que vêm em busca de melhores condições de vida. Uma vez que o capital tem também a sua estratégia que diverge da estratégia da maioria que vem para a cidade sem nenhuma perspectiva concreta, tornando na maioria das vezes a força de trabalho, isso quando consegue disputar um emprego no mercado de trabalho, em contrapartida de outras pessoas que têm como única opção a atividade informal como por exemplo a venda de comidas (açai, farinha, chopp de frutas<sup>14</sup>), no comércio e mercearias<sup>15</sup>, venda de frutas, oficina de bicicleta, carros de lanche, venda de produtos de catálogos de beleza, salão de beleza, corte e costura e outros.

<sup>14</sup> É suco de fruta regional ou suco artificial congelado em sacos com formato principalmente de cilindro de 15 centímetros.

<sup>15</sup> Faz referência a comércios com vendas de poucos produtos, como por exemplo ovo, farinha, arroz e outros produtos de baixo valor; geralmente esse comércio é improvisado em espaço pequeno e sem muito rendimento.

Sabe-se que a urbanização é um fenômeno complexo multifacetado que está relacionado a dotação de infraestrutura urbana, em contrapartida tem-se também a vinda de pessoas em busca principalmente de melhores condições de vida na cidade, o acesso aos serviços públicos de qualidade, emprego, habitação e outros. Por outro lado, temos a segregação urbana, o inchaço de cidades em que pese à ocupação em assentamentos precários<sup>16</sup>. No caso de Belém<sup>17</sup> é a presença principalmente das baixadas com aparente precariedade de moradia, em que as camadas de baixa renda vêm ocupando, como podemos constatar na figura 1:

**Figura 1:** Local de moradia com aparente precariedade habitacional e ausência de saneamento básico.



Fonte: Pesquisa de Campo, comunidade Riacho Doce, 2017.

O sociólogo Henri Lefebvre (1996) afirma que a concentração da população acompanha a do capital, logo as metrópoles brasileiras sempre serão atrativas para as famílias que moram no campo e que almejam melhores condições de vida na cidade, ou seja, “quanto

<sup>16</sup> Os assentamentos precários são porções do território urbano com dimensões e tipologias variadas, que têm em comum: o fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda; a precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos; adensamento excessivo, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional; - a origem histórica, relacionada às diversas estratégias utilizadas pela população de baixa renda para viabilizar, de modo autônomo, solução para suas necessidades habitacionais, diante da insuficiência e inadequação das iniciativas estatais dirigidas à questão, bem como da incompatibilidade entre o nível de renda da maioria dos trabalhadores e o preço das unidades residenciais produzidas pelo mercado imobiliário formal (MCIDADES, p. 9).

<sup>17</sup> Assim como as favelas são consideradas áreas de assentamentos precários, as baixadas de Belém também são “por se constituírem também as baixadas em subáreas invadidas por posseiros formando unidades sócio-geográficas facilmente observáveis, possuindo uma rede complexa de diversos tipos de relações, laços de parentesco e amizade ativos, organização social complexa e flexível” (ABELÉM, 1988, p. 34).



maior é a cidade, maiores são as vantagens da aglomeração, ali se reúnem todos os elementos da indústria, os trabalhadores, as vias de comunicação (canais, estradas de ferro) os transportes de matérias-primas, as máquinas e técnicas, o mercado, a bolsa” (LEFEBVRE, 1996, p. 11).

Segundo Santos (2009), a cidade é contraditória, tendo em vista que ao mesmo tempo que tem a capacidade de atrair pessoas por causa da concentração de todos os capitais, a cidade também causa a marginalização, levando as pessoas às condições sub-humanas. "E o fato de a população não ter acesso aos empregos necessários, nem aos bens e serviços essenciais, fomenta a expansão da crise urbana. Algumas atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência" (p. 10). Para este autor, os espaços na cidade imprimiram o modelo econômico vigente, por isso que a pobreza é tão visível nos espaços destas.

Diante disso, a periferia vem sendo cada vez mais ocupada, tendo em vista que a ocupação se intensificou principalmente a partir dos anos de 1950. No tocante o fragmento da entrevista F1, ilustra como exemplo a realidade de tantas famílias que vêm para a cidade em busca de melhores condições de vida, no entanto o que se encontra na maioria das vezes são áreas de ocupações insalubres e sem infraestrutura para morar, levando as famílias a procurar estratégias para melhor ocupar o espaço.

A história nos mostra que a cidade quanto mais atrativa é para o capital, mais rápida será dotada de melhores condições de infraestrutura urbana, nesse sentido as áreas menos atraentes ao capital tendem a ficar à margem dos investimentos, como as áreas de assentamentos precários, e longínquas do centro da cidade. Entretanto, na cidade de Belém tem um percentual significativo de áreas intercaladas de terras altas e baixas, levando o poder público a realizar várias intervenções urbanísticas, nas quais incidiram em deslocamento involuntário.

A localização de Belém é singular, haja vista que ela “situada a pouco mais de um grau de latitude ao sul, junto à foz do rio Amazonas, às margens de um braço secundário, localmente conhecido como Baía de Guajará, a capital do Pará encontra-se a cerca de 120 quilômetros do mar” (PENTEADO, 1968, p. 38).

Conforme Penteado (1968) e Pinto (2008), a localização territorial da cidade de Belém é excelente do ponto de vista comercial, haja vista que a partir dessa localização tem-se o controle sobre uma grande parte do território, por isso que se destaca como uma das melhores bacias portuárias do Brasil. Logo, essa boa localização comercial reafirmou a cidade de

Belém no rol das capitais com potencial de acumulação e reprodução do capital através da exportação de suas riquezas naturais e no fluxo de pessoas. Pinto (2008, p. 191) nos relata um pouco mais sobre o porto de Belém:

Belém era uma cidade privilegiada: tinha um Boulevard como divisa portuária. Ao ancoradouro construído pelos Ingleses, no estilo da época, início do século XX, através do qual os passageiros chegavam à capital da Amazônia, seguia-se uma Avenida larga, arborizada, com dois chafarizes e uma vistosa muralha de coloridos sobrados portugueses.

A partir da leitura de Pinto (2008) percebemos que além de uma localização estratégica, a cidade de Belém apresentava também no centro paisagens atraentes aos imigrantes recém-chegados. No entanto, a vinda deles à capital paraense não pode ser vista de uma forma ingênua. A vinda de imigrantes para a cidade de Belém não só causou um inchaço urbano, como também o aprofundamento das péssimas condições de moradia das populações empobrecidas que ocuparam áreas alagadas/alagáveis que também são chamadas de áreas de baixadas, que estão localizadas em grande parte no centro da cidade e “chegam a compor cerca de 40% da área mais valorizada da cidade” (TRINDADE JR., 1997, p. 22).

As baixadas se caracterizam principalmente por apresentar uma cota maior que 4 metros, tendo em vista que a localização geográfica do sítio de Belém fica “ao oeste, pela Baía do Guajará e, a leste, pelo igarapé Tucunduba, afluente do Guamá, que lhe serve de fronteira meridional; para o norte, a cidade termina no vale do igarapé do Una e de seus formadores” (PENTEADO, 1968, p. 43). Logo, a baixada é definida pelas suas "condições topográficas de certas frações da área urbana, correspondentes ao nível da planície de inundação, constantemente alagadas ou sujeitas a inundações durante determinadas épocas do ano" (TRINDADE JR., 1997, p. 1).

As baixadas de Belém se concentram principalmente no centro da cidade, e isso aponta uma problemática já que estamos tratando de uma das capitais que tem a maior população da região amazônica. As medidas de saneamento básico<sup>18</sup> do poder público para solucionar os problemas de enchentes, falta de saneamento e moradias precárias em áreas de

---

<sup>18</sup> Conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável (constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição), esgotamento sanitário (constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente), limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas) e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas) (BRASIL, Portaria 21/2014, p. 54).

baixadas são vistas como medidas corretivas no espaço. Sabe-se que “os primeiros projetos de recuperação de baixadas descrevem dentre seus objetivos à ampliação do estoque de terras infraestruturadas para a expansão imobiliária e investimentos que possibilitassem melhoria de qualidade de moradia em áreas alagadas” (LEÃO, 2013, p. 6). No entanto, as ditas melhorias nos projetos nem sempre são concretas para as famílias empobrecidas.

Conforme Penteado (1968), devido aos recorrentes alagamentos no centro urbano, o Estado teve como iniciativa “a construção de um dique de proteção contra as enchentes do Guamá, desde o arsenal de marinha até os bairros da Condor e do Guamá, sobre o qual foi traçada parte da chamada estrada nova” (PENTEADO, 1968, p. 62). Outra iniciativa significativa que ocorreu na cidade de Belém no século XIX foi o aterramento do Igarapé do Piri, que se localizava na baixada da cidade, o mesmo até antes do século XIX separava os bairros da cidade que ficavam ao oeste do Piri, e da Campina que situava ao leste, conforme Penteado (1967) e Trindade Jr. (1997).

Antes do aterramento/ensecamento do Igarapé, se tinha outra proposta de projeto de engenharia, que “buscava aproveitar as formas naturais do sítio urbano para solucionar os problemas de saneamento e drenagem da cidade e, ao mesmo tempo embelezá-la e dar-lhe proteção militar segura, ao invés de realizar trabalhos de ensecamento dos cursos naturais existentes” (TRINDADE JR., 1997, p. 34). Entretanto, o poder público optou pelo aterramento do Igarapé.

Diante do aterramento da baixada do Piri, compreendemos que esta foi uma das primeiras iniciativas de higienização e embelezamento da cidade. Esse processo perdurou mais de cem anos, já que após o aterramento desse local foram construídos equipamentos públicos para a população que aqui residia<sup>19</sup> como o edifício da prefeitura, Praça Patroni, as ruas Padre Eutíquio e a antiga estrada de São José (PENTEADO, 1968). Outro igarapé que passou pelo processo de ensecamento/aterramento foi o Igarapé do Reduto, para mais tarde se construir o Porto de Belém.

Nas várias intervenções urbanísticas ocorridas no século XIX nas áreas de baixadas de Belém, não temos dados que apontem a necessidade de remanejar famílias das áreas, tendo em vista que “a evolução do espaço urbano de Belém demonstra, até a primeira metade do século, uma clara tendência de não ocupação de terrenos pantanosos. Priorizou-se, portanto, a ocupação dos terrenos de cotas mais elevadas” (TRINDADE JR., 1997, p. 43).

---

<sup>19</sup> Alta burguesia de sangue europeu, mas poucos eram os mulatos e os negros, o que pode ser explicado por motivos diversos e facilmente compreensivos, uma vez que o tráfico de escravos esteve orientado para outras regiões brasileiras (PENTEADO, 1968, p. 116).

O embelezamento e a higienização da cidade excitavam a mudança no cotidiano dos moradores, o que provocou uma nova dinâmica à cidade, como a realização de passeios públicos em meio às sombras das árvores ao longo da avenida, haja vista que o aterramento do Piri integrou os bairros da cidade e da Campina, lembrando que o Igarapé era visto como empecilho para o crescimento do centro da cidade.

O crescimento populacional e as mudanças ocorridas no espaço urbano, bem como a sua organização socioespacial da cidade, estavam ligados diretamente com a sua dinâmica comercial através da exportação da goma elástica, drogas do sertão e outros produtos derivados da pecuária que vinham do sertão/interior da região amazônica. Uma vez que a maioria dos moradores da cidade era considerada da elite local, como seringalistas, comerciantes, fazendeiros e estrangeiros que vinham investir em negócios, a cidade tinha que se adequar à acumulação do capital no sentido de se modernizar.

As melhorias na cidade vieram com o auge da exportação da borracha no final do século XIX e início do século XX, a cidade de Belém era conhecida na época como também a “capital da borracha”, podemos destacar de acordo com o estudo de Penteado (1968), que o espaço urbano teve grandes transformações com a lucratividade do comércio da borracha, como a chegada do seu primeiro sistema de iluminação pública, as ruas receberam calçamentos, a construção do Mercado Ver-o-peso, hospitais, cemitérios, bibliotecas, quartéis, as casas consideradas ruínas foram ao poucos sendo substituídas por prédios, casas de varandas e janelas de vidro.

Entretanto, a dotação de equipamentos públicos e a urbanização da cidade não foram tão profundas no sentido de melhorar as condições de vida da população que residia no centro da cidade e na periferia. Percebeu-se que as mudanças de melhorias ocorriam de forma lenta, no ano de 1914 “O Departamento Municipal de Limpeza Pública colocou em operação um “auto-caminhão” para o serviço de coleta de lixo em Belém, o primeiro atuar na Amazônia” (PINTO, 2008, p. 9). No entanto, até o ano de 1919 a cidade de Belém ainda apresentava vários problemas urbanos, entre eles destacamos a ineficiência na coleta de lixo.

Outro serviço de interesse público é a oferta de água tratada, que chama atenção devido a sua oferta tardia e de caráter privado, em que podemos constatar a partir do anúncio a seguir: “A adega portuguesa no Pará garantia que só tinha falta de água na cidade quem queria. A empresa, estabelecida na Avenida senador Lemos 177, tinha ‘grande stock de barris de 250 litros, madeira de primeira qualidade’” (PINTO, 2008, p. 23). Entende-se que a

distribuição de água era precária e sem nenhuma qualidade, levando a necessidade das pessoas a comprarem água potável.

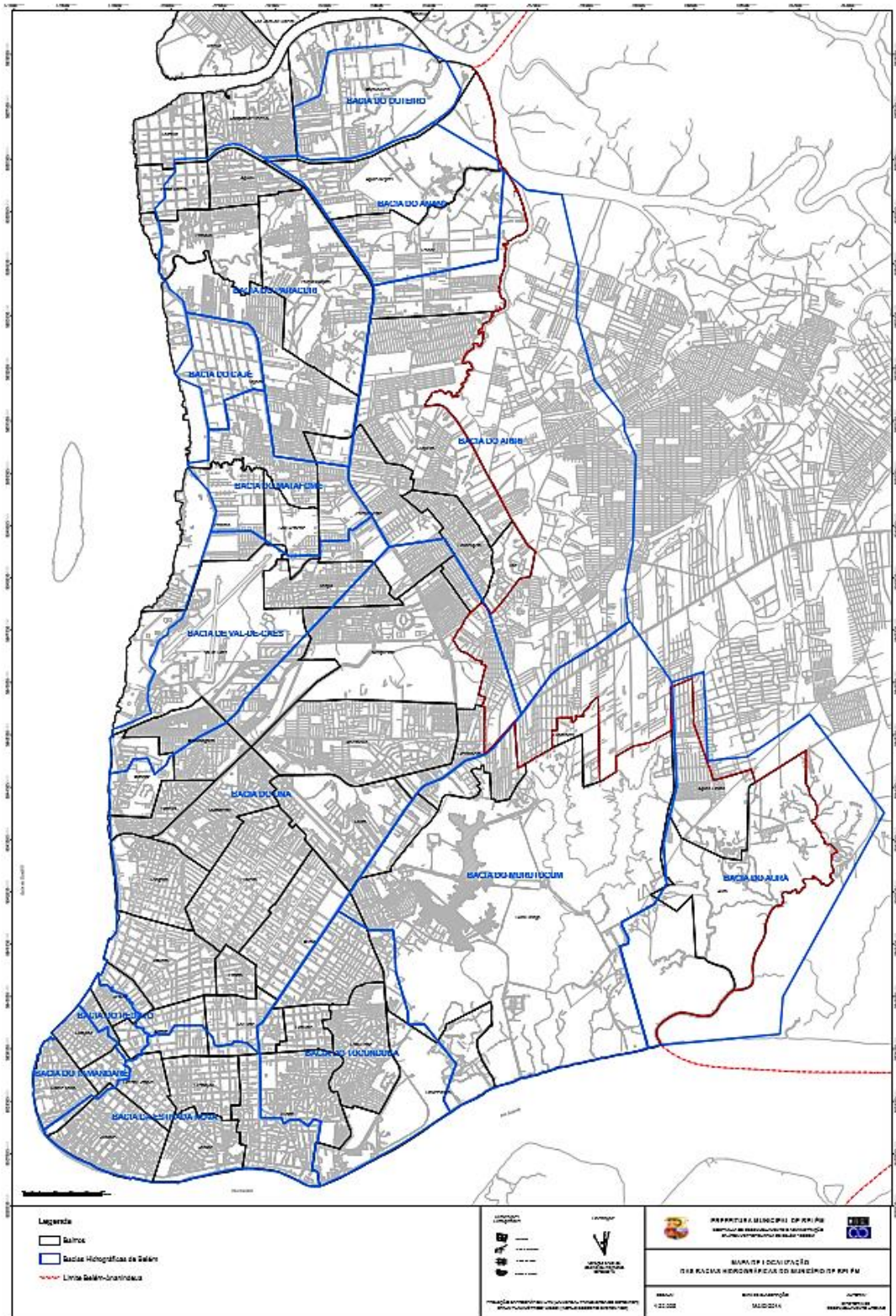
No que se refere à iluminação pública, foi em 1963 que se teve a primeira iniciativa, a empresa Força e Luz do Pará: “a força e luz do Pará (decidiu realizar ‘astronômicos gastos de investimentos’ para ‘melhorar a segurança de tráfego, proporcionando, ao mesmo tempo, aspecto mais belo’ a mais movimentada perigosa pista da cidade” (PINTO, 2008, p. 113). O autor se refere a atual Avenida Almirante Barroso, que na época era conhecida como a pista da morte devido a falta de energia elétrica, o que ocasionava vários acidentes.

A tardia oferta de serviços públicos como a distribuição de energia elétrica, abastecimento de água potável, limpeza urbana, saneamento das zonas úmidas, esgotamento sanitário e mobilidade urbana, como vimos em alguns registros de Pinto (2008), esses problemas estruturais não foram resolvidos no tempo que a cidade vivia o deslumbramento do lucro obtido pela exportação da borracha. Esses problemas recebiam uma atenção mínima do poder público ao passo que se agravava o inchaço populacional na capital, tornando insuficientes as melhorias recebidas.

O inchaço populacional promoveu um aumento crescente de população que já habitava na cidade e aos recém-chegados à capital paraense. A população expropriada de trabalho, de moradia e de qualquer política pública que pudesse minimizar as mazelas sociais, no entanto, tem-se na sua grande maioria pessoas à margem do processo do progresso discursado pelo poder público, em condições subalternizadas no que se refere às suas condições de moradia, em que “se ‘aloja’, e não ‘habita’ nos maiores centros urbanos. Este processo de “inchaço”, manifesta-se numa série de “problemas” urbanos (SPOSITO, 2000, p. 70).

A ocupação das baixadas na cidade de Belém sem dúvida causou o aprofundamento das condições de vidas dessas pessoas que não tinham condições financeiras de acessar as áreas do solo de cotas altas da cidade, as baixadas fazem parte de áreas insalubres da cidade. Reservando a particularidade do solo de Belém em que são permeadas por quatorze bacias hidrográficas, que são: Bacia do Una; Bacia do Outeiro; Bacia do Anani; Bacia do Cajé; Bacia do Paracuri; Bacia do Arari; Bacia Mata-Fome; Bacia de Val-de-Cães; Bacia do Murutucum; Bacia do Aurá; Bacia do Reduto; Bacia da Tamandaré; Bacia da Estrada Nova e a Bacia do Tucunduba; como representa o mapa 1:

**Mapa 1:** As 14 bacias hidrográficas que compõem o espaço urbano de Belém.



Fonte: Belém (2014).

Conforme os estudos de Penteadó (1968), mesmo com os investimentos nos serviços públicos no que concerne ao melhoramento da rede de esgoto, não se tiveram melhorias permanentes nas bacias sanitárias, entre ela podemos destacar as bacias do Una e do Rio

Guamá, sendo que essas duas bacias se localizam nos bairros mais populosos de Belém (Condor, Guamá, Cremação, Canudos, Marcos, Terra Firme, Pedreira, Sacramento, Telégrafo Sem Fio e Matinha).

Segundo aponta Trindade Jr. (1997), as baixadas de Belém foram ocupadas a partir da década de 50, mas se intensificou após a década de 60, causada pela urbanização não só da região amazônica, como de todo o Brasil. Os imigrantes buscavam uma solução imediata para a falta de moradia, os quais tinham como solução a ocupação nas áreas de baixadas, que apesar das péssimas condições de saneamento, por outro lado se localizavam próximo do centro da cidade. Segundo Abelém (1988), a localização de moradia é uma estratégia para ficar mais próxima do centro, devido à acessibilidade aos serviços públicos e ao custo de transporte.

As moradias nas baixadas se caracterizavam, de acordo com Abelém (1988), Costa (1998), Portela (2005), por serem habitadas por moradores de baixa renda, geralmente construída por madeira em que o acesso se daria por pontes de madeira também conhecidas por estivas, ou aterradas por material doado pela prefeitura ou improvisado como caroço de açai, serragem de madeiras e casca de castanha, obtidos pelos próprios moradores como imprime a figura 2:

**Figura 2:** Crianças brincando de futebol em uma área aterrada por caroço de açai.



Fonte: Pesquisa de campo, comunidade Riacho Doce, 2017.

Essas são algumas estratégias utilizadas por famílias de baixa renda que ocupam áreas ilegais, tem-se também a autoconstrução em que conta com a solidariedade de famílias, amigos e vizinhos para construção da casa.

A partir das observações cotidianas tem-se uma clara imagem das condições das baixadas de Belém, “a partir da experiência cotidiana da vida urbana, está diretamente relacionada à precariedade de moradia e dos equipamentos de consumo coletivo que apresentam” (ABELÉM, 1988, p. 30). Diante da precariedade da moradia e da busca da valorização do espaço de urbanizar as baixadas ou até mesmo eliminá-las, o poder público vem investindo com recursos de agentes nacionais e internacionais, como os agentes multilaterais, em que as finalidades se confundem no primeiro momento com a melhoria das condições de vida da população local e a valorização do espaço que muitas vezes acaba expulsando quem deveria de fato pertencer ao espaço com as devidas melhorias.

Diante disso as intervenções ocorridas desde o século XIX no sítio de Belém, que aqui podemos exemplificar através do aterramento do Igarapé do Piri, que significou naquele momento uma estratégia para sanear e assim contribuir para a expansão da cidade. Entretanto, nesse período se tinha outra proposta de intervenção que visava recuperar as formas naturais com a intenção de sanear e embelezar a cidade, mas não foi o que ocorreu, a proposta de ensecamento predominou e continua predominando até os dias atuais. Entretanto, as intervenções nas bacias, desde a década de 60, incidem no deslocamento compulsório de famílias.

Foi no início da década de 60 que ocorreu a primeira intervenção de macrodrenagem na Bacia das Armas, a responsabilidade do reassentamento foi da Prefeitura e Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará, foram deslocadas 50 famílias, sendo que essas famílias foram reassentadas no Bairro da Marambaia, bairro que ficava distante do seu local de origem. Segundo Pinto (2008), essas famílias além de serem reassentadas longe do seu local de origem, na época foram tratadas pelos meios de comunicação como pessoas marginalizadas e criminosas, como podemos constatar abaixo:

No dia 06 de maio a prefeitura retirou da Marechal Hermes (hoje mais conhecida como Doca de Sousa Franco, a avenida vizinha) 50 casebres de madeira e remanejou os seus habitantes para “uma área desocupada” no entanto distante bairro da Marambaia. Começava assim a intervenção pública nas baixadas de Belém. Prefeitura e SNAPP (Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará) fizeram um convênio para a remoção dos moradores, “onde se constituíam, a par de um conglomerado de famílias pobres e honradas, um foco de malfeitores e desajustados”, dizia o noticiário da imprensa. A polícia Federal e a Prefeitura de há muito pretendiam acabar essa favela, “antro de vagabundos e maconheiros, embora morassem também ali pessoas humildes e honestas”, em função dos crimes que eram cometidos, “inclusive de morte”. (PINTO, 2008, p. 121).

O relato do autor nos aponta uma parte da realidade do passado que permanece no presente acerca das famílias alvo de projetos de infraestrutura urbana que preveem o



desenvolvimento, tendo em vista que muitas famílias são convencidas a deixarem as suas moradias acreditando em melhorias condições de habitabilidade. Os estudos de pesquisadores nacionais e internacionais vêm apresentando na sua grande maioria dados negativos no processo de deslocamento involuntário que incide em remanejamento ou reassentamento, resultados esses que serão aprofundados no próximo capítulo.

## 4 INTERVENÇÕES URBANAS E DESLOCAMENTO INVOLUNTÁRIO NO MUNICÍPIO DE BELÉM

As intervenções urbanas são realizadas em todo o mundo, as quais envolvem na sua grande maioria o Estado e o ente privado. Esse processo é imbuído de contradições, como o que ocorre aqui na Amazônia, o caso recente da construção do complexo Belo Monte. Conforme os dados do MAB<sup>20</sup> (s/d), o empreendimento Belo Monte irá deslocar aproximadamente 30 mil pessoas na área urbana da cidade de Altamira, o mesmo projeto tende a atrair 20 mil pessoas para trabalhar na sua construção, processo esse que tende a refletir nos grandes centros urbanos como inchaço populacional, problema socioespacial que pode refletir nos centros mais próximos, como é o caso da cidade de Belém.

A cidade de Altamira fica a 800 km da cidade de Belém, capital do Pará, uma vez que as pessoas tendem a migrarem na busca de empregos, uma das primeiras estratégias é ocupar áreas de assentamentos precários, como as baixadas de Belém ou áreas vizinhas com pouca infraestrutura urbana e baixo valor imobiliário.

Diante das intervenções realizadas na capital paraense, tem-se a participação das políticas estatais como a Política de Habitação através da dotação de infraestrutura urbana e melhorias habitacionais, como foi o caso dos projetos urbanos que vêm ocorrendo desde a década de 60 com a intervenção nas baixadas até os dias atuais. Em todos os projetos que envolvem o deslocamento compulsório tem-se a intervenção governamental. Trataremos com mais afinco sobre os conceitos adotados e das intervenções estatais nos próximos tópicos.

### 4.1 Remanejamento, Deslocamento Involuntário, Remoções: Reflexão teórica da discussão das categorias

O remanejamento urbano é uma realidade em todo mundo, no ano de 1997 os dados apontados são que “cerca de 10.000.000 pessoas cada ano são deslocados em todo o mundo por programas de desenvolvimento Infraestrutural, construção, desenvolvimento urbano, rodovias, estradas” (CERNEA, 2004, p. 5). Dados atuais sobre o deslocamento no Brasil, conforme o Instituto Igarapé<sup>21</sup> (2014), estimam que entre os anos de 2009 e 2016,

---

<sup>20</sup> Ver os dados no endereço: <[http://www.mabnacional.org.br/amazonia/belomonte/sobre\\_a\\_barragem](http://www.mabnacional.org.br/amazonia/belomonte/sobre_a_barragem)>. Acesso em: 28 ago. 2017.

<sup>21</sup> O Instituto Igarapé é um *think and do tank* independente, dedicado à integração das agendas da segurança, justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. O Instituto atualmente trabalha

aproximadamente 1,6 milhões de brasileiros serão obrigados a sair de suas casas por causa de obras de infraestrutura, desastres naturais ou ameaças de violência, colocando o país no ranking dos 20 primeiros países que mais tiram habitantes de suas casas para construir obras de infraestrutura no lugar.

O tema acerca do deslocamento compulsório e suas polissemias vem sendo discutido com mais frequência a partir da década de 1990. Um estudo emblemático sobre esse tema foi a revisão dos projetos de infraestrutura que visavam o desenvolvimento financiado pelo Banco Mundial. Nesse estudo tinha-se como objetivo identificar os principais problemas provocados pelo processo de deslocamento, para que o Banco Mundial encontrasse ações “corretivas” para melhorar/reduzir os efeitos negativos na vida das pessoas que eram reassentadas involuntariamente/deslocadas involuntariamente.

A partir da revisão dos projetos que envolveram reassentamento involuntário financiado pelo banco, é sugerido desde a década de 90, que para evitar o empobrecimento é necessário que os projetos financiados pelo banco tenham a participação do governo, políticas sérias, legislações para garantir os direitos dos atingidos, a capacidade institucional e ação sistemática. Tendo em vista que de acordo com Cernea (1996) e Muggah (2014), grande parte da população envolvida em reassentamento involuntário, são pessoas pobres que moram em locais desfavorecidos sem nenhuma ou pouca infraestrutura e ofertas de serviços públicos.

Conforme apontam os estudos sobre a migração voluntária ou forçada que ocorre internamente no Brasil, de acordo com Muggah (2014) dentre dessas migrações ele destaca o deslocamento populacional causado por violência, desenvolvimento e desastre. Sendo que o deslocamento de pessoas afetadas por obras de infraestrutura é o que mais tem provocado a saída das famílias de suas casas, o que chama atenção é a insegurança que o processo de deslocamento tem causado a essas famílias.

O autor chama atenção para a escassez dos dados oficiais sobre o deslocamento e reinstalação involuntária, haja vista que não se tem uma fonte oficial sobre esses dados, o que chega mais próximo para mensurar a taxa de deslocamento é o IBGE, tendo em vista que esse instituto busca apenas o quantitativo dos dados sem fazer referência às causas que provocam o deslocamento populacional no país.

O conceito sobre deslocamento – na visão de Muggah (2014) – se refere ao movimento involuntário da população, ou seja, “deslocamento ocorre quando a opção para permanecer é fisicamente removida” (p. 3). Embora o autor apresente diferentes significados

---

com cinco macrotemas: (i) política sobre drogas nacional e global; (ii) segurança cidadã; (iii) consolidação da paz; (iv) cidades seguras; e (v) segurança cibernética (INSTITUTO IGARAPÉ, 2017).

sobre a categoria deslocamento, tendo em vista que no caso da migração o deslocamento pode estar relacionado com “algum grau de ‘escolha’ para se deslocar voluntariamente”, esta difere da abordagem do deslocamento de pessoas atingidas por projetos de infraestrutura ou reassentamento como o planejamento involuntário.

Segundo Muggah (2014), no Brasil não se tem uma classificação para os casos de deslocamento interno, como é o caso das famílias que são deslocadas por desastres ambientais como as inundações, a mesma classificação também é utilizada para as famílias deslocadas por grandes projetos de desenvolvimento. Reitera Muggah (2014) que a falta de classificação contribui para não conhecer a dimensão do problema causado na vida das famílias que passam pelo deslocamento involuntário.

Nos projetos que visam o desenvolvimento econômico em áreas rurais, são mais comuns a construção de barragens, projetos de eletricidade, estradas e outros. Nos centros urbanos o deslocamento involuntário geralmente está associado à construção de linhas de metrô (transporte), saneamento integrado, urbanização e obras relacionadas aos megaeventos em cidades que sediaram a Copa em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

O remanejamento e suas polissemias são utilizados pelas instituições envolvidas, com a finalidade não somente de classificar o processo, como também tendem a amenizar, mascarar ou justificar o discurso do “progresso e a modernização, bem estar de todos” (ALMEIDA, 1995, p. 471). Se contrapõe com a origem da história sobre o deslocamento compulsório, tendo em vista que o deslocamento compulsório e a remoção de etnias eram/é uma técnica de guerra, conforme aponta Almeida (1995, p. 471):

As técnicas colonialistas de remoção e isolamento de etnias geraram ainda casos de reservas não institucionalizadas, o que evidencia que não se constituíram em monopólio tão somente de conhecimentos produzidos em instituições militares ou através de ações de guerra.

Logo, a história nos aponta que a remoção nos remete aos conflitos de interesses sobre o espaço, envolvendo diferentes povos, etnias e outros. Em que pese a sobreposição do poder de um povo sobre o outro, em que adotava-se a correlação de forças no dado momento e contexto social, por isso que Muggah (2014) aponta que a violência é umas das causas que provoca o deslocamento involuntário.

O reassentamento/relocalização forçado de populações relaciona-se com os efeitos da realização de grandes infraestruturas, como a construção de grandes barragens, “não é um fenômeno novo e acumula um histórico sombrio de consequências funestas, inclusive a violação dos direitos humanos básicos” (BARTOLOMÉ, 2000, p. 163). Este autor definiu a

relocalização e o reassentamento como “processos sociais que envolvem períodos de tempo significativos e são altamente susceptíveis a mudanças nas condições iniciais”, sendo dominado por relações de poder e de natureza essencialmente política e histórica.

Bartolomé (2000) caracteriza o remanejamento/relocalização forçada de populações de duas formas: a primeira devido às causas naturais como enchentes, terremotos, secas, dentre outras; e a segunda causa é oriunda das decisões do desenvolvimento, que resulta na diferença entre relocalização de populações como algo não planejado e o reassentamento como planejado. Este pontua os principais impactos em projetos de desenvolvimento causados pela relocalização, entre eles os que mais se destacam são:

- a) As **estratégias de sobrevivência** das pessoas afetadas, um conceito que abrange coisas tais como o mapa mental de recursos que podem ser disponibilizados, conhecimentos tradicionais sobre como obter esses recursos, e as redes sociais constituídas para essa finalidade. Essas estratégias são aumentadas através dos processos de ajustamento e adaptação implementados por uma população, e que definem seu “nicho adaptivo” do ponto de vista da antropologia ecológica.
- b) Os **mecanismos para apropriação simbólica do ambiente natural e social** (significados atribuídos a objeto e paisagens, tais como, por exemplo, montanhas, grupos de árvores, rios, e etc., e aos espaços resultantes da ação social, a saber, cemitérios, locais sagrados e diferentes locais de culto, e etc.)
- c) Os **sistemas de status social e relacionamentos** que definem tanto a interação efetiva entre um grupo e outros, e a sua auto-percepção. Esse sistema inclui não apenas a distribuição tradicional do “poder social” entre grupos e indivíduos, mas também as quotas percebidas de “agência” entre eles. (BARTOLOMÉ, 2000, p. 165).

Garrido (2000) também classifica os impactos decorrentes do reassentamento/relocação, como de natureza fisiológica (problemas com a mudança de local e suas condições de sobrevivência); psicológica (ansiedade em relação ao futuro); e sócio cultural (aumento da densidade demográfica). Ele faz uma analogia do reassentado/relocação de projetos de barragem como um “imigrante alhures” ou “quase um refugiado”, afinal eles saem do seu local de origem sem perspectivas concretas de sobrevivência.

Como foi constatado através do mapeamento feito com alguns autores já citados que discutem o deslocamento compulsório e os termos oriundos desta categoria, percebemos que não se esgota apenas em projetos voltados para as áreas rurais com construção de barragens, mas também na implantação de projetos de infraestrutura urbana voltados à urbanização, que em sua maioria recebem financiamento do Estado e de agências multilaterais como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Na década de 1990, na América Latina e Caribe, a maioria dos projetos que envolvem o remanejamento da população urbana está voltada à construção e aperfeiçoamento de equipamentos urbanos, saneamento ambiental, aperfeiçoamento de serviços públicos,

ordenamento territorial, gestão de bacias urbanas em cidades extensas e intensamente habitadas.

Segundo Mejía (1996), o remanejamento dessas populações é necessário devido ao crescimento desordenado da população, carecendo de reordenamento do espaço urbano, ausência ou deterioração de saneamento ambiental e políticas de redução de vulnerabilidade social, no que diz respeito aos problemas de déficit habitacional e insalubridade. Essas problemáticas ocorrem nas áreas de baixadas, bem como a ocupação em áreas ambientalmente frágeis na cidade de Belém.

O projeto de reordenamento urbano geralmente tem como um dos seus objetivos proporcionar a qualidade de vida daquela população que ocupava áreas degradadas ambientalmente, quase sempre requerendo o deslocamento compulsório em que se desdobra em remanejamento e reassentamento.

A definição do conceito de remanejamento, conforme Denaldi (2009), é utilizada para caracterizar tipos de intervenções, principalmente em assentamentos precários nas grandes cidades (favelas, cortiços, loteamentos irregulares de baixa renda e conjuntos habitacionais):

Remanejamento trata-se da reconstrução da unidade no mesmo perímetro da favela ou do assentamento precário que está sendo objeto de urbanização. A população é mantida no local após a substituição das moradias e do tecido urbano. É o caso, por exemplo, de áreas que necessitam de troca de solo ou aterro. Na maioria das vezes, a solução é a remoção temporária das famílias para execução de obras de infraestrutura e construção de novas moradias. A intervenção, nesse caso, também envolve a abertura de sistema viário, implantação de infraestrutura completa, parcelamento do solo, construção de equipamentos (quando necessária) e regularização fundiária. (DENALDI, 2009, p. 115-116).

Em relação ao reassentamento (realocação) ocorre uma remoção, pois a autora define esta categoria como: Remoção da população para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção, “Trata-se da produção de novas moradias de diferentes tipos (apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados) destinadas aos moradores removidos dos assentamentos precários consolidáveis<sup>22</sup> ou não consolidáveis<sup>23</sup>” (DENALDI, 2009, p. 116).

A retirada da população de uma área na qual está prevista obras de infraestrutura urbana para outras áreas, foi definida de várias maneiras dependendo do seu local, para onde

<sup>22</sup> É aquele que apresenta condições favoráveis de recuperação urbanística e ambiental e de reordenamento urbano (abertura ou readequação de sistema viário, implantação de infraestrutura básica, regularização urbanística do parcelamento do solo), com ou sem necessidade de remoção (reassentamento) de parte das famílias moradoras (MCIDADES, 2009).

<sup>23</sup> É o núcleo que não apresenta condições de recuperação urbanística e ambiental e de reordenamento urbano. Trata-se de núcleos comprometidos por situações de risco e insalubridade não solucionáveis, como, por exemplo, os que se localizam sobre aterro sanitário, oleoduto, sistema viário estrutural da cidade, áreas de risco, de preservação ambiental e *non aedificandi*. Os núcleos não consolidáveis são objeto de intervenção do tipo “remoção” e reassentamento em novas áreas (MCIDADES, 2009).

vai e como vai, entretanto essas pessoas são levadas por um processo complexo no qual a saída delas envolve vários poderes, entre eles o político e o econômico, sobressaindo-se sobre os valores sociais, culturais e afetivos. A consequência desse ato possui profundos efeitos na população, pela forte ação como ocorre, ocasionando perdas materiais e imateriais.

A remoção de famílias de uma área afetada para outra área próxima da antiga moradia é classificada como reassentamento involuntário, em que precede a construção de infraestrutura urbana, a qual incide como pré-requisito para melhorias. Outro fator que é importante pontuar é que o remanejamento requer a aquisição de terras para construção de novas unidades habitacionais próximas do local da remoção, entretanto nem sempre isso é alcançado devido alguns fatores como a aglomeração do espaço ou o encarecimento dos terrenos, devido à especulação imobiliária provocada pela implantação de infraestrutura, levando muitas vezes o Estado alegar que não tem condições de comprar o terreno.

As implicações que foram apontadas levam a reprogramações por parte do Estado em substituir o remanejamento pelo reassentamento, tendo em vista que os efeitos repercutem negativamente na vida das famílias remanejadas, entretanto isso se dá mais frequente na vida das famílias reassentadas, causando o desemprego, a desarticulação da comunidade, a marginalização, a falta de moradia e insegurança das famílias; esses resultados foram apontados nos estudos de pesquisas mais recentes de: Santos (2007), Zitzke (2007), Negrão (2007), Almeida (2010), Souza (2011), Amorin (2011), Cruz (2012), Dias (2012) e Ribeiro (2012).

Devido ao aumento de obras de infraestrutura, o número dessas remoções/reassentamentos vem aumentando notavelmente. A liberação de terra bem localizada, para empreendimentos e grandes negócios, tem levado a um aumento exponencial de remoções forçadas de assentamentos populares, muitos com décadas de existência (ROLNIK, 2012).

As categorias deslocamento compulsório/forçado, realocação, relocação, remanejamento, reassentamento, remoção e transferência, variam de acordo como é executado o deslocamento das pessoas pelos agentes envolvidos. É necessário ressaltar que as definições de deslocamento compulsório/forçado, realocação, relocação eram mais utilizadas em empreendimentos hidrelétricos, entretanto com as definições das normas operacionais do BIRD e do BID, a modalidade de intervenção foi tendo como foco um trabalho sistematizado, dessa forma alguns direitos passaram a ser reconhecidos aos deslocados involuntariamente,

passou-se a utilizar com mais frequência pelos agentes financiadores e executores dos projetos os termos remanejamento involuntário, reassentamento involuntário e remoção.

Os projetos de infraestrutura urbana, saneamento e habitação, têm sido regulados pelas normas operacionais das agências multilaterais e dos organismos governamentais de fiscalização e financiamento, tais como: norma operacional 4.12, o manual de orientação do Programa Habitar Brasil/BID e o Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) da Caixa Econômica Federal (CAIXA), Portaria do MCidades 317/2013 e 21/2014. Essas normas são utilizadas geralmente em programas de Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), que envolvem a remoção de famílias de baixa renda.

As intervenções em assentamentos precários geralmente incidem em remanejamento e reassentamento de populações em áreas urbanas, intervenções estas que estão dentro de um conjunto de diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade que rege a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), contribuindo para melhorar as condições de moradia das pessoas que moram em áreas ambientalmente frágeis, por meio de urbanização, construção de equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais.

De acordo com MCidades (2010), a remoção de uma população não pode ser considerada isoladamente, como um mero projeto de obras, uma vez que afeta não somente a vida das famílias envolvidas e a área objeto de intervenção, mas todo o entorno social e urbanístico.

Apesar de possuir no seu artigo 182, diretrizes fixadas em lei para que a PNDU tenha como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade de garantir o bem-estar dos seus habitantes, a Constituição Federal (CF) de 1988 não tem nenhum artigo que assegure os direitos da população atingida por projetos. Segundo Muggah (2014), o Brasil ainda tem pouca legislação que garanta a proteção e os direitos das famílias que são afetadas por projetos que envolvem a remoção.

As cidades estão passando por um novo planejamento estratégico que é acompanhado pelos modelos das agências financiadoras multilaterais, direcionando elas para uma intensa disputa no mercado, “não resta dúvida: a mercadoria cidade tem um público consumidor específico e qualificado” (VAINER, 2012, p. 82). Certamente o autor citado não está se referindo às populações pobres que habitam nas áreas de interesse dos programas de infraestrutura urbana, porque elas não têm condições de permanecer ou comprar os serviços prestados da área que teve alto investimento em trabalho social com valor de troca sobre o valor de uso.



Portanto, a remoção das populações que estão dentro de um projeto de “modernização urbano” poderá voluntária ou involuntariamente vir a ocorrer por conta das condições que são apresentadas depois da valorização da área urbanizada. O padrão de vida no local tende a aumentar com o acompanhamento dos serviços públicos. Diante disso, “o processo de valorização das terras, as populações pobres são erradicadas das áreas valorizadas, sob diferentes alegações, e expulsas para os alagados, morros e periferias” (RAMOS, 2008, p. 98).

Dessa forma, devemos entender que o remanejamento/reassentamento deveria estar atrelado a uma razão social, que possa preservar a dignidade das famílias por meio de intervenções que levem em consideração a execução de obras físicas de qualidade associada à participação dos principais atores envolvidos, para que de fato sejam beneficiários da nova Política Habitacional Brasileira (PHB), que tem como um dos princípios o direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988. No ano de 2000, a Emenda Constitucional nº 28 incluiu a habitação no rol dos direitos sociais. O direito à moradia deve ter destaque na elaboração dos planos, programas e ações, colocando os direitos humanos mais próximos do centro das preocupações de nossas cidades (BRASIL, 2004).

Apesar dos avanços na PHB, é necessário ainda avançar em muitos aspectos no que se refere à Política de Habitação de Interesse Social de famílias pobres ou em situação de vulnerabilidade social. Conforme Santos, Medeiros e Luft (2014), o direito à moradia deve ser interpretado em duas dimensões, a primeira o Estado deve promover política de habitação de interesse social (dimensão positiva), e a segunda de promover habitação de interesse social para famílias que se encontram morando em áreas de risco ambiental, a qual incide no deslocamento involuntário de população carente, quando se refere a dimensão negativa é importante ressaltar que ela centra no princípio da não remoção com objetivo de não causar danos negativos a vida das famílias.

#### 4.2 Programas e projetos de urbanização e remoções de populações de Belém: Casos recentes

No cenário nacional brasileiro considera-se que foi a partir da década de 60 que o Estado começa a ter iniciativas no setor habitacional, tem-se uma das primeiras medidas adotadas pelo governo federal, que foi a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Conforme Bonduki (2008), a criação do BNH inaugurou de fato uma Política Habitacional Brasileira (PHB) prevista para atender todo o Brasil, tendo em vista que, de acordo com

Valladares e Figueredo (2006), foi nesse momento que a população urbana cresceu vertiginosamente e conseqüentemente passa a ocupar assentamentos precários como as favelas, mocambos, alagados, baixadas e outras áreas.

O BNH tinha como objetivo principal “Estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria especialmente pelas classes da população de menor renda” (VILLAÇA, 1986, p. 28). Logo, o atendimento de famílias de baixa renda era prioridade, principalmente as que ocupavam assentamentos precários.

Conforme informa Villaça (1986), o BNH previa o atendimento da população de menor renda com o melhoramento de condições habitacionais com a intervenção em área de moradias sub-humanas, no entanto percebeu-se que não resolveu o problema do déficit habitacional e nem tampouco tratou de melhorar as condições para que a ocupação pela classe trabalhadora ocorresse em áreas saneadas ou dotadas com condições mínimas de moradia, como afirma Bonduki (2008, p. 75):

[...] equívocos foi voltar todos os recursos para a produção da casa própria, construída pelo sistema formal da construção civil, sem ter estruturado qualquer ação significativa para apoiar, do ponto de vista técnico, financeiro, urbano e administrativo, a produção de moradia ou urbanização por processos alternativos, que incorporasse o esforço próprio e capacidade organizativa das comunidades. Em consequência, ocorreu um intenso processo de urbanização informal e selvagem, onde a grande maioria da população, sem qualquer apoio governamental, não teve alternativa senão auto empreender, em etapas, a casa própria em assentamentos urbanos precários, como loteamentos clandestinos e irregulares, vilas, favelas, alagados etc., em geral distantes das áreas urbanizadas e mal servidos de infraestrutura e equipamentos sociais.

O arquiteto Nabil Bonduki (2008) pontua que não ocorreu de fato uma PHB que pudesse atender às classes de baixo poder aquisitivo, as quais tiveram como solução a ocupação em áreas insalubres, sem infraestrutura e longe dos equipamentos públicos básicos (escola, creche, hospital, transporte e outros).

O BNH se caracterizava como uma política não acessível à população de baixa renda, ou seja, o planejamento era realizado longe da participação popular. Conforme aponta Cardoso (2011), no período do BNH a comunicação sobre a questão da habitação era dada entre o governo e os segmentos da indústria da construção civil, excluindo a sociedade de qualquer participação na política. Esses dados são contraditórios, tendo em vista que a prioridade do BNH seria o atendimento às famílias empobrecidas a partir de ações que previam a remoção de favelas e também de área ambientalmente frágeis.

Após a criação do BNH que tinha como agente financiador o trabalhador através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que por sua vez estava ligado diretamente

ao controle do governo federal, tem-se também ainda na década de 60 a criação do Plano Nacional de Habitação (PNH), aprovado através da lei de nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Nesse contexto de estruturação da política habitacional, em nível regional foi fundada em 1965, através da lei de nº 3.282/65, a COHAB-PA, a finalidade de sua criação é promover habitação social à população de baixa renda, ou seja, era priorizar o atendimento às famílias que recebiam até três salários mínimos.

A criação das COHAB's foi uma determinação da PNH, o governo tinha como meta principal “garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, e considera fundamental para atingir seus objetivos a integração entre a política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano” (Estudos Técnicos CNM, p. 139), se tem também como instrumento legal da política, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e o Sistema Nacional da Habitação, para coordená-la por meio dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada.

A PHB possuía dois principais objetivos, o de alavancar o crescimento da economia e o de atender à demanda habitacional da população de menor poder econômico. Contudo, o BNH não foi capaz de atender totalmente e nem tampouco minimizar a demanda dessa população na faixa de renda familiar mensal entre 0 e 3 salários mínimos. A parcela da população de baixa renda que conseguiu acesso aos recursos, possuía um alto grau de inadimplência, dado segundo Cardoso (2008) ao alto custo da moradia em relação aos níveis de rendimento.

Ainda na década de 60 o que se tem de iniciativa no cenário regional no que se refere à Política de Desenvolvimento Urbano é a criação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), em que se tinha como objetivo “intervir nas baixadas através de um programa de construção de canais” (PORTELA, 2005, p. 84). Mais tarde, na década de 70, foi elaborado um estudo sobre as baixadas de Belém, que se chamou a “monografia das baixadas”, um importante instrumento para conhecer as áreas de baixadas que pudessem ser saneadas e assim incorporadas ao mercado imobiliário.

Contudo, ainda na década de 70, a intervenção nas baixadas se consolida e recebe mais atenção do poder público a partir de uma proposta global de intervenções nas bacias hidrográficas da cidade de Belém, posterior, no ano de 1976, tem-se a criação do Programa de Recuperação das Baixadas (PRB), que contou com a participação da Superintendência da Amazônia (SUDAM), DNOS, Governo do Estado e a Prefeitura de Belém.

As áreas de baixadas de Belém ganham atenção na década de 60 e 70, devido a intensa ocupação em que as condições de habitabilidade se agravaram rapidamente, através de inundações e alagamentos, que por sua vez causavam surtos epidêmicos, em contrapartida o poder público tinha também interesse de sanear e assim valorizar as áreas previstas para intervenção.

Conforme pontua Cardoso (2011), a criação do BNH foi a primeira iniciativa de desenvolvimento econômico por meio do mercado imobiliário, haja vista que a mercadoria habitação é uma das necessidades mais caras da classe trabalhadora. Constatou-se através das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF, 2002-2003), que a habitação compromete uma parte significativa da renda, sendo que no período de 1974-2003, “Os gastos com habitação, alimentação e transportes continuam como os três grandes grupos da despesa de consumo, que tiveram sua participação aumentada, em 30 anos, de 74,59% para 82,41% do total das despesas” (POF, 2003), como bem pontua Tibaijuka (2009 apud CARDOSO, 2011), que as pessoas classificadas como pobres em países em desenvolvimento comprometem 40% de sua renda doméstica em aluguel, tornando assim o setor habitacional um setor potente para geração de renda.

Entende-se a partir da visão de Villaça (1986) que o aluguel foi uma das primeiras iniciativas de caráter privado na área habitacional, para assim garantir a moradia aos despossuídos, logo se tornou uma solução de mercado.

De acordo com os dados informados sobre o financiamento de moradias na década de 60, Rolnik e Nakano (2009) indicaram que das 4,5 milhões de moradias erguidas com financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), entre 1964 e 1986, apenas 33% se destinaram à população de baixa renda, sempre em conjuntos localizados nas periferias urbanas, em áreas onde a terra é pouco valorizada.

Sobre a intervenção da política habitacional ainda no cenário nacional, dados apontaram que entre 1964 a 1969, ocorreram, de acordo com Blanco Junior (2006), muitas ações realizadas para programas de remoção compulsória de favelas. Várias favelas foram removidas nesse período, principalmente no Rio de Janeiro através da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM)<sup>24</sup>, com a relocação da população em conjuntos habitacionais sem acesso a infraestruturas de saneamento básico,

---

<sup>24</sup> O CHISAM tinha como um dos objetivos O desfavelamento: “cria-se um mercado de trabalho na periferia nas cidades que compõem a Área Metropolitana do grande Rio, que permita a absorção dos subempregados, desempregados, e fluxos migratórios, a fim de aumentar-lhes a renda, dando-lhes capacitação profissional, instrução e condições sanitárias que integrem em uma vida normal” (CHISAM, 1969, p. 16 apud BRUM, 2013, p. 186).

transporte coletivo, equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, sem contar a inacessibilidade de oferta de empregos, o que contribuiu para a dificuldade de adaptação das famílias nos novos conjuntos habitacionais.

No caso de Belém temos como uma das primeiras intervenções de saneamento que provocou deslocamento compulsório, a macrodrenagem da Bacia das Armas que ocorreu na década de 60. As famílias foram reassentadas para o Conjunto Marambaia, conforme apontou Portela (2005) e Leão (2013), esse conjunto foi o primeiro a ser construído pela COHAB-PA.

A política de remoção causou vários efeitos negativos às famílias como o distanciamento das pessoas removidas do seu local de origem para outros locais mais longínquos que causou o afastamento dos seus locais de trabalho, aumento nas despesas (água, luz, transporte, contas de condomínio), a produção e a comercialização dos condomínios das áreas desocupadas pela classe baixa e ocupada pela classe mais abastada, a expansão imobiliária por terrenos ocupados, entre outros fatores.

A partir da década de 1980, no Brasil, a modalidade de remoção de favelas já não era tão comum, devido a tantos dados negativos. O processo de redemocratização também influenciou para que a participação popular ganhasse força no sentido de reivindicar o direito da permanência no local de origem, em contrapartida ao modelo de remoção mediante a esse contexto de redemocratização que a política habitacional começou, que foi uma nova forma de intervenção que consiste na urbanização de favelas e na permanência dessas famílias no local de sua moradia.

De acordo com Bonduki (2008), o BNH apresentava uma gestão autoritária, não se tinha abertura para a participação da população nos programas e projetos; o financiamento da casa própria era a única proposta de política de acesso à moradia. O fim do BNH ocorreu em meio a crise gerada pela falta de emprego que reduziu os investimentos no SFH, que por sua vez aumentou o índice de inadimplência e posteriormente, sua falência.

A falência do BNH e do SFH, no ano de 1986, causou reflexos negativos às COHAB's, gerando baixo poder de oferta de moradia, uma vez que a política ainda passava por um processo de estruturação, a qual os municípios, estados e Distrito Federal dependiam de investimentos do governo federal. No caso do estado do Pará, a crise na PHB se agravava, o que Borges (2016) classifica como um "vazio institucional". Levando o agravamento dos problemas urbanos como o aumento do déficit habitacional.

Bonduki (2008) afirma que a PHB na década de 1990, apresentava várias problemáticas, as quais eram reflexos da herança das décadas anteriores. Para Maricato

(2013), também a problemática das cidades é uma herança histórica que gerou o aprofundamento crescente da desigualdade social, a presença de um Estado patrimonialista que remete à “política de favor”, à ocupação de áreas ilegais sem nenhum amparo do Estado. Como bem ilustrou Holanda (2010), que no caso da COHAB-PA nesse período da década de 90, se reduziu significativamente a oferta de moradia, levando a companhia a intervir em áreas ilegais com indicativo de fins eleitoreiros e clientelistas.

Após a década de 1990 considera-se que se inicia uma nova PHB nesse sentido, “Esta fase pode ser caracterizada como um período de transição, momento em que deixou de existir uma estratégia nacional para enfrentar a questão da habitação” (BONDUKI, 2008, p. 77). Como bem sinaliza Holanda (2010), nessa nova fase da PNH tem-se o surgimento de programas que visam o desenvolvimento sustentável, o incentivo à participação da comunidade, reconhecimento dos problemas urbanos e a articulação dos programas com as Políticas de Desenvolvimento Urbano.

Foi nesse contexto da nova PHB que foi criada a Secretaria de Habitação do Pará (SEHAB), tendo em vista a “promoção do planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação das atividades relativas à política de Habitação em Belém” (BORGES, 2016, p. 37). Os agentes envolvidos na institucionalização de uma política habitacional a nível municipal, foi reflexo do momento histórico que o Brasil estava passando, tendo como participação da sociedade, dos movimentos sociais e de alguns representantes do governo.

A política inaugurou uma nova fase ao contrário dos moldes do BNH, a partir da década de 90 ela vem sendo executada principalmente por municípios e estados, por isso que se considera uma nova fase da PHB que tem como meta principal “promover as condições de acesso à moradia digna, urbanizada e integrada à cidade, a todos os segmentos da população e, em especial, para a população de baixa renda” (BRASIL, 2004, p. 13).

A nova fase da Política de Habitação está relacionada primeiramente com a Constituição de 1988, que reforça a autonomia municipal, e posterior, com a aprovação da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001, que se chama Estatuto da Cidade (EC), essa lei dita as diretrizes da política urbana em que pese um importante instrumento na legitimação do direito à cidade, direito este que estava previsto na Constituição Federal de 1988, no que se refere ao acesso à função social da propriedade e da cidade, também temos uma importante criação do Ministério das Cidades em 2003, esse Ministério tem como “objetivo de assegurar o acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade com segurança” (BRASIL, 2004, p. 3).

Atualmente o Ministério das Cidades tem quatro secretarias nacionais que são respectivamente: Desenvolvimento urbano, habitação, mobilidade urbana e saneamento. Em todas as secretarias são contidos departamentos que apresentam ações e programas. Para Maricato (2006), O Ministério foi pensado e estruturado a partir dos três principais problemas sociais que afetam as populações no território urbano: a moradia, o saneamento ambiental (que agrega água, esgoto, drenagem, coleta e destinação de resíduos sólidos) e as questões reunidas sob o tema do transporte da população urbana (mobilidade e trânsito).

Nesse sentido, temos avanços significativos nas leis urbanísticas, a fim de intervir nas problemáticas que atingem em grande parte o espaço urbano como nas grandes aglomerações, falta de saneamento (esgotamento sanitário, abastecimento de água, drenagem urbana, tratamento de resíduos sólidos, etc.), mobilidade precária, problemas esses que se aprofundaram com o processo de urbanização principalmente nas grandes cidades do Brasil.

Nessa nova fase da PHB, “emergem programas alternativos, como urbanização de favelas e assentamentos precários, construção de moradias novas por mutirão e autogestão, apoio à autoconstrução e intervenções em cortiços e em habitações nas áreas centrais” (BONDUKI, 2008, p. 78).

No que se refere aos programas da nova PHB podemos destacar os programas de financiamento como a Carta de Crédito, programa de urbanização de áreas precárias (Pró-Moradia) e para o setor público. Apesar da política criar programas alternativos para beneficiar a população de menor poder aquisitivo, ainda assim não foi possível de fato beneficiá-la, conforme os dados apontaram que “entre 1995 e 2003, 78,84% do total dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a 5 SM, sendo que apenas 8,47% foram destinados para a baixíssima renda (até 3 SM) onde se concentram 83,2% do déficit quantitativo” (BONDUKI, 2008, p. 80). Percebe-se que a população de baixa renda ainda continua galgando a passos lentos o direito à habitação.

Diante das inúmeras dificuldades de se garantir o acesso da PHB pelas famílias de baixa renda, foi aprovado um importante instrumento legal para garantir o atendimento integral a essa população. Em 2005 foi aprovada a Lei 11.124, responsável pela criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), essa lei tem com o principal objetivo “implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País”.

O SNHIS é o principal instrumento da PNH que garante o direito de moradia digna à população de baixa renda nas três esferas de Estado, pois é responsável pela integração dos governos locais, estaduais e federal com a participação dos bancos, organizações não governamentais, sindicatos e setores produtivos.

O SNHIS e o FNHIS são responsáveis pelo financiamento da Habitação de Interesse Social com os recursos do Orçamento Geral da União e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, além de dotações, recursos de empréstimos externos e internos, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais.

Percebe-se que a nova PHB já não depende somente do FGTS, como era antes adotado pelo BNH, mas de várias fontes orçamentárias, o que representa um avanço na política. Podemos observar no quadro 1 os principais programas e as fontes de recursos que fazem parte da política habitacional gestada pelo Ministério das Cidades:

**Quadro 1:** Fonte de recursos que financiam os Programas Habitacionais sobre a gestão do MCidades.

<b>RECURSOS</b>	<b>PROGRAMAS HABITACIONAIS</b>
PAC	Urbanização de Assentamentos Precários, Programa Minha Casa, Minha Vida.
FNHIS	Programa Moradia Digna (Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários; Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social), Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários
OGU	Programa Moradia Digna (Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários) Habitar Brasil BID - HBB, Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H, Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH. Projetos Prioritários de Investimentos - PPI (Intervenções em Favelas)
FGTS	Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - Pró-Moradia, Programa de Apoio à Produção de Habitações Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Pró-cotista, Programa de Financiamento de Material de Construção – FIMAC
FAR	Programa de Arrendamento Residencial - PAR
FDS	Programa Crédito Solidário

Fonte: MCidades, Secretaria Nacional de Habitação. Quadro elaborado pela autora, 2017.

Os programas do MCidades fazem parte do SNHIS, os quais agem como estratégias de governo para promover melhorias nas cidades, através da Secretaria Nacional de Habitação, em que a sua principal intenção é atender principalmente os municípios que apresentam déficit habitacional, moradias precárias, ausência de infraestrutura e a presença de



assentamentos precários. Entretanto, não basta apresentar apenas as variáveis negativas, uma vez que os municípios têm obrigação de criar o Fundo Municipal de Habitação, o Conselho de Habitação e o Plano Local de Habitação. Os fundos e os conselhos são importantes instrumentos técnico-operativos para que os municípios sejam contemplados com projetos de intervenções de infraestrutura urbana.

No caso da política habitacional em Belém, foi a partir de 2005 que se tem várias aprovações de leis que são instrumentos imprescindíveis para que o município acesse os recursos do governo federal. Destaca-se a aprovação da Lei nº 8.478/2005, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a aprovação desses dois instrumentos legais possibilitou ao município de Belém acessar os recursos para construção de habitação de interesse social às famílias que têm o rendimento de até três salários mínimos e a urbanização de favelas.

Os demais municípios do estado do Pará acessaram apenas em 2007 os recursos do governo federal voltados à habitação, isso só aconteceu quando o governo estadual assinou o termo de adesão ao SNHIS, e depois de um ano, em 2008 instituiu o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS) e o Conselho Estadual das Cidades. Outro importante passo foi a adesão ao Programa Minha Casa Minha Vida, no qual o perfil de atendimento às famílias que recebem até 10 salários mínimos, contemplando famílias de classe com rendimento baixo e médio.

Em 2007 foi lançado o PAC 1 (2007-2010), esse programa tinha como principal objetivo buscar “a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (PAC, 2016-2017, p. 4). O PAC se divide em 3 eixos principais que são de Infraestrutura Logística, Energética e Social Urbana.

No eixo de Infraestrutura Social e Urbana estão as seguintes áreas: Habitação, mobilidade urbana, saneamento, prevenção em áreas de risco, recursos hídricos, equipamentos urbanos, cidades históricas e Luz para Todos. Essas áreas o governo reconhece que são importantes para o crescimento do país, uma vez que tem como objetivo contribuir para melhorar as condições de vida das pessoas, como consta na própria publicação do PAC (2016-2017, p. 5):

O eixo de infraestrutura social e urbana abrange os investimentos com foco na melhoria das condições de vida da população nas cidades brasileiras, contemplando, além dos benefícios alcançados com a disponibilização de infraestrutura física,

também as dimensões sociais, urbanas e culturais. São ações que impactam a vida cotidiana das pessoas, famílias, comunidades, cidades e regiões, com reflexo no desenvolvimento econômico, na promoção do bem-estar social e na garantia de direitos, e estão estruturadas nas seguintes áreas: habitação, mobilidade urbana, saneamento, prevenção em áreas de risco, recursos hídricos, equipamentos urbanos, cidades históricas e Luz para Todos. São investimentos realizados pela própria União e também em parceria com governos estaduais, municipais, entidades urbanas e rurais, companhias estaduais e municipais e setor privado, que atendem ao conjunto dos municípios brasileiros.

Podemos considerar que a criação do PAC 1 além de fomentar o desenvolvimento econômico do país, também leva em consideração que a dotação de infraestrutura urbana causa impactos na vida cotidiana da população. Sobre a área habitacional, o PAC financia o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, programa esse que é executado a nível regional pela COHAB-PA, em parceria com as Secretarias de Habitação Municipal de Belém, como consta abaixo:

As obras do PAC Habitação (Programa de Aceleração do Crescimento) estão sob a responsabilidade da Companhia de Habitação – COHAB, na Região Metropolitana de Belém [...]. O Programa, que tornou-se um importante aliado no combate ao déficit habitacional, inclui a construção de moradias e implantação de infraestrutura nas áreas de execução, objetivando promover a melhoria da qualidade de vida de inúmeras famílias, que passarão a ter acesso a serviços essenciais, como sistema de abastecimento de água, tratamento de esgoto sanitário, energia elétrica, iluminação pública, ruas pavimentadas e áreas para a prática de esportes e lazer. (COMPANHIA DE HABITAÇÃO, 2013).

Atualmente a COHAB e a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) vêm executando os seguintes projetos de Provisão Habitacional na cidade de Belém-PA: Bacia do Paracuri; Comunidade Fé em Deus; Pantanal Mangueirão; Pratinha-Distrito de Icoaraci; Estrada Nova - Sub-bacia (Jurunas, Cidade Velha e Batista Campos); Igarapé Taboquinha; Liberdade; Portal da Amazônia; Residencial Liberdade I; Riacho Doce e Pantanal – 1ª etapa; Riacho Doce e Pantanal – 2ª etapa; Riacho Doce e Pantanal – 3ª etapa; Vila da Barca – 3ª etapa; Vila da Barca – Artur Bernardes, como podemos constatar no quadro 2 em que consta os projetos de urbanização em assentamentos, o total de investimento ainda no primeiro lançamento do PAC e a previsão do número de famílias deslocadas compulsoriamente causada pelas intervenções de urbanização ocorrida ainda no período de 2007 a 2010:

**Quadro 2:** Projetos de urbanização de assentamentos precários nos bairros de Belém-PA que estão em andamento.

<b>PROJETO</b>	<b>INVESTIMENTO PREVISTO</b>	<b>PERÍODO DE INVESTIMENTO</b>	<b>PREVISÃO DO Nº DE FAMÍLIAS REMANEJADAS</b>
Provisão Habitacional - Sede do município - Belém – PA	R\$135.754.506,35	2007 a 2010	-
Urbanização - Bacia do Paracuri	R\$68.763.359,64	2007 a 2010	-
Urbanização - Comunidade Fé em Deus	R\$22.723.451,57	2007 a 2010	332
Urbanização - Comunidade Pantanal Mangueirão	R\$27.134.937,69	2007 a 2010	-
Urbanização - Comunidade Pratinha - Distrito de Icoaraci	R\$30.298.729,10	2007 a 2010	655
Urbanização - Estrada Nova - Sub-bacia – (Jurunas, Cidade Velha e Batista Campos)	R\$66.417.340,34	2007 a 2010	-
Urbanização – Igarapé Taboquinha	R\$75.442.067,48	2007 a 2010	978
Urbanização – Liberdade	R\$19.999.612,19	2007 a 2010	-
Urbanização - Portal da Amazônia	R\$25.930.207,16	2007 a 2010	-
Urbanização - Residencial Liberdade I	R\$21.859.615,87	2007 a 2010	-
Urbanização - Riacho Doce e Pantanal - 1ª etapa	R\$12.859.939,26	2007 a 2010	524
Urbanização - Riacho Doce e Pantanal - 2ª etapa	R\$19.745.497,07		
Urbanização - Riacho Doce e Pantanal - 3ª etapa	R\$24.470.461,59		
Urbanização - Vila da Barca - 3ª etapa	R\$68.957.382,01	2007 a 2010	406
Urbanização - Vila da Barca - Artur Bernardes	R\$13.633.270,70	2007 a 2010	-

Fonte: PAC – Urbanização de Assentamentos precários, COHAB-PAC.

Os projetos apresentados no quadro 2 iniciaram a partir de 2007, todos envolvem remanejamento urbano localizados em alguns bairros de Belém, e fazem parte de um novo processo de urbanização de assentamentos precários no Pará, o que é uma tendência da Nova Política Habitacional no Brasil que apresenta reflexos no Pará, no qual tem-se a finalidade de “melhorar as condições de habitação e mobilidade em assentamentos precários em centros urbanos, com obras de infraestrutura como construção de moradias, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário e iluminação pública, entre outras” (PAC, 2015).

O MCidades tem por meio do PAC, normativas que auxiliam a intervenção em favelas e assentamentos precários, nesse sentido a arquiteta e urbanista Rolnik (2009) acredita que a urbanização das favelas é a decisão mais viável para melhorar o passivo socioambiental das

idades e garantir a permanência das redes comunitárias, e ao acesso a empregos, equipamentos públicos e outros serviços públicos.

Entretanto, tem-se por outro lado, intervenções de favelas que nem sempre favorecem de fato a população alvo de intervenção. Para que algumas intervenções sejam realizadas, o governo conta com as ações de remoções involuntárias, que historicamente têm causas e custos políticos e sociais negativos à comunidade.

Sobre os efeitos socioeconômicos sobre deslocamento forçado e remanejamento, foram identificados por Cernea (2004) os principais processos de empobrecimento gerado por ele como: **sem-terra; desempregado; falta de moradia; marginalização; insegurança alimentar; perda de acesso a recursos de propriedade comum; aumento da morbidade e desarticulação da comunidade.** A partir desse apontamento identificamos alguns efeitos baseados nas categorias identificadas por Cernea (2004) nos estudos realizados por vários autores como Valladares (1978), Abelém (1988), Santos (2007), Zitzke (2007), Negrão (2007), Almeida (2010), Souza (2011), Amorin (2011), Cernea (1993, 2004), Mejia (1996), Ribeiro (2012), Souza e Santana (2013), Brum (2013), Passos e Praxedes (2013), Menezes (2015), e Costa (2015).

Foi identificado por Santos (2007), Zitzke (2007), Negrão (2007), Souza (2011), Amorin (2011), Dias (2012), Pereira (2014) e Costa (2015), que o remanejamento/reassentamento causou a **desarticulação da comunidade**, através da mudança para outros bairros, causando assim o rompimento de laços de vizinhança, outra causa que chama atenção é a desintegração da família devido à casa ser pequena para abrigar todos os membros, diante disso as famílias tendem a perder os laços materiais e imateriais, tendo que restabelecer novos modos de vida em diferentes espaços de tempo e novas relações de confiança.

Outra categoria recorrente que foi identificada nas pesquisas foi que o remanejamento/reassentamento causa o **desemprego** das famílias afetadas, conforme apontaram Almeida (2010), Cernea (1993, 2004), Souza (2011), Amorin (2011), Souza e Santana (2013), tendo em vista que as famílias que dependem do comércio em suas casas tendem a perder a sua renda, a descontinuidade da atividade econômica causada pela mudança ou pela falta de espaço na nova moradia. A perda do emprego leva a outras consequências como a marginalização dessas famílias.

A **marginalização** é causada pela dificuldade de manutenção do rendimento através das pequenas atividades realizadas, contribuindo na dificuldade de pagar as taxas de serviços

(água, energia elétrica). Para dar conta de custear as taxas, as famílias adquirem dívidas ou vendem os seus móveis para complementar no pagamento das despesas. Outro dado importante que causa a marginalização é a perda de móveis no processo de remanejamento em que as famílias recebem auxílio moradia, elas tendem a permanecer mudando frequentemente, tornando-as inseguras e sem perspectiva de ter moradia definitiva.

As dificuldades de manutenção das novas unidades habitacionais têm gerado novos deslocamentos, dessa forma ocasionando a **perda de moradia/falta de moradia**. Conforme pontuaram os estudos de Cruz (2012), Souza e Santana (2013), Passos e Praxedes (2013), Pereira (2014) e Menezes (2015), a mudança é motivada principalmente para outros lugares em que o custo de vida é compatível com os rendimentos das famílias empobrecidas, logo a dificuldade de manutenção se agrava devido à perda do trabalho na antiga moradia, por conta de fatores que já foram apresentados aqui. Outro fator que leva as famílias a ficarem sem moradia é o atraso do pagamento do auxílio aluguel e os proprietários dos imóveis tendem a despejá-las, deixando-as desacreditadas do projeto.

As dificuldades causadas pelo alto custo com as taxas de serviço, a perda de bens materiais e imateriais, nos fazem reforçar que o capital é mais forte e eficaz no sentido de expulsar essas famílias, ocasião na qual uma parcela volta para áreas insalubres e sem infraestrutura urbana; por sua vez as áreas saneadas tendem a ser ocupadas por famílias com maior potencial de consumo.

Em face dessa conjuntura, o MCidades publicou no dia 18 de julho de 2013 a Portaria nº 317, que regula as remoções decorrentes de obras financiadas pelo Ministério das Cidades. Percebe-se que através dessa portaria o Estado brasileiro reconhece que as famílias envolvidas no processo de deslocamento compulsório passam por várias mudanças, conforme aponta o próprio texto da portaria nº 371/2013:

Considerando que a execução de obras e serviços de engenharia pode implicar no deslocamento involuntário de famílias de suas moradias ou do local de exercício de atividades econômicas; considerando que esse deslocamento afeta não somente a vida cotidiana das famílias, como também as relações sociais e comunitárias existentes nas áreas de influência direta e indireta da área de intervenção; considerando a necessidade de planejar adequadamente as diferentes soluções aplicáveis visando à garantia e respeito ao direito à moradia, que inclui não somente a situação da casa em si, mas também a restauração das condições sociais, de vida e de renda das famílias afetadas. (BRASIL, 2013).

A norma foi publicada para suprir a necessidade de planejamento de diferentes soluções para garantir o respeito ao direito à moradia, assim como a restauração das condições sociais em que a portaria se refere ao item de medidas compensatórias às famílias removidas.

A portaria de nº 317/2013 orienta que seja elaborado um plano de reassentamento e medidas compensatórias, para assim viabilizar soluções de acesso à moradia digna e à restauração ou o melhoramento nas condições de vida da população afetada, entre as soluções a portaria prevê que seja concedido auxílio aluguel de no mínimo três meses em casas em condições similares a antiga casa, sendo que esse valor pago as famílias deve ser compatível ao de mercado.

Embora a portaria nº 317/2013 represente um avanço no direito dos remanejados, essa legislação acaba tratando com descaso as famílias que passam pelo mesmo processo de remanejamento financiado por outros programas, “[...] é importante ressaltar que ela trata apenas de projetos financiadas pelo Ministério das Cidades, no âmbito do PAC, quando são muitos os órgãos e instituições do Governo Federal que vêm financiando projetos e programas em todo o país que estão desalojando pessoas” (ROLNIK, 2013).

Rolnik (2013) chama atenção à portaria nº 317/2013 ao dar a importância de incluir os recursos do plano de reassentamento às demais despesas do projeto como todo. No entanto, hoje o mais comum é a obra de infraestrutura urbana ser inaugurada e as pessoas continuarem esperando as casas prometidas, seja em suas habitações precárias, ou em outras habitações alugadas que são pagas com o recurso do projeto, como é o caso do projeto Riacho Doce em Belém-PA.

Outro dispositivo que busca defender os direitos das famílias que são deslocadas involuntariamente por programas e ações do MCidades, é a portaria de nº 21 do MCidades. Aprovada em 22 de janeiro de 2014, essa portaria aprovou o manual de instruções do Trabalho Social.

A portaria tem como objetivo a promoção, a participação, melhorias através da efetivação dos direitos das pessoas envolvidas no programa, bem como a sustentabilidade da área de intervenção. Diante disso a portaria define que:

O Trabalho Social, de que trata este Manual, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2014).

De acordo com a definição da portaria nº 21/2014, que compreende um conjunto de estratégias, processo e ações, bem como as características da intervenção social que se refere às orientações de aplicabilidade; atribuições; eixos; planejamento; fases de execução;

composição do investimento; equipe técnica; orientações para terceirização e parcerias para execução do trabalho social; monitoramento e liberação do trabalho social. São orientações de elaboração, contratação e execução do trabalho social no que se refere a intervenções de habitação e saneamento, atendendo principalmente intervenções que incidem em deslocamento involuntário de famílias executado pelo MCidades.

Desde a década de 1980, vem sendo adotadas medidas, por parte das agências financiadoras para minimizar os impactos negativos do reassentamento causado pelos projetos que abarcam o remanejamento e reassentamento de populações como forma de desenvolvimento. As agências financiadoras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e a CAIXA, possuem políticas de reassentamento que têm por finalidade orientar os municípios e estados na execução, para que minimizem os impactos sociais causados por projetos de infraestrutura urbana que envolvem remanejamento de famílias.

As normas operacionais adotadas entre os agentes financiadores (BIRD, BID e a CAIXA) exigem a apresentação de um plano de reassentamento conforme as portarias de nº 317/2013; nº 21/2014 do MCidades, e a política operacional 710 do BID. Aqui no Brasil um dos primeiros documentos de orientação para o Trabalho Técnico Social (TTS) junto com as famílias em processo de remoção foi o COTS da CAIXA, uma das exigências era a apresentação de um plano de reassentamento, quando houvesse a necessidade de remanejamento/reassentamento de famílias, esse plano deve abranger:

Ações para divulgação de informações claras e precisas sobre todo o processo [...] Ações para estimular a participação das pessoas que serão reassentadas, garantindo ampla discussão do projeto [...] Preservação das relações sociais e definição de critérios de reassentamento [...] criação de instâncias de mediação de conflitos e encaminhamento de reclamações [...] Medidas compensatórias (outra unidade e/ou indenização). (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013).

O Plano deveria apresentar a caracterização das áreas de intervenção e de reassentamento. A extensão de reassentamento deverá estar situada o mais próximo possível da antiga área ocupada, para permitir a manutenção das relações de vizinhança e outros contextos socioeconômicos, bem como a proximidade com os equipamentos públicos já utilizados. Caso as famílias precisem ser remanejadas antes da entrega das novas moradias, o COTS sugere ao elaborador do plano que não seja permitida a utilização de alojamento provisório coletivo, entre outras medidas temos nessa mesma direção a portaria nº 317/2013 e a mais atual é a portaria nº 21/2014, ambas têm como objetivo orientar o trabalho com as

famílias em processo de remanejamento ou reassentamento, bem como, proteger e garantir tais direitos.

Diante desses dispositivos legais os gestores devem garantir os direitos das famílias, para que dessa forma evite o mínimo de efeitos negativos na vida das famílias remanejadas. O estudioso Michel Cernea (2004) discute o tema sobre remanejamento de população atingida por projetos de desenvolvimento econômico, e apontou que o processo causado pelo deslocamento involuntário que as famílias pobres passam, tende a deixá-las mais vulneráveis a perdas materiais, ou seja, o remanejamento pode causar o empobrecimento das famílias que deveriam alcançar melhores condições de vida, já que estão sendo foco de intervenção estatal, para isso ressalta-se a importância dos dispositivos em face a esse processo.

No próximo tópico veremos os principais efeitos que o deslocamento involuntário vem causando na vida das famílias que moravam ou continuam morando em áreas de bacias hidrográficas, ou melhor, em áreas de baixadas no centro ou próximo da cidade de Belém.

#### 4.3 As intervenções nas baixadas de Belém

A cidade de Belém desde a sua fundação tem perpassado por várias intervenções urbanísticas, principalmente no centro da cidade, devido à presença em grande parte de baixadas. No entanto, segundo Trindade Jr. (1997), foi na década de 60 que se tem uma iniciativa sistemática de intervenção de várias baixadas de Belém, a partir da criação do DNOS, ele veio sistematizar as ações do saneamento das baixadas próximas do centro da cidade de Belém, uma das primeiras intervenções de macrodrenagem ocorreu na bacia hidrográfica da Tamandaré, que já havia sido motivo de intervenção antes mesmo da criação do departamento, assim como no Igarapé das Almas (Avenida Visconde de Souza Franco), as bacias do São José, Estrada Nova, Una, Val-de-cães e Tucunduba, as quais tiveram intervenções até a década de 70.

As intervenções urbanísticas voltam a ocorrer com maior intensidade na década de 1990, quando a política de desenvolvimento urbano volta a ser motivo de preocupação do Estado brasileiro. Nesse sentido algumas áreas de baixadas de Belém, que se localizam em áreas de bacias hidrográficas, voltam a ser objeto de intervenção, principalmente após a criação do MCidades em 2003 e com o lançamento do PAC em 2007, o qual tem como um dos eixos o investimento na política habitacional através da Urbanização de Assentamentos Precários.



Diante disso, este capítulo pautou-se na apresentação dos estudos de caso de projetos urbanísticos e produção habitacional que ocorreram a partir da década de 70 perpassando até os dias atuais, como as intervenções de macrodrenagem da Bacia do Una (1ª intervenção-1976); A macrodrenagem da Bacia do Una (2ª intervenção-1993); A macrodrenagem da Bacia do Tucunduba (1ª intervenção-1996); PDL (continuidade da macrodrenagem da Bacia do Tucunduba-2000 e o Riacho Doce-PAC-2007); Vila da Barca (2003) e o Projeto Portal da Amazônia (2006).

O deslocamento involuntário foi um dos efeitos que os projetos provocaram na vida das famílias que residiam em áreas de baixadas no centro ou próximo do centro da cidade de Belém. Portanto, optou-se entre os casos apresentados, dar ênfase ao estudo de caso do projeto Riacho Doce-PAC, sendo este um desdobramento do Projeto Tucunduba, também por se tratar de uma intervenção urbanística mais recente, que é o lócus da pesquisa deste trabalho.

#### *4.3.1 Projeto Macrodrenagem da Bacia do Una*

O PRB teve como a primeira intervenção a Bacia do Una, que contou com a ação do Plano de Ação Imediata (PAI), essa intervenção tinha a finalidade de realizar obras no Igarapé São Joaquim, que seria a construção do canal, aterramento e o remanejamento de 722 famílias. Segundo Abelém (1988), a intervenção na área seria uma experiência piloto, já que visava o saneamento e o remanejamento de famílias, para assim utilizar a experiência em intervenções futuras nas demais áreas de baixadas.

Percebemos que o projeto se mostrava confuso no que se refere ao remanejamento das famílias, uma vez que “a população seria apenas remanejada para outro local próximo e após o saneamento voltaria para área de origem que serviria igualmente para transferência de famílias de outras áreas alagadas quando estas fossem também saneadas” (ABELÉM, 1988, p. 50). Essa afirmativa entra em conflito com outra afirmativa em que “antes mesmo de iniciada a execução do PAI já estava acertado o não retorno das famílias para área saneada. Elas deveriam permanecer no conjunto a ser construído” (ABELÉM, 1988, p. 51). Inferimos que essas contradições de interesses refletem diretamente nas famílias que deveriam de fato ser beneficiadas pelo projeto, a fim de melhorar as suas condições de vida no seu antigo local de moradia.

Outro fator negativo na execução do projeto Una foi a troca da equipe de frente do projeto, a equipe do DNOS se desintegrou pela falta de entendimentos, os quais repercutiam nos diversos interesses dos técnicos e dos interesses políticos naquele momento, após a dissolução da equipe, uma outra equipe assumiu a execução do projeto, o Movimento Brasileiro de Alfabetização que vinha do Rio de Janeiro, no entanto essa equipe não tinha nenhuma experiência em remanejamento. Para dar continuidade ao projeto, assumiu uma outra equipe local, e por último a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) assumiu novamente o projeto.

No universo de 722 famílias, foi organizado o atendimento de grupos de 40 famílias de cada vez, algumas famílias foram remanejadas para vila de transição<sup>25</sup>, enquanto as outras famílias passariam por um processo de triagem a fim de serem indenizadas, e os inquilinos seriam encaminhadas para a COHAB na tentativa de conseguirem uma habitação, já que os mesmos não teriam direito nem a casa e nem a indenização.

Enquanto a solução da concessão da casa definitiva não era resolvida, foi observado por Abelém (1988) que as famílias passariam a se deslocar de casa em casa sem perspectiva de receber sua moradia definitiva, outro dado importante que chama atenção é a concessão do auxílio-mudança/auxílio moradia que tinha a finalidade de custear as despesas com a mudança da casa de transição para a casa definitiva, a fim de evitar o extravio dos imóveis. No entanto, o que se observa era a irregularidade, já que o morador assinava o comprovante de pagamento, mas o que acontecia de fato era o transporte da mudança com a ajuda do exército, o qual era custeado apenas o combustível, diante disso tem-se uma clara irregularidade à concessão do auxílio aos moradores, já que esse valor nem sempre era repassado para as famílias atendidas pelo projeto.

Em 1980 as famílias foram remanejadas para o Conjunto Providência, no entanto o projeto de urbanização não foi finalizado, podendo ocasionar novas remoções. A falta de um planejamento para remanejar as famílias incidiu em variáveis negativas à população remanejada, pois “parte desta foi removida, desarticulou-se sua organização social, seu orçamento doméstico, enfim, sua estratégia de sobrevivência” (ABELÉM, 1988, p. 155).

No ano de 1993 a Bacia do Una<sup>26</sup> sofre mais uma intervenção, o Projeto Macrodrenagem do Una tinha como finalidade estrutural “o saneamento, drenagem e

---

<sup>25</sup> Conjunto de quatro barracões com dez casas cada, com banheiro particular e uma bica para cada casa – onde deveriam aguardar a construção das casas definitivas (ABELÉM, 1988, p. 59).

<sup>26</sup> A Bacia do Una compreende 11 bairros de Belém, que são: Telégrafo, Umarizal, Nazaré, Sacramento, Pedreira, Fátima, São Brás, Marco, Souza, Marambaia e Bengui.

pavimentação de vias, conseguindo alcançar uma considerável área de abrangência, favorecendo principalmente a integração da malha urbana da cidade” (LEÃO, 2013, p. 81). Conforme Portela (2005), o Projeto Macro drenagem do Una não visava apenas as melhorias de infraestrutura, mas também melhorar a vida da população que morava nos 9 bairros (Telégrafo, Umarizal, Sacramento, Pedreira, Fátima, São Brás, Marco, Souza, Marambaia e Bengui) que foram atingidos. Podemos melhor compreender a intenção do projeto conforme Portela (2005, p. 196):

O Projeto de Macro drenagem da Bacia do Una apresentou-se tendo como função principal saldar uma antiga dívida social para com as camadas populares residentes nas áreas consideradas de baixadas, dotando-as de infra-estrutura, saneamento básico, sistema viário e equipamentos comunitários, além de realizar um amplo programa de educação comunitária, sanitária e ambiental, no sentido de dotar as camadas populares de conhecimentos e instrumentos capazes de manter os benefícios conquistados, preservando o meio ambiente e assegurando a conquista de uma melhoria de suas condições de vida.

O projeto foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a contrapartida do estado, no valor de US\$ 225 milhões de dólares. Para realização das obras foi necessário remanejar as famílias que ali ocupavam, para assim realizar as obras de infraestrutura. O projeto preveu o remanejamento de 2.000 pessoas, diferente da primeira intervenção que ocorreu na década de 70, o Projeto Macro drenagem da Bacia do Una almejava a participação da comunidade<sup>27</sup>, a permanência no mesmo local de intervenção e a redução dos interesses imobiliários após as melhorias.

Outro dado importante são as opções que as famílias tiveram para escolher no que se refere à concessão da moradia, o projeto ofertou três tipos de modalidade às famílias:

1. A primeira se referia ao remanejamento (com doação de lote) que consistia na indenização no valor do imóvel mais a concessão de um imóvel urbanizado;
2. A segunda alternativa seria a indenização total (sem doação de lote) paga ao morador, a indenização da moradia antiga mais o lote urbanizado;
3. A terceira trata da indenização parcial que estava restrita à perda parcial do imóvel causada pelas obras de infraestrutura.

Sobre o direito dos inquilinos o projeto visava indenizar o proprietário da casa, enquanto para o inquilino era concedido um lote mais as benfeitorias da antiga casa, ou seja, as famílias que moravam de aluguel tinham direito de serem remanejadas.

---

<sup>27</sup> Contudo, para alguns técnicos do Projeto Una, a inserção da participação popular, através do Comitê Assessor, não foi uma “imposição” do BID e, sim, a abertura do Governo do Estado, que sentiu a necessidade de criar uma instância capaz de assegurar a participação da sociedade no processo de execução do Projeto (PORTELA, 2005, p. 156).

De acordo com Pinheiro et al. (2003) e Leão (2013), o projeto atingiu 4.824 famílias, destas 2.780 foram remanejadas totalmente e as demais sofreram remanejamento parcial<sup>28</sup>. As famílias impactadas diretamente pelas obras foram reassentadas para o Conjunto Habitacional Paraíso dos Pássaros, sendo que essa localização respeitava 1.5 km conforme as normas do BID.

As famílias remanejadas foram acompanhadas por uma equipe multidisciplinar de um importante Programa de Apoio à Reforma Urbana, da Universidade Federal do Pará, a equipe pautou o trabalho técnico na participação dos moradores através da elaboração do projeto, levando em consideração o valor de gasto que o projeto pagava aos moradores, a equipe também acompanhou as obras nas casas e na compra dos materiais de construção das mesmas.

Sobre os efeitos do Projeto da Macrodrenagem do Una foi constatado por Pinheiro et al. (2003) e Leão (2013), que os impactos do reassentamento na vida das famílias se deram antes mesmo de serem reassentados no Conjunto Paraíso dos Pássaros, tendo em vista que os lotes eram pequenos e não atendiam as condições mínimas de habitabilidade aos futuros moradores, a incerteza da construção dos equipamentos comunitários.

Nesse ínterim as famílias ficaram à margem do que o projeto propõe de melhorar as condições de vida através da urbanização e a construção de casas, garantindo assim o mínimo de habitabilidade às famílias, entretanto foram constatados nesse ínterim alguns efeitos negativos que o projeto provocou na vida das famílias. Um dos efeitos negativos pontuados foi que “tivera completamente abandonadas pelo projeto, foram atendidas com uma péssima infraestrutura instalada nesse setor do conjunto, o que redundou no abandono de lotes e na improvisação de construções que prejudicava muito as famílias remanejadas” (PINHEIRO et al., 2003, p. 178).

Outro problema constatado foi a paralisação das obras devido a falta de recursos por parte do governo, no ano de 1996. De acordo com Portela (2005) e Leão (2013), a paralisação das obras deu origem à criação do Movimento em Defesa do Projeto de Macrodrenagem, e algumas famílias foram em busca de solução até Brasília, a fim de conversar com a representatividade do BID. Percebe-se que a lentidão do andamento do projeto se dava pelas diferenças de interesses políticos entre os diferentes agentes da esfera pública, gerando a falta de comprometimento do governo municipal e estadual na manutenção e conservação dos canais e das ruas pavimentadas.

---

<sup>28</sup> Remanejamento total, quando o imóvel se encontrava incluso na faixa de domínio das obras ou parcialmente incluso com mais de 50% da área do imóvel, ou quando o remanejamento parcial, no qual a parte da habitação era atingida pelas obras, tendo-se condições de recuar no próprio lote (LEÃO, 2013, p. 83-84).

Sobre os efeitos que ocorreram na vida das famílias, no processo do reassentamento, foram as dificuldades de adaptação já que o local no qual se localizava o Conjunto Paraíso dos Pássaros naquele momento era distante dos serviços públicos, “o conjunto estava na época desarticulado à malha urbana da cidade, dificultando o acesso aos moradores a trabalho, serviço e equipamentos urbanos” (LEÃO, 2013, p. 96).

A experiência do Projeto Macro drenagem do Una teve também efeitos positivos, uma vez que o projeto buscou garantir vários tipos de compensação às famílias, seja parcial ou total. No caso dos inquilinos foi garantido o remanejamento, sendo que na primeira, o projeto piloto da Bacia do Una, essa questão foi “solucionada” apenas como encaminhamento das famílias que moravam de aluguel à Secretaria de Habitação, sendo que isso não garantia a concessão da moradia.

Outro ponto importante no remanejamento das famílias atendidas pelo Projeto Macro drenagem da Bacia do Una foi a mudança para lote urbanizado e a autoconstrução de casas realizada por mutirão, esse processo ocorreu por meio de consultoria da equipe multidisciplinar através de um convênio realizado entre COHAB, UFPA e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP). Conforme Perdigão e Gayoso (2012), o resultado da equipe multidisciplinar (profissionais e estudantes das áreas de arquitetura e urbanismo, serviço social e engenharia civil) incidiu em poucas modificações estruturais, sendo que o estudo apontou que mais de 90% das famílias que obtiveram orientação de projeto habitacional, ficaram satisfeitas. Dessa forma as famílias se adaptaram melhor, uma vez que elas participaram do processo de remanejamento.

#### *4.3.2 Projeto Vila da Barca*

Em 2003 foi aprovado recursos para intervenção urbanística em assentamentos precários na Vila da Barca<sup>29</sup>, essa é outra área de baixada que fica próxima ao centro de Belém. O projeto foi orçado no valor de R\$ 36 milhões, esse recurso foi repassado pelo MCidades, sendo que a PMB contribuiu com apenas 10% desse valor.

Conforme Souza (2011, p. 136), o Projeto Vila da Barca objetiva “realizar intervenções físicas de infraestrutura e habitação em uma área de abrangência de 73.110.097 m<sup>2</sup>, prevendo a construção de 624 unidades habitacionais, além de unidades comerciais e de equipamentos comunitários (igrejas, creche, escola de samba etc.)”.

---

<sup>29</sup> A Vila da Barca localiza-se no Distrito da Sacramenta (DASAC), bairro Telégrafo, município de Belém-PA (RELATÓRIO CasaPAAP, 2015).

O primeiro cadastramento das famílias que moravam na área ocorreu no ano de 2000, executado pela SEHAB, entretanto em 2006 os técnicos responsáveis realizaram outro levantamento cadastral. Conforme apontaram Souza (2011), Amorin (2011) e Menezes (2015), o projeto se iniciou de fato no ano de 2006, devido algumas questões de caráter político causadas pela troca de gestão da PMB, questões judiciais relacionadas ao terreno e também pela saída da empresa após ganhar a licitação para executar o projeto.

No projeto social da Vila da Barca está contido o plano de reassentamento que tem como objetivo garantir a permanência das famílias no mesmo perímetro de intervenção. Nesse sentido, o plano de reassentamento foi dividido em três etapas, conforme apontaram Souza (2011), Amorin (2011) e Menezes (2015) essas três etapas se referem a:

1. Primeira etapa: Pré-reassentamento em que foi realizado o levantamento socioeconômico, culminando no Projeto Social de caracterização da área, e elaboração do Plano de Reassentamento e o envolvimento dos técnicos com a comunidade para facilitar a participação comunitária;
2. Segunda etapa: O reassentamento e a remoção das famílias das frentes de obra, ou seja, para realização das obras realizadas pela engenharia;
3. Terceira etapa: Pós-reassentamento e a entrega das unidades habitacionais, o acompanhamento da equipe técnica às famílias na nova moradia, no que se refere a adaptação das famílias às novas unidades habitacionais da 1ª etapa, e orientou sobre o uso da drenagem pluvial e de esgotamento sanitário, visto a precariedade e/ou inexistência no assentamento informal.

A partir do plano de reassentamento elaborado pela SEHAB, sabe-se que no ano de 2007 foram reassentadas temporariamente 208 famílias da antiga moradia, essas famílias estavam ocupando a área que passaria por intervenções de projeto de engenharia, conforme a segunda etapa do plano de reassentamento, as famílias teriam que ser reassentadas temporariamente, as quais receberiam auxílio moradia no valor de R\$ 400,00<sup>30</sup>.

Foi no final do ano de 2007, que das 208 famílias que estavam recebendo auxílio moradia, 124 famílias foram reassentadas para as novas moradias entregues pelo projeto, após a entrega o projeto passou a enfrentar dificuldades de cunho financeiro, uma vez que a PMB passou a atrasar o pagamento. Diante disso as novas moradias tiveram atrasos, sendo que foi no ano de 2010 que entregaram 12 unidades habitacionais, totalizando as 136 unidades

---

<sup>30</sup> Esse valor se refere ao ano de 2011 (SOUZA, 2011).

entregues até o presente momento, as 60 famílias continuam recebendo o auxílio aluguel e na espera das moradias definitivas.

Sobre as evidências dos efeitos na vida das famílias, foi constatado por Menezes (2016) que as famílias que estão no auxílio, estão sujeitas aos riscos sociais que o processo de deslocamento incide, como apontado abaixo:

Sobre a demora na retomada das obras, a SEHAB demonstrou-se ciente sobre os conflitos ocasionados, relatando aspectos como a vulnerabilidade social, principalmente das famílias que ainda encontravam-se em auxílio moradia, exposição à riscos de desabamento devido não poderem fazer intervenções nas palafitas, conflitos psicossociais e reocupação da área por famílias de outras localidades. (MENEZES, 2015, p. 64).

Conforme o resultado da pesquisa de Menezes (2015), inferimos que as famílias que estão recebendo auxílio moradia pelo Projeto Vila da Barca estão mais propensas aos riscos no que refere à habitação, à presença do sentimento de perda da antiga casa, já que outras famílias tendem ocupar a antiga moradia, uma vez que o estado apresenta várias dificuldades de finalizar o projeto.

Foi constatada por Souza (2011) que as famílias que estavam recebendo auxílio moradia mudaram para outros bairros distantes do seu antigo local de moradia, provocando, sobretudo, o enfraquecimento da luta em busca de melhoria habitacional, como consta abaixo:

Comprometendo antecipadamente os laços de solidariedade entre vizinhos enquanto estratégia de sobrevivência para as famílias com maiores dificuldades. Essa divergência interna abriu espaço para o enfraquecimento da luta da população atingida, ocultando uma questão maior, relacionada à forma como a vida foi afetada pela implantação do projeto independente do local de moradia. (SOUZA, 2011, p. 154-155).

Conforme Cernea aponta (2004), a dispersão da comunidade provoca a desarticulação da comunidade, provocando o desmonte da organização social. Outro dado que chama atenção de acordo com Amorin (2011), Souza (2011) e Menezes (2015), foi a dificuldade de adaptação material e simbólica, tendo em vista que as famílias tiveram dificuldades para custear as taxas de serviços básicos como água e energia elétrica. No que se refere a falta de adaptação devido à tipologia habitacional, o motivo é que as casas foram consideradas pequenas causando desconforto e dificuldade aos seus membros.

Sobre a falta de adaptação habitacional percebeu-se que a padronização das casas, além de causar desconforto aos membros da família, apresenta uma problemática maior, a sobrevivência das famílias que tinham alguma geração de renda através do comércio ou da prestação de serviços, conforme algumas atividades citadas por Souza (2011, p. 158-159):

Dentre as atividades mais citadas no ramo da alimentação estão a venda de churrasco, açaí, farinha, sopa, tucupi e chopp. No campo do comércio, varejo estão as mercearias ou tabernas que vendiam gênero alimentícios, produtos de higiene pessoais, dentre outros, quitandas com venda de frutas e legumes, uma pequena oficina de bicicleta, uma lanchonete e ainda um carro de lanche. Em relação a prestação de serviços, os trabalhos mais comuns realizados eram de cabelereiros, venda de produtos de catálogos de beleza e serviços de corte e costura.

Logo, percebe-se através das evidências de Souza (2011), que algumas famílias desenvolviam atividades de geração de renda para o seu meio de sobrevivência, mas devido a padronização das casas essas atividades ficaram comprometidas, devido a tipologia habitacional não levar em consideração a prática de atividades comerciais em casa, sendo afetada após reassentamento com a falta de espaço e a dificuldade de mobilidade devido o modelo de sobrado se tornar um empecilho às pessoas mais idosas acessarem, contribuindo assim para a perda de trabalho, que Cernea (2004) trata como um dos efeitos negativos que gera empobrecimento às famílias deslocadas compulsoriamente. Ainda se tratando da falta de espaço das casas ofertadas pelo projeto, foi possível inferir a partir dos dados empíricos<sup>31</sup> dos estudos de Souza (2011), que algumas famílias tiveram que se desfazer de móveis por não caberem na nova moradia, dado que também aponta a perda de bens materiais, deixando evidente o processo de empobrecimento.

Os dados positivos apontados por Amorin (2011) é que o projeto urbanístico da Vila da Barca proporcionou segurança e saneamento na qualidade de vida das famílias reassentadas.

#### *4.3.3 Projeto Portal da Amazônia*

Uma das últimas intervenções lançadas recentemente na cidade de Belém se iniciou em 2006, o Projeto de Macrodrenagem e Urbanização da Bacia da Estrada Nova e com ele a revitalização da Orla do Rio Guamá, conhecido também como o Projeto do Portal da Amazônia. A proposta de intervenção do Projeto Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova consiste no saneamento de 7 canais, integração viária, melhorias urbanísticas e paisagísticas das vias, além da criação de áreas de lazer. Enquanto que a proposta do Portal da Amazônia é a integração viária, reassentamento com a construção de unidades habitacionais, urbanização das vias, construção de equipamentos públicos e áreas de lazer. Essas ações contam com diferentes agentes financiadores como o BID, governo federal e PMB, bem como discorre Leão (2013, p. 119):

---

<sup>31</sup> Ver relatos em: Souza (2011, p. 160-162).



A sub-bacia 01, primeira a ser executada é financiada pelo BID, sendo nomeada de “PROMABEN” possui uma equipe própria para gerenciamento das obras. A sub-bacia 02 com obras iniciadas no mesmo período recebe recursos do governo federal através do PAC Saneamento e PAC habitação, esta obra atualmente é gerenciada pela Secretaria Municipal de Urbanismo – SEURB e nomeada de “Projeto de macrodrenagem e urbanização da Estrada Nova”. As sub-bacias 03 e 04 com início de obras posteriores possuem recursos também do PAC Saneamento, no entanto é gerenciada pela Secretaria Municipal de Saneamento – SESAN.

Percebemos que as ações de intervenção do Projeto Portal da Amazônia junto com o Projeto Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova são divididas em sub-bacias (sub-bacia 01, sub-bacia 02, sub-bacia 03 e sub-bacia 04), as quais têm diferentes intervenções, entretanto vamos focar mais sobre o processo de remoção das famílias causado por essas ações de intervenção dos projetos citados.

Segundo Cruz (2012) e Leão (2013), a estimativa inicial do projeto era atingir 3.723 imóveis, tendo em vista que o deslocamento dessas famílias seriam orientados conforme a política operacional 710 (OP) do BID e as diretrizes para reassentamento do PAC para urbanização de favelas da CAIXA. Entretanto, o que foi visto foi uma série de incertezas sobre o plano de remanejamento, haja vista que o projeto não apresentou uma proposta inicial concreta para reassentar as famílias que sairiam do antigo local, devido as obras que ocorreriam primeiramente na sub-bacia 01. Após outro estudo elaborado pelo PROMABEN, o Relatório de Impacto Ambiental reduziu a estimativa inicial para 2.129 imóveis atingidos.

Conforme apontou Leão (2013), a primeira proposta foi dada em 2006, que seria remanejar temporariamente para próximo do Canal do Jacaré (situado na Bacia do Una), que por sua vez seriam remanejados definitivamente para o Conjunto Habitacional Aloisio Chaves na Avenida Bernardo Sayão. Nesse ínterim, foi dada em 2008 a segunda proposta de remanejamento, as famílias seriam reassentadas para lotes urbanizados próximos ao Igarapé Tucunduba (bacia na qual também ocorre intervenção que incide em remoção).

No período de 2009 a 2011 foram elaborados o Plano diretor de realocação de população e atividades econômicas e o Programa específico de realocação, ambos se complementavam, uma vez que tinham como finalidade buscar “soluções habitacionais e de apoio à reinstalação de atividades econômicas” (LEÃO, 2013, p. 125).

As propostas de reassentamento na sub-bacia 01 se desdobravam em 04, as quais eram:

1. Reassentamento para conjunto habitacional – Seria reassentado no conjunto habitacional, no caso dos comerciantes seria também concedido uma unidade habitacional após a conclusão do projeto;

2. Reassentamento para casa comprada pela PMB – Seria comprada uma unidade habitacional pela PMB desde que se enquadrasse nas normas utilizadas pelo projeto;
3. Indenização em dinheiro – A indenização seria paga conforme a avaliação dos técnicos na benfeitoria, essa avaliação é feita conforme custos definidos pela tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil;
4. Indenização de “fundo de comércio” – Seria pago ao morador que exercesse alguma atividade comercial, mas que foi prejudicada devido às ações do projeto, essa indenização seria paga no valor de 02 meses, pagos de uma vez após a mudança.

Chama atenção que dessas alternativas de indenização e reassentamento feitas às famílias do projeto, aquelas atingidas pela sub-bacia 02 tiveram apenas duas alternativas que são reassentamento para o conjunto habitacional (opção 01) e a indenização em dinheiro (opção 03).

Conforme Cruz (2012), as primeiras famílias a serem remanejadas devido a execução do projeto de engenharia foram as famílias que moravam no endereço entre a rua Veiga Cabral e Fernando Guilhon, os quais afetaram 436 imóveis.

De acordo com o plano de remanejamento apresentado às famílias foi possível identificar, de acordo com o estudo de Cruz (2012), que as famílias nesse ínterim se mostraram no dilema em decidir qual seria a melhor opção para resolver o “problema da moradia”: de acordo com as opções “legais” do plano de remanejamento do projeto. Sobre a indenização, os moradores consideram os valores baixos no que se refere à indenização para comprar uma casa próxima da sua antiga moradia, ou se optam pelo remanejamento provisório, que seria o recebimento do auxílio moradia, durante a espera da moradia, sendo que essas famílias se mostraram desacreditadas, uma vez que tem famílias que estão recebendo auxílio moradia desde o ano de 2006 até os dias atuais.

Em 2012 ocorreu o reassentamento das famílias atingidas pelas ações da sub-bacia 01, elas foram reassentadas para o Residencial Comandante Cabano Antonio Vinagre que se localizava a 6,5 km. Segundo Leão (2013), a equipe técnica do social teve dificuldade de “convencer” as famílias para serem reassentados no residencial, uma vez que elas acreditavam em continuar morando no local da antiga moradia com as melhorias realizadas pelo projeto e devido à localização estratégica próxima ao centro da cidade.

Atualmente a intervenção continua sendo realizada, mas alguns estudos – de Amorin (2011), Souza (2011), Cruz (2012) e Menezes (2015) – apontaram mudanças na vida dessas famílias, como o custeio de altas nas taxas de serviço de água, energia elétrica, custos com

transportes, o desmantelamento das relações de vizinhança que acabaram incidindo em conflitos na atual moradia, a perda de renda devido à mudança. Outro efeito negativo é o tempo que as famílias ficam recebendo auxílio moradia, sem perspectiva concreta de mudar definitivamente para a sua moradia.

As impressões da pesquisa de Cruz (2012) apontaram que as famílias previstas para serem remanejadas estavam/estão inseguras sobre a mudança no que se refere ao “caso do aluguel, em virtude dos atrasos no repasse do dinheiro, os proprietários despejam os inquilinos, tornando difícil a moradia, alterando completamente a rotina da população” (CRUZ, 2012, p. 290). Logo inferimos que o auxílio aluguel não resolve a solução de melhoria habitacional, deixando as famílias sem referência de casa e suscetíveis ao aprofundamento da pobreza.

Estudos de Leão (2013) apontaram que as famílias que foram reassentadas para o Residencial Comandante Cabano Antonio Vinagre ficaram recebendo auxílio moradia por aproximadamente 2 anos (2010-2012), uma das justificativas que se tinha era a paralisação da obra causada por problemas de licitação. Sabe-se que essas famílias têm a sua moradia de origem nas vilas situadas em palafitas às margens do Rio Guamá, logo percebemos que são famílias em situação de empobrecimento que moram em áreas que requerem melhoria habitacional.

#### *4.3.4 A Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba*

Nesse item trataremos sobre as intervenções na Bacia do Tucunduba, iniciadas na década de 90, que se desdobrou em várias etapas, entre elas o projeto Riacho Doce, que é o mais atual. Diante desse contexto procuraremos fazer uma abordagem síntese de todas as intervenções, exceto do projeto Riacho Doce-PAC, o qual será aprofundado, configurando-se como o nosso estudo de caso, em que realizou-se a pesquisa de campo. Para situarmos melhor, a figura 3 apresenta o traçado do Igarapé Tucunduba e a comunidade Riacho Doce:

**Figura 3:** Comunidade Riacho Doce e traçado do Igarapé Tucunduba em Belém-PA, 2001.



Fonte: PMB (2001).

Na década de 90 foi a vez da Bacia do Tucunduba<sup>32</sup>, que segundo Penteadó (1968) é a segunda maior bacia de Belém, assim como as outras, sabe-se também que essa bacia teve algumas intervenções, conforme foi extraído de alguns estudo como de Souza et al. (2003) e Negrão (2007). A partir dessas informações foi elaborado uma figura para melhor compreendermos os desdobramentos das intervenções na Bacia do Tucunduba e assim compreender com afinco o que é o projeto Riacho Doce-PAC, conforme consta na figura 4:

---

<sup>32</sup> A Bacia do Tucunduba está localizada a sudeste da cidade de Belém, afluyente do Rio Guamá e possui aproximadamente 1.055ha, sendo que cerca de 575ha são áreas de “baixada”, considerada a maior bacia municipal. O curso d’água e seus afluentes, os responsáveis pelos alagamentos das áreas localizadas nos bairros que compõem a referida bacia, com 14.175 metros de extensão (DNOS/74), constituído por 13 canais, sendo, o igarapé do Tucunduba, considerado o principal igarapé da bacia, com 3.500 metros de extensão, Lago Verde, Caraparu, 2 de Junho, Mundurucus, Gentil Bittencourt, Nina Ribeiro, Santa Cruz, Cipriano Santos, Vileta, União, Leal Martins e Angustura, abrange os seguintes bairros: Universitário, Terra Firme (Montese), Guamá, Canudos e Marco. Dentre os quais o Guamá é o mais populoso e o da Terra Firme ocupa a segunda colocação (PLANO DE REMANEJAMENTO DA BACIA DO TUCUNDUBA, 2013).

**Figura 4:** Esquema sobre todas as intervenções ocorridas na Bacia do Tucunduba-Belém/PA desde o ano de 1993.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Conforme a figura 4, entende-se que a primeira intervenção na Bacia do Tucunduba ocorreu no ano de 1993, essa intervenção foi orçada no valor de 22 milhões de reais, o chamado projeto Infra-Marco<sup>33</sup>. Posterior foi dada continuidade na intervenção com a aprovação do Projeto Habitar Brasil<sup>34</sup> no ano de 1996, que custou 6 milhões de reais, no entanto foi percebido que essas intervenções voltaram-se unicamente para o saneamento, dessa forma excluindo qualquer preocupação com as melhorias habitacionais da população residente na área, conforme pontuam Souza et al. (2003, p. 19):

Na análise dos referidos projetos detectou-se falhas técnicas de concepção, pois as ações de macrodrenagem estavam previstas apenas para as partes intermediárias dessa Bacia, não considerando os vetores de jusante à montante. Nesse caso específico, estas ações davam conta do problema de assoreamento do leito d'água de modo parcial e imediato, mas não resolviam a questão da insalubridade das habitações ao longo da Bacia e nem tratavam a retirada das benfeitorias edificadas sobre os leitos dos igarapés.

Percebemos que as primeiras intervenções não priorizaram claramente a questão da moradia, eram intervenções focalizadas no saneamento, essa justificativa se baseava na

<sup>33</sup> O objetivo era implementar a macrodrenagem nos canais das travessas Angustura, Leal Martins, Timbó e Vileta, no bairro do Marco (NEGRÃO, 2007, p. 71).

<sup>34</sup> Iniciou em 1996, previa a construção dos canais das ruas Mundurucus, Av. Gentil Bittencourt, Travessa Cipriano Santos e Rua Santa Cruz (NEGRÃO, 2007, p. 71).

alegação de falta de recursos suficientes para financiar os gastos totais do projeto, logo a falta dos recursos interveria diretamente na continuidade do projeto.

No ano de 1998 ocorreu aprovação do mesmo projeto com os recursos da FADESP<sup>35</sup>, da Universidade Federal do Pará em parceria com PMB, o valor de financiamento pertence a 10 milhões de reais, nesse ínterim o Projeto Tucunduba passou pela revisão que resultou no redimensionamento das intervenções da Macrodrenagem do Igarapé Tucunduba, que teve como principal mudança a correção do “processo de macrodrenagem para uma intervenção de jusante à montante. Porém, esta nova versão ainda mantinha o revestimento em concreto” (SOUZA et al., 2003, p. 20). Essa mudança estrutural significou a redução do assoreamento do rio, entretanto ela não assinalava mudanças de cunho social, passando a adotar outras ações, segue o quadro 3 com os dados da primeira intervenção de caráter estrutural:

**Quadro 3:** Fases do Projeto de Macrodrenagem do Igarapé Tucunduba.

Fases	Trecho	Metros	Previsão inicial de custo (R\$ - milhões)
Primeira	Entre Av. Perimetral e rua Lauro Pessoa	1.200	9,8
Segunda	Rua São Domingos até Av. Gentil Bitencourt	1.100	6,1
Terceira	Av. Gentil Bitencourt até a Trav. Vileta	1.050	3,5
Total		3.350	19,4

Fonte: PMB (2001).

A primeira fase do projeto de macrodrenagem abrange 1.200 metros do igarapé no trecho entre a Av. Perimetral e a rua Lauro Pessoa, o que equivale a um terço do curso do Igarapé Tucunduba. Nesse mesmo trecho está localizada a comunidade Riacho Doce.

A nova concepção do Projeto Tucunduba ocorreu no ano de 2000, na qual foi levada em consideração principalmente a navegabilidade do rio, adotando o fim da concretagem; retiraram-se famílias que ocupavam a margem do igarapé e as melhorias habitacionais. Percebemos que o redimensionamento das ações levou em consideração o modo de vida dos moradores e as melhorias habitacionais, essas mudanças foram identificadas como uma nova concepção do projeto como consta na figura 5.

A intervenção do Projeto Macrodrenagem do Tucunduba teve como uma das ações o deslocamento involuntário de famílias que ocupavam o domínio de 60 metros de largura do Igarapé Tucunduba, essas famílias foram remanejadas para o Conjunto Habitacional Eduardo Angelim, outra modalidade adotada foi a compra de casas próxima do igarapé, sendo que a PMB exigia que a compra da casa deveria ser mais próxima da área de intervenção e se

<sup>35</sup> A Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento científico, social e tecnológico da Amazônia. Endereço eletrônico da página: <[http://www.portalfadesp.org.br/pagina.asp?id\\_pagina\\_214](http://www.portalfadesp.org.br/pagina.asp?id_pagina_214)>.

tivesse documento emitida pela PMB, haja vista que o projeto havia realizado trabalhos de regularização fundiária naquela área, essas medidas eram uma das formas de garantir a permanência da família no bairro. Podemos observar melhor conforme os estudos – de Barbosa (2003), Souza et al. (2003), Negrão (2007) e Leão (2013) –

que a remoção das famílias que ocupavam a margem do Igarapé Tucunduba ocorreu de quatro formas diferentes:

1. A primeira opção – O remanejamento para o Conjunto Habitacional Eduardo Angelim;
2. A segunda opção – A compra de uma casa que estivesse com as normas da PMB, uma delas seria a regularização fundiária próxima ao local de intervenção;
3. A terceira opção – A aceitação da indenização da casa que estava dentro da área de intervenção;
4. A quarta opção (Permuta) – a possibilidade de permutar com um morador que não estivesse dentro da área de intervenção, mas que mostrasse interesse em mudar para o Conjunto Habitacional Eduardo Angelim, por sua vez a casa ficaria com o morador alvo da intervenção.

No ano de 2001, a PMB<sup>36</sup> inicia o projeto de urbanização e produção habitacional nas comunidades do Riacho Doce e Pantanal, dando sequência ao programa de urbanização da Bacia do Tucunduba, onde a intervenção recebe a denominação de Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal – PDL/RDP.

O PDL/RDP foi planejado para atender as duas comunidades (Riacho Doce e Pantanal), entretanto considerando o alto investimento que requer um plano dessa natureza, a execução da obra, inicialmente, foi dividida em duas etapas:

A primeira prevendo o atendimento de 889 famílias com a implantação de infraestrutura urbana, incluindo uma estação de tratamento de esgoto, construção de unidades habitacionais, programa de melhorias habitacionais e módulo hidráulico, equipamentos urbanos e comunitários.

---

<sup>36</sup> Edmilson Rodrigues assumiu a prefeitura de Belém de 1997 a 2005, “Instituiu em Belém o Orçamento Participativo (OP), que integrava o programa administrativo do PT, e pelo qual setores da sociedade civil local passaram a participar das discussões relativas à elaboração do orçamento municipal. Durante a segunda gestão à frente de Belém, Rodrigues deu impulso ao Plano de Desenvolvimento Local (PDL), conhecido também por Projeto Tucunduba, que propunha instituir melhorias urbanas e obras de infra-estrutura para comunidades ribeirinhas”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rodrigues-edmilson>>.

A segunda etapa com atendimento previsto para 648 famílias também com implantação de infraestrutura, construção de unidades habitacionais, programa de melhorias habitacionais e módulo hidráulico. E, ainda que o projeto físico tenha sido dividido em duas etapas, o projeto social previu o atendimento inicial das 1.537 famílias residentes na área de intervenção no ano de 2001.

Os recursos captados pela PMB, em 2001, via Programa Habitar Brasil BID, para execução da primeira etapa foram de R\$ 10.890,000 (dez milhões, oitocentos e noventa mil reais), para serem gastos num período de 15 meses de obra e 29 meses de Projeto Social (PMB, 2001). O PDL/RDP teve várias intercorrências na sua execução, o que impossibilitou a realização do planejamento inicial. A primeira delas foi a derrota sofrida pela PMB na ação judicial, impetrada pela Cooperativa dos Servidores da UFPA (COOES/UFPA), contra a desapropriação do terreno localizado em áreas contíguas à comunidade Riacho Doce, para o qual estavam previstas as construções da maioria das habitações<sup>37</sup>:

**Figura 5:** Projeção da intervenção proposta em 2001.



Fonte: PMB (2001).

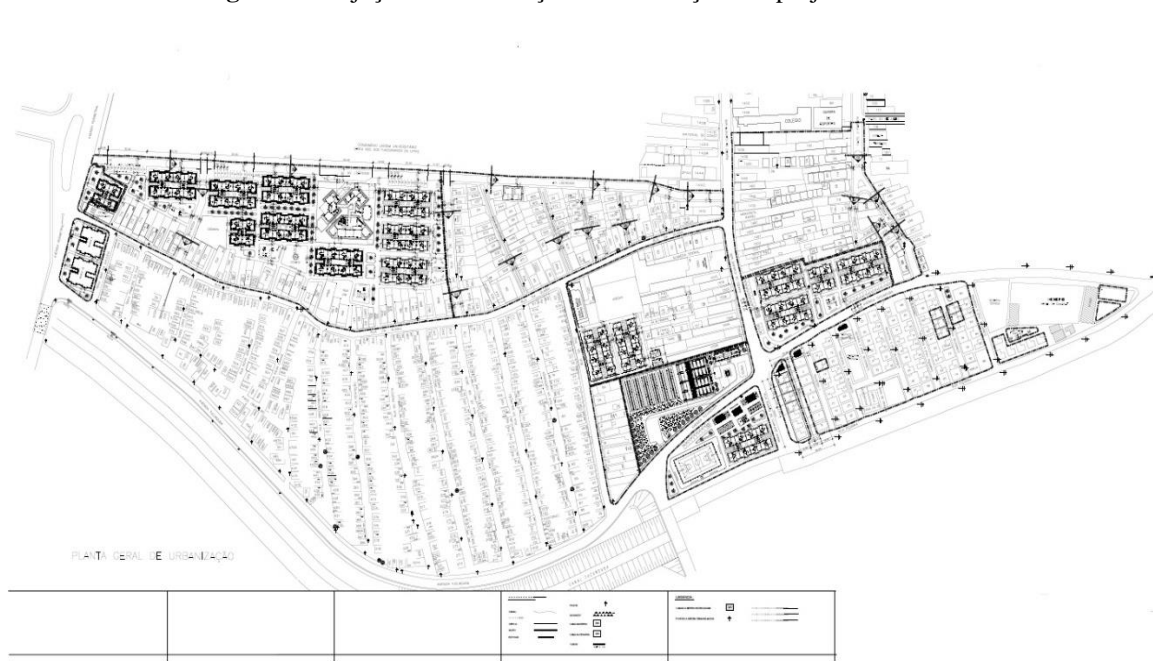
<sup>37</sup> As áreas localizadas próximas ao Igarapé estão classificadas como de Patrimônio da União por serem consideradas como “terras de marinha”. Existe uma disputa jurídica entre o município de Belém e a União por conta do reconhecimento da dominialidade dessas áreas que, nos cálculos da Secretaria de Patrimônio da União, abarcam cerca de 45% do território municipal. Tal “confusão” jurídica tem gerado muitas dificuldades ao município de Belém na implantação de projetos de urbanização e habitação. O terreno em questão, pertencente a União, está sob regime de aforamento à Cooperativa de Servidores da UFPA. Para implantação do PDL/RDP, a PMB, numa estratégia política jurídica, recorre a desapropriação por interesse social. Contudo, tal estratégia foi inviabilizada com sentença judicial a favor da Cooperativa. Vale ressaltar que a disputa judicial durou 11 meses, ocasionando atrasos e revisão do planejamento da intervenção.



A inviabilidade de uso do terreno teve como efeito um replanejamento da intervenção, com revisão da tipologia habitacional a ser construída, passando de sobrados para prédios de 4 andares, cuja localização na área de intervenção teve que ser readequada, de forma a garantir que as famílias permanecessem no local.

Outra intercorrência que interferiu no andamento do projeto foi o incêndio ocorrido em dezembro de 2001 na comunidade Riacho Doce, que deixou 100 famílias desabrigadas, fato que obrigou a PMB a desapropriar outro terreno na área de intervenção para a construção de um alojamento provisório destinado a abrigar as famílias até a construção das unidades habitacionais. Esse mesmo terreno foi utilizado para construção de alguns dos prédios habitacionais, como demonstrado na figura 6:

**Figura 6:** Projeção da intervenção com alterações de projeto no ano de 2008.



Fonte: COHAB (2009).

Ao comparar as figuras 5 e 6 é possível observar mudança na proposta de urbanização inicial para a área de intervenção. A localização dos prédios ocorreu de acordo com a disponibilidade de pequenas áreas. A concepção do remanejamento também passou por mudanças, ao ter que adotar a metodologia de deslocamento das famílias para abertura de área para obras, ao invés do remanejamento das famílias somente depois das unidades construídas. Para criar condições de abertura de áreas, a PMB passou a adotar o “auxílio moradia” – recurso financeiro repassado pela PMB às famílias para o pagamento de aluguel.

A mudança na gestão municipal<sup>38</sup> no ano de 2005, interferiu diretamente no projeto, provocando a paralisação das obras. A situação econômica e de habitabilidade das famílias, tanto aquelas que já estavam no auxílio moradia como os outros moradores, se agravou, tanto que em dezembro de 2006, recebem a visita da relatora da situação habitacional da ONU em atendimento à denúncia feita pelos moradores de paralisação das obras do projeto.

Em decorrência do não cumprimento do contrato pela PMB (com a não retomada das obras) e após mobilização das lideranças comunitárias locais, no ano de 2007, a intervenção passa para a administração do governo estadual, comandado pelo Partido dos Trabalhadores, ficando a cargo da COHAB.

As diversas opções propostas pelo PDL/RDP foram elaboradas a fim de minimizar os efeitos negativos às famílias alvo de remanejamento da macrodrenagem do Igarapé Tucunduba.

Conforme Pinheiro et al. (2003), até o ano de 2001 foram indenizadas 468 benfeitorias, as demais já tinham aderido o remanejamento, enquanto outras estavam negociando. Sabe-se que algumas problemáticas já podem ser percebidas mesmo antes do término do projeto, como as “dificuldades em se obter o controle total dos novos endereços, pelo fato de que após a assinatura do acordo e o recebimento da indenização no setor financeiro da secretaria, perde-se o contato direto com o morador” (PINHEIRO et al., 2003, p. 189).

Outros problemas apontados no processo de remoção das primeiras famílias, conforme apontaram Negrão (2005) e Leão (2013), foram as: Dificuldades de se comprar uma casa próximo da antiga moradia ou até mesmo longe, que tiveram como principal fator o baixo custo de indenizações; as famílias que aceitaram o remanejamento tiveram apontamentos das famílias estarem arcando com os altos custos das taxas de serviços como água e conta de energia, o que também refletiu na dificuldade de adaptação. Outras famílias que tiveram que sair antes da entrega habitacional, devido a liberação da área, foram “compensadas” com o auxílio moradia, no entanto tem-se a insegurança e o sofrimento de famílias<sup>39</sup> que esperam a unidade habitacional prometida pelo projeto há mais de 14 anos. Essas impressões se tornaram mais evidentes no projeto Riacho Doce-PAC, como veremos mais adiante.

---

<sup>38</sup> Duciomar Costa assumiu a PMB no ano de 2004, conforme o verbete da FGV (2005), a gestão de Duciomar deu ênfase aos programas de saneamento e asfaltamento de ruas e a construção de conjuntos habitacionais. No entanto, não foi o que percebemos a partir do caso do Projeto Tucunduba, em que o projeto paralisou, piorando a situação das famílias.

<sup>39</sup> Na pesquisa de campo tivemos contato com moradores que estão no auxílio moradia desde o ano de 2003.

No ano de 2007, a COHAB assina contrato com a CAIXA, via financiamento de recursos pelo Programa de Aceleração do Crescimento-PPI/PAC, na modalidade urbanização, retomando as obras e a execução do Trabalho Técnico Social. Novamente houve uma mudança no planejamento da intervenção, que passou a ser executada considerando três etapas, com contratos de financiamentos específicos, assim distribuídos no quadro 4:

**Quadro 4:** Projeto de Urbanização PAC Riacho Doce e Pantanal.

<b>Etapas</b>	<b>Famílias atendidas</b>	<b>Data da contratação</b>	<b>Início da execução</b>	<b>Valor investimento (R\$)</b>
Primeira	886	31/12/2007	30/06/2008	11.933.004,09
Segunda	1000	31/12/2007	30/06/2008	19.603.986,28
Terceira	957	10/10/2007	30/06/2008	24.189.651,51
<b>Total</b>	<b>2843</b>		-	<b>55.726.641,88</b>

Fonte: SNH/DHAB/DUAP/CAIXA/IBGE.

Dados coletados em: 31 dez. 2012, apresentado em Perdigão et al. (2014)<sup>40</sup>.

A captação de recursos no PPI/PAC possibilitou aumento na meta de atendimento, passando de 1537 famílias (previsto em 2001) para 2.843 famílias (2007). Contudo, as intercorrências na execução da intervenção continuaram, havendo períodos longos de paralisação da obra, levando a reprogramações do cronograma de execução. O cronograma de execução inicialmente previsto foi de 24 meses para obras e 33 meses para o trabalho social; considerando tais prazos a previsão para conclusão seria março de 2011. No quadro 5 é possível observar as mudanças no cronograma de execução:

**Quadro 5:** Projeto Urbanização Riacho Doce e Pantanal, tempo de execução contrato COHAB – 2008 a 2014.

<b>Etapas</b>	<b>Início da execução</b>	<b>Prazo inicial (meses)</b>		<b>Tempo de execução (meses)</b>
		<b>Obras</b>	<b>PTTS</b>	
Primeira	30/06/2008	24	33	66
Segunda	30/06/2008	24	33	66
Terceira	30/06/2008	24	33	66

Fonte: COHAB (2014); IAGUA (2014), apresentado em Perdigão et al. (2014).

Como se pode observar no quadro 4 acima, o prazo de execução, em dezembro de 2014, atingiu o dobro do inicialmente previsto. Estando ainda em execução, as previsões atuais de conclusões são incertas, gerando impactos negativos na vida das famílias atingidas pela intervenção, especialmente aquelas que encontram-se no auxílio moradia, considera-se que “isto leva a vulnerabilidades sociais das famílias pelas incertezas sobre a data do reassentamento, além da sensação de descrédito em relação ao projeto que acabou não tendo a participação social anunciada” (LEÃO, 2013, p. 117).

<sup>40</sup> Dados fornecidos pelo Ministério das Cidades.

Sem dúvida, o Projeto de Urbanização da Comunidade Riacho Doce e Pantanal, por seu extenso cronograma de execução, tornou-se uma das mais impactantes intervenções na vida das famílias atingidas e um dos mais longos projetos de urbanização em execução, desde o início da intervenção em 2001 até meados do ano de 2017 já são 16 anos de projeto, sem apresentar certezas quanto a sua finalização.

Nesse ínterim as ações de remanejamento foram sendo executadas e as famílias que ainda não receberam suas novas unidades habitacionais encontram-se em auxílio moradia. Para o remanejamento das famílias toma-se como prioridade a abertura de áreas para as obras e vias, e como solução dos casos de famílias em situação de risco (COHAB, 2011). No Plano de Remanejamento, elaborado pela COHAB em 2011, são informados o quantitativo de famílias a serem remanejadas, conforme quadro 6:

**Quadro 6:** Previsão do quantitativo de famílias a serem remanejadas, 2011.

<b>Etapas</b>	<b>Quantitativo de famílias</b>	<b>Optaram por indenização</b>	<b>Estimativa de auxílio moradia</b>	<b>Em novas unidades habitacionais</b>	<b>Em negociação</b>
Primeira	229	-	197	32	-
Segunda	178	-	102	-	-
Terceira	117	-	25	-	-
Total	524		324	-	-

Fonte: COHAB (2011).

**Quadro 7:** O quantitativo por etapas do projeto Riacho Doce de famílias recebendo auxílio moradia pelo projeto PAC Riacho Doce em 2017.

<b>Número de famílias recebendo auxílio moradia por etapa- 2017</b>			
<b>1º etapa</b>	<b>2º etapa</b>	<b>3º etapa</b>	<b>Total</b>
193	146	45	384

Fonte: COHAB-PA (2017).

Atualmente tem-se 384 famílias que estão recebendo auxílio moradia, um quantitativo considerável tendo em vista que estima-se o remanejamento de 524 famílias, como consta no quadro 6. Mais de 70% das famílias estão em processo de transição da sua casa de origem para a sua casa definitiva, levando as famílias permanecerem no auxílio moradia por um tempo considerável em relação aos anseios e necessidade das famílias.

No Plano de Remanejamento se prevê o reassentamento das famílias na própria comunidade Riacho Doce, sem haver o deslocamento para áreas distantes, o que evitaria uma série de efeitos na vida cotidiana das famílias e na sua condição socioeconômica. Contudo, devido o adensamento habitacional da área, a solução encontrada para abertura de áreas para construção das novas unidades habitacionais foi o remanejamento das famílias, antes que as unidades estivessem prontas para receberem seus novos moradores.

Como alternativa à manutenção das famílias, adotou-se o auxílio moradia – um tipo de auxílio financeiro mensal no valor atual de R\$ 426,23 ofertado às famílias visando o pagamento de aluguel de imóvel para moradia. As estimativas indicam que 324 famílias estão recebendo auxílio moradia, algumas delas por mais de 10 anos, sem moradia própria tendo que se deslocar todas as vezes que tem que renovar seu aluguel; outras vivem ainda de forma mais precária em relação à vivência anterior, sobre a imposição de não poder fazer nenhuma modificação em suas casas, porque estão em área de intervenção e podem ser remanejadas.

#### 4.4 Síntese dos capítulos

A ocupação da Amazônia ocorreu de forma sistematizada a partir da implantação dos grandes projetos desenvolvimentistas, os quais contaram com políticas de incentivos fiscais e de ocupação de assentamento ao longo das rodovias. Essas medidas iniciaram-se nos governos de Getúlio Vargas (1940), governo de Juscelino Kubitschek (1950) e vieram a se intensificar no período dos governos ditatoriais. Ao fazer um balanço nesse processo de ocupação e exploração, podemos inferir que uma das causas da política de colonização da Amazônia foi a urbanização que ocorreu mais intensamente a partir da década de 60. A partir desse contexto tiveram um percentual significativo de pessoas que migraram das áreas rurais para a capital paraense.

Diante da migração que causou o inchaço populacional e a ocupação por famílias de baixa renda em assentamentos precários, que no caso de Belém em sua grande maioria são áreas de baixadas. Foi a partir da década de 60 que o poder público compreendeu que é necessária a intervenção nesses espaços, com macrodrenagem de bacias hidrográficas e saneamento, e com melhorias habitacionais em áreas de baixadas próximas ou no centro da cidade de Belém. Os pesquisadores mais críticos chamam esse momento de política higienista, devido a ocorrência dos projetos que envolvem intervenção em assentamentos precários com melhorias, a fim de valorizar o espaço e conseqüentemente causam a saída dos “beneficiários”, por não ter de fato instrumentos legais que garantam a permanência dessas pessoas no antigo local.

Percebeu-se que as primeiras intervenções nas bacias de Belém antes da década de 30 eram voltadas para o saneamento das áreas alagadas/alagáveis no centro da cidade, diante de “realização de obras de engenharia sanitária na cidade que remontou à década de 30, tais

preposições objetivaram proteger a cidade contra as inundações de áreas de baixadas ao longo do rio Guamá e da Baía de Guajará” (TRINDADE JR., 1997, p. 46).

Percebeu-se que as intervenções que incidem em deslocamento compulsório começaram a ocorrer em Belém a partir da ocupação de áreas “vazias”, ou seja, áreas com pouco ou sem nenhuma infraestrutura, as referidas áreas de cotas mais baixas, os assentamentos precários que, como bem pontuou Cardoso (1997), começaram a crescer na década de 80.

Conforme Pinheiro et al. (2003), durante a década de 1980 ocorreu um maior adensamento populacional nas áreas centrais de Belém através da verticalização. Um processo que se ampliou para as áreas de baixadas próximas, saneadas e valorizadas com os investimentos públicos e privados garantindo maior estoque de terras infraestruturadas ao mercado imobiliário. Diante do estudo realizado por Abelém (1988), que teve como objeto o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, a autora pontuou algumas problemáticas que perpassaram no processo de remanejamento das famílias, tendo em vista que o Projeto Macrodrenagem da Bacia do Una foi considerado projeto piloto na década de 60 no que se refere à intervenção urbanística. Entretanto, os problemas apontados nesse projeto – que se iniciou em 1976 e que foi concluído em 1980 com o remanejamento das famílias para o Conjunto Providência – são ainda marcadamente presentes nas intervenções atuais.

Nos trabalhos de Santos (2007), Negrão (2007), Almeida (2010), Souza (2011), Amorin (2011), Cruz (2012), Dias (2012), Souza e Santana (2013), Menezes (2015) e Costa (2015) foi possível identificar que o deslocamento compulsório que incide em remanejamento ou reassentamento financiado pelo PAC, tem apontado que o cotidiano dessas pessoas sofre mudanças devido alguns fatores comuns nos projetos Macrodrenagem do Una, Macrodrenagem do Tucunduba, Vila da Barca e Portal da Amazônia.

A mudança no cotidiano se refere desde ao rompimento dos laços de solidariedade que também consideramos uma das estratégias de sobrevivência daquelas famílias que quase não têm rendimentos, pois sobrevivem do mercado informal através de pequenas vendas. A desarticulação da comunidade, o empobrecimento, causado pela perda da atividade econômica que dificultou o custeio das altas taxas de serviços, no caso do Projeto Vila da Barca, ficou claro que algumas famílias tiveram a sua atividade econômica afetada devido ao modelo habitacional de sobrado, o qual além de dificultar a acessibilidade dos clientes, diminui o fluxo de pessoas.

Ainda sobre os efeitos foi possível identificar principalmente nos estudos de Santos (2007), Negrão (2007), Souza (2011), Amorin (2011) e Menezes (2015), que o remanejamento alterou o cotidiano das famílias, tendo em vista que a estrutura da casa fez com que as famílias se desintegrassem, pois o tamanho da casa era pequena para abrigar todos os membros da família. Ocorreu também a perda de bens materiais, a ruptura de hábitos e costumes enraizados e construídos socialmente pelo modo de vida dos ribeirinhos e interioranos, dificuldades decorrentes do tamanho das unidades habitacionais que forçou os componentes a saírem da casa, ocasionando a desintegração da família.

Diante dos vários efeitos negativos, para melhor organizar os resultados foram utilizadas as oito categorias que Cernea (2004) apontou que caracterizam o empobrecimento, que são: sem-terra (a perda da terra); desempregado (a perda do emprego); falta de moradia (a perda da casa); marginalização; insegurança alimentar; perda de acesso a recursos de propriedade comum; aumento da morbidade e desarticulação da comunidade. Dessas categorias as pertinentes identificadas nos estudos foram: **O desemprego, a falta de moradia, a desarticulação da comunidade**. Inferimos que as famílias afetadas pelo projeto se encontram em piores condições do que se encontravam antes, por isso que se faz necessário se instruir de legislações que possam preservar e garantir o direito dessas famílias em face de deslocamento involuntário.

Nas leituras sobre as normas operacionais 4.12, o Manual de Orientação do Programa Habitar Brasil/BID, Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) da Caixa Econômica Federal (CAIXA), Portaria do MCidades 317/2013 e 21/2014, não identificamos nenhum documento que determina um prazo máximo para as famílias serem remanejadas ou reassentadas nas suas moradias definitivas, foi observado que dentro das “medidas compensatórias” há o remanejamento provisório de famílias, levando a aceitarem o auxílio aluguel, que é uma estratégia de retirar as famílias para dar continuidade no seguimento do projeto de engenharia, no entanto as famílias acabam ficando mais tempo aguardando a moradia definitiva, como é o caso das famílias que fazem parte do projeto Riacho Doce, que aguardam aproximadamente há 16 anos pela entrega da unidade habitacional prevista pelo projeto.

No que se refere às famílias que estão recebendo auxílio moradia, têm-se uma preocupação diferenciada, tendo em vista que essas famílias ficam mais vulneráveis, tendenciando a empobrecer ainda mais em relação às famílias que se encontravam aguardando o remanejamento definitivo, apesar das casas estarem em condições precárias,

elas não precisam inteirar o aluguel e não precisam se deslocar como imigrante alhures<sup>41</sup>, como ocorre com os moradores que recebem auxílio moradia. As mudanças tendem a degradar os bens materiais e imateriais dos moradores, convivendo com a incerteza de mudança definitiva para a sua moradia.

A remoção representa um agravante na condição de vida dessas famílias quando não se leva em consideração a justiça social, como chama atenção Michel Cernea (2004). Por isso que se faz importante a criação de instrumentos que garantam o direito da população remanejada como a portaria nº 317/2013 e de nº 21/2014.

Percebeu-se que os agentes públicos têm dificuldade em efetivar a resolução dos problemas que garantam a minimização dos impactos negativos causados pelo remanejamento/reassentamento, tendo em vista que os mesmos problemas que ocorreram com as famílias deslocadas da macrodrenagem da Bacia do Una, tendem a se reproduzir até os dias atuais, temos como exemplo o problema institucional no que se refere à mudança de equipe, haja vista que o trabalho social não tem continuidade.

Portanto, as perdas materiais e imateriais no decorrer do processo de deslocamento compulsório geram empobrecimento, uma vez que as famílias envolvidas nesse processo tendem a ver as ações de intervenções dos projetos de infraestrutura urbana de maneira negativa, diante desse contexto as famílias tendem utilizar de várias estratégias de sobrevivência, como retornar para a sua antiga moradia e continuar recebendo o valor do auxílio pago pela instituição executora do projeto, como é o caso do projeto Riacho Doce-PAC.

---

<sup>41</sup> Ver Bartolomé (2000).



## **5 REMANEJAMENTO E MUDANÇAS NO COTIDIANO FAMILIAR: O CASO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE RIACHO DOCE**

As ciências sociais vêm consolidando a discussão sobre processos que causam mudanças sociais, Vainer (2003) aponta que essa discussão sobre o processo de mudanças ainda é incipiente diante da dimensão e complexidade que os processos sociais e históricos se apresentam. Diante disso, este capítulo pretende fazer uma discussão teórica sobre o cotidiano do morador e, posteriormente, sobre os dados da pesquisa sobre o remanejamento de famílias que estão passando por esse processo de transição. Para que dessa forma contribua para o estudo sobre as mudanças sociais imbuídas nesse processo.

Conforme aponta Bartolomé (2000), os impactos causados por remanejamento estão relacionados com as estratégias de sobrevivência, que por sua vez apresentam recursos de sobrevivência como as redes de solidariedade; os mecanismos para apropriação simbólica do ambiente natural e social no que se refere aos significados atribuídos a objetos e paisagens; aos locais sagrados; e por último os sistemas de status social e relacionamentos que estão relacionados com a interação efetiva entre um grupo e outro, ou seja, a relação de poder. O economista e sociólogo Vainer (2003)<sup>42</sup> considera que o remanejamento é tratado como efeito de um processo de mudança social que interfere com várias dimensões em escalas espaciais e temporais.

O processo de mudanças na vida das famílias que são alvo de projetos de infraestrutura financiados pelo PAC, ocorre inicialmente quando reconhece a área de intervenção através do diagnóstico social em que o cadastramento familiar e a selagem das casas fazem parte de um procedimento de identificação, os quais segue as normas do TTS, orientado pelo MCidades. Nesse sentido as famílias ficam sobreaviso das decisões tomadas pelo estado, principalmente no que se refere à saída de suas moradias.

A OP-710 e outros estudos vêm apontando que o processo de deslocamento compulsório apresenta uma importante tendência de ter maior risco de empobrecimento, perdas sociais e simbólicas, rupturas de vizinhanças, em que o cotidiano acaba sendo alterado no decorrer desse processo. Como pontua Pontes (2013), o deslocamento gera mudança excepcional no modo de vida de uma população e no seu cotidiano, onde as pessoas

---

<sup>42</sup> O autor faz um importante debate sobre o conceito atingido na implantação de empreendimento hidrelétrico no artigo intitulado: Conceito de “atingido”: Uma Revisão do Debate e Diretrizes. Disponível em: <[www.observabarragem.ippur.ufrj.br/central\\_download.php?hash...id=18](http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash...id=18)>.

desenvolvem suas atividades há algum tempo, é responsável por sua existência individual e coletiva.

Agnes Heller (2008) compreende por cotidiano a vida do homem que participa da vida cotidiana em todo seu aspecto individual de capacidades intelectuais, ela parte da ideia que “os homens fazem sua própria história, mas em condições previamente dadas, contém as teses fundamentais da concepção marxista da história: por um lado, a tese da imanência, e, por outro, a da objetividade” (p. 1). Logo, a vida cotidiana é em grande medida heterogênea, a qual podemos observar a partir das diferentes importâncias que atribuímos às nossas atividades, a qual exemplifica a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.

O conceito de Netto e Falcão (1989) sobre a vida cotidiana tem a teoria de Heller (2000) como referência, portanto se refere à contraditoriedade, complexidade e ambiguidade do seu conteúdo. Eles fazem uma importante consideração sobre a relação do cotidiano com Estado e a produção capitalista de bens de consumo, “O Estado moderno gere o cotidiano seja diretamente ou indiretamente, diretamente pelos regulamentos a leis, pelas proibições ou intervenções múltiplas, pela fiscalização, pelos aparelhos da justiça, pela orientação da mídia, pelo controle das informações etc.” (LEFEBVRE, 1981, p. 126 apud NETTO; FALCÃO, 1989, p. 16). Uma das estratégias de controle são as campanhas publicitárias que moldam e manipulam os sonhos e as fantasias, conforme citado abaixo:

Técnicas publicitárias, as mais sofisticadas, introduzem na vida cotidiana o fabuloso progresso das máquinas e utensílios domésticos, capazes de transformar radicalmente a paisagem da vida cotidiana, seja dos ricos, seja dos pobres. Através dos meios de comunicação, tais máquinas e utensílios (a televisão, o aparelho do som, o forno de micro-ondas, o videocassete, o microcomputador, o automóvel, os instrumentos de “bricolagem”, os cremes de beleza, os supercongelados, etc...) se apresentam como sedução permanente ao prático, ao pragmático, ilusório. (NETTO; FALCÃO, 1989, p. 16).

A vida cotidiana é permeada pela produção capitalista e pelo controle do Estado, portanto o estudo do cotidiano não está restrito apenas a relação que este tem com o Estado ou com a produção capitalista. De acordo com os estudos de Netto e Falcão (1989), o cotidiano comporta a totalidade, ou seja, o cotidiano não está restrito a fenômenos microssociais opostos aos macrossociais, para melhor compreender o cotidiano de acordo com os estudos do filósofo marxista, o cotidiano apreende-se como totalidade, tem-se a partir de três perspectivas convergentes:

A primeira delas diz respeito a busca do real e da realidade [...] a vida cotidiana compreende o dado sensível e prático, o vivido, a subjetividade fugitiva, as

emoções, os afetos, hábitos e comportamentos [...] a segunda perspectiva diz respeito a totalidade [...] numa totalidade, se torna possível o conhecimento dos fatos como conhecimento da realidade. As partes encontram no todo o seu conceito e a sua verdade [...] a terceira perspectiva diz respeito às possibilidades da vida cotidiana enquanto motora de transformações globais. A vida cotidiana tem se insinuado como um dos centros motores das atuais possibilidades de transformação da sociedade. (NETTO; FALCÃO, 1989, p. 20-21).

Diante dessas três perspectivas fica claro que o cotidiano não somente está dentro de uma realidade de fenômenos microssociais, mas numa totalidade em que é importante compreender para melhor se aproximar dos efeitos no cotidiano das famílias remanejadas, sabe-se que já foram elencados aqui neste trabalho alguns efeitos negativos os quais passam, por isso, o estudo sobre o cotidiano delas é relevante no sentido de contribuir para um estudo mais específico sobre as atividades diárias das famílias que estão vivendo o processo de remanejamento.

Outra categoria importante de apresentar é a rotina familiar, foi percebido no estudo de Netto e Falcão (1989), o uso da categoria rotina que foi utilizada como sinônimo de vida cotidiana, como podemos observar nas citações seguintes: “a vida dos gestos, relações e atividades rotineiras de todos os dias [...] um espaço do banal, da rotina e da mediocriticidade” (NETTO; FALCÃO, 1989, p. 14).

Sobre o entendimento da diferença entre os conceitos de cotidiano e rotina, Guimarães (2002) considera que a rotina dos indivíduos é considerada as características da vida cotidiana, a rotina faz um apontamento das particularidades humanas. Diante disso podemos considerar que as atividades desenvolvidas no dia a dia são formas de entender como as pessoas pensam, agem e se relacionam em sociedade.

O estudo sobre rotina é um método que advém da medicina social que vem sendo utilizado pela psicologia, a partir do modelo Biecológico do Desenvolvimento Humano<sup>43</sup>, em que o estudo de rotina é uma das variáveis importantes para se compreender a diversidade das relações no comportamento humano que ocorre no dia a dia.

Conforme pontuam Silva et al. (2010), a discussão sobre rotinas é muito pertinente no que se refere à investigação de rotinas familiares, a partir dos estudos de Souza (2011), Boehs e Fernandes (2013), Pontes (2013) e Costa (2015) foram apontados alguns efeitos negativos que o remanejamento, a mudança de moradia e a renda podem causar na rotina familiar:

---

<sup>43</sup> [...] Modelo Biecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH) é então uma alternativa possível tanto para teorização como para sistematizar a investigação dessa área. De acordo com esta proposta, o desenvolvimento deve ser situado em sua característica biecológico e isto implica na consideração nos seus quatros núcleos (Processo, Pessoa, Contexto e Tempo) (PONTES, 2013, p. 11).

Distância da escola das crianças e do local de trabalho, perda das relações de vizinhanças, dificuldade de adaptações, vizinhos “provisórios”, descontentamento com as casas que foram alugadas, atrasos pela caixa, no depósito do recurso para o aluguel e a ameaça de despejos pelos proprietários aos imóveis alugados impossibilitando de manutenção das pequenas atividades econômicas, foram alguns fatores de dificuldades apontadas pelas famílias durante em que estiveram inseridos no auxílio aluguel. (SOUZA, 2011, p. 151).

O estudo de Souza (2011) pontuou algumas mudanças nas rotinas das famílias ao aderirem o plano de remanejamento provisório em 2006 pelo Projeto Vila da Barca, as quais recebiam auxílio moradia, essas pessoas tiveram intensas alterações em suas rotinas a partir da dificuldade de acesso aos serviços públicos, a quebra de vínculos, a insegurança de moradia e a perda de trabalho. Boehs e Fernandes (2013, p. 165) apontaram a importância da moradia na previsibilidade da rotina familiar:

A reconstrução e a aquisição das moradias é uma das tarefas que mais influencia nas rotinas familiares desta fase, assim como as incumbências econômicas e sociais consequentes a ela, mas retomar seu espaço próprio e reconquistar a autonomia na organização das atividades diárias fornece maior previsibilidade e regularidade à vida familiar. O retorno ao trabalho e a aquisição de um novo emprego, no caso de alguns cônjuges e de filhos adolescentes, são atividades que garantem a renda e que orientam o estabelecimento de horários, regras e divisão de tarefas no convívio diário familiar.

O estudo dos pesquisadores Boehs e Fernandes (2013), chama atenção para a importância da aquisição da moradia como um ponto de equilíbrio na rotina, o qual tem uma importante influência no estabelecimento regular da rotina familiar. Além da moradia tem-se também a situação socioeconômica como um dos fatores que altera a rotina familiar, conforme aponta Pontes (2013):

A falta de flexibilidade nos horários dificulta ou implica em períodos mais curtos de suporte parental para os pais com menores recursos econômicos [...] um dos principais contribuintes para o caos na vida das crianças são as mudanças na casa ou local de escola. Ambos os tipos de mudanças fraturam as redes sociais dos pais, das crianças e removê-los do ambiente familiar.

Outro fator importante a se analisar é a situação socioeconômica, pois de acordo com Pontes (2013), a relação do estado socioeconômico é uma variável importante que está ligada diretamente com a mudança de rotina familiar, entendeu-se que os trabalhadores que recebem menor salário e que são chefes de família tendem apresentar menor previsibilidade nas atividades no dia a dia, como na casa ou na escola. A mudança de moradia também é outro fator que aponta mudanças na rotina familiar, conforme Costa (2015, p. 64):

[...] Os resultados também apontaram que algumas atividades rotineiras diminuíram, outras aumentaram ou se mantiveram estáveis. O que indica que a dinâmica familiar foi impactada pela mudança residencial em aspectos que dizem respeito ao maior

uso de locais como sala, quarto e cozinha, e menor uso da rua em função dos níveis supostamente elevados de violência no conjunto habitacional, o que levou, em alguns casos, ao uso do espaço interno da moradia para realização de atividades de lazer. É importante destacar que, comparativamente, na moradia atual aumentou a porção de tempo dedicada à realização de tarefas domésticas, atividades de cuidado consigo e com o outro (geralmente, os filhos e netos), o que pode ter levado à redução do tempo sozinho.

A pesquisadora Costa (2015) inferiu – na sua pesquisa sobre rotinas de famílias alvo de remanejamento – que a mudança habitacional causa mudança na rotina familiar, sendo que a tipologia habitacional tende a contribuir com essa mudança.

A estabilidade e a previsibilidade na rotina na vida cotidiana tende a apresentar menos transtorno à vida das famílias, a qual está relacionada com a saúde mental, logo entende-se por “rotina de saúde familiar são padrões dinâmicos de comportamentos relevantes à saúde, que os membros aderem na vida diária e que podem ser revistas, descritas e discutidas pelos membros no espaço doméstico” (PONTES, 2013), logo a rotina se apresenta com as mesmas características da vida cotidiana, ambas não são estáticas, tendem a evoluir e serem influenciadas a todo tempo por mudanças.

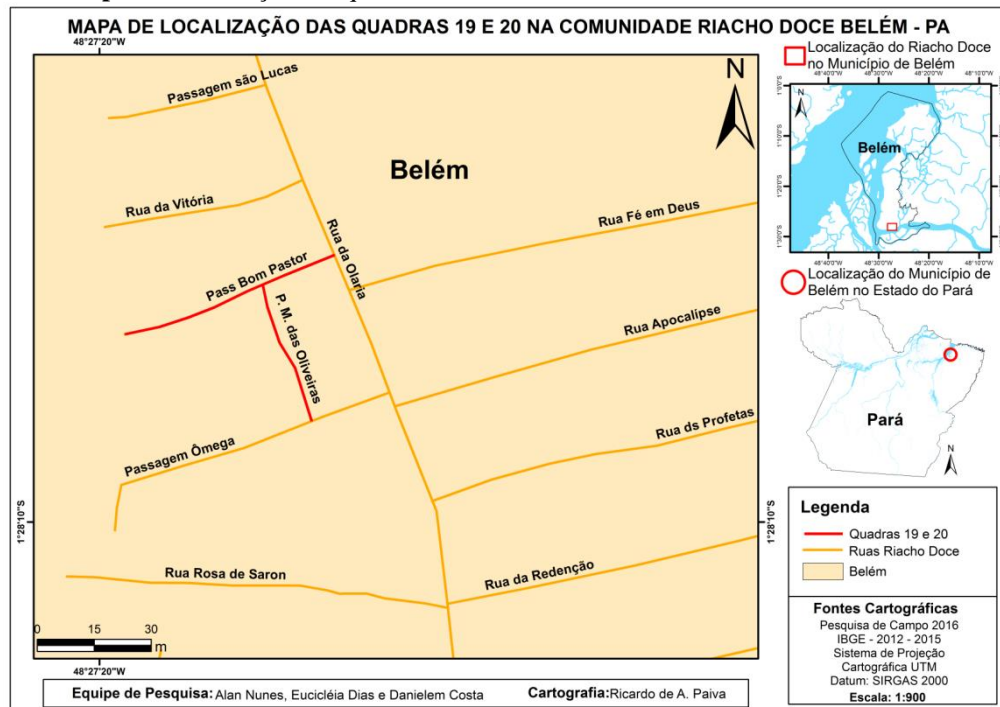
A partir dos estudos de Souza (2011), Boehs e Fernandes (2013), Pontes (2013) e Costa (2015), percebemos que as mudanças no cotidiano familiar ocorrem a partir de vários fatores, no entanto a moradia é um dos principais fatores que modifica a rotina, assim como a renda, diante disso podemos compreender que no processo de remanejamento estão imbuídas perdas que vão além da moradia e da renda, como tratou as pesquisas de Santos (2007), Zitzke (2007), Negrão (2007), Almeida (2010), Souza (2011), Amorin (2011), Cruz (2012), Dias (2012) e Ribeiro (2012). Desse modo, os resultados sobre a rotina evidenciaram as mudanças ocorridas na vida das famílias em meio ao processo de remanejamento, levando ao entendimento na totalidade no que refere-se às mudanças no cotidiano das famílias, uma vez que essas mudanças foram provocadas a partir de condições prévias que foram submetidas pelas intervenções estatais.

A partir do entendimento sobre o conceito de cotidiano e rotinas familiares, percebemos que ambos se complementam para melhor investigar os efeitos do remanejamento que vêm ocorrendo na vida das famílias que estão de auxílio moradia na comunidade Riacho Doce. Diante dos resultados apontados pela literatura foi possível ver que não se tem muitos estudos sobre a vida cotidiana aqui no Brasil, acredita-se que este estudo pode ser uma forma de coadunar evidências necessárias sobre os efeitos que incidem na vida das famílias afetadas por projetos de infraestrutura urbana.

## 5.1 O histórico do processo de remanejamento na comunidade Riacho Doce

A fim de cotejar os dados sobre o Projeto optou-se realizar um levantamento preliminar, no qual foi possível identificar que essas famílias então passando por um momento de plena insegurança, sem perspectiva de melhorias, deixando-as em situação de imprevisibilidade e insegurança habitacional. Diante disso foi identificado dentro da comunidade Riacho Doce as quadras<sup>44</sup> 19 e 20, em que se estabeleceu o remanejamento das famílias para a realização de obras, podemos ver melhor no mapa 2:

**Mapa 2:** Localização das quadras 19 e 20 na comunidade Riacho Doce, Belém-PA.



Fonte: Pesquisa CasaPAAP (2016).

O mapa 2 foi elaborado para ilustrar as quadras 19 e 20, como está identificado com um traçado em vermelho para melhor representar as quadras. No entanto, é necessário pontuar que a comunidade Riacho Doce possui 25 quadras, como podemos observar no quadro 8:

<sup>44</sup> A divisão por “quadras”, as ruas e passagens foram identificadas por denominações religiosas. Os nomes que foram escolhidos pelo primeiro presidente do centro comunitário, Sr. Abrão, não foram de fato incorporados no imaginário da comunidade. Muitos moradores não sabem os nomes das ruas e utilizam somente a numeração de quadras para a localização de endereços (GAYOSO, 2009, p. 6).

**Quadro 8:** Identificação das quadras e ruas que caracterizam a comunidade Riacho Doce.

COMUNIDADE RIACHO DOCE - BELÉM-PA	
QUADRA	RUA
01	Paz
02	Esperança
03	Salvação
04	Fé em deus
05	Apocalipse
06	Dos profetas
07	Redenção
08	Arrebatamento
09	Canaã
10	Jerusalém
11	Lírio do Vale
12	Mar da Galileia
13	Príncipe da Paz
14	Avenida perimetral
15	União
16	Presidente Abrão
17	Estrela da Manhã
18	Rosa de Saron
19	Ômega
20	Bom Pastor
21	Vitória
22	São Lucas
23	Moises
24	Emanuel
25	Salmo 23

Fonte: Pesquisa de campo, comunidade Riacho Doce, 2016.

Foi observado que as quadras têm passagens estreitas, não têm postes de iluminação pública, sem asfaltamento, com a presença de casas precárias sem saneamento básico, como podemos analisar na figura 7:

**Figura 7:** Entrada principal da quadra 20 localizada na comunidade Riacho Doce.

Fonte: Pesquisa de campo, comunidade Riacho Doce, 2016.

Durante a pesquisa de campo nas quadras 19 e 20, ocorrida antes do remanejamento no ano de 2014, foi possível constatar crianças brincando na rua, as casas na maioria eram de madeira com aparente precariedade. A partir de conversas com moradores observou-se a insegurança de sair de suas casas para serem remanejados com apenas a garantia do auxílio moradia, que apesar das condições insalubres como a falta de saneamento básico, segurança, iluminação pública e outros serviços básicos, os moradores gostariam de permanecer morando em suas casas. Entre as conversas com moradores, surgiam questionamentos de mesma essência, bem como: “Por que eles não ajeitam aqui? Pelos menos não precisa deixar nossas casa?”, apesar da maioria das famílias terem aderido o plano de remanejamento e poucos resistiram através da permanência no local.

Dos moradores residentes nas quadras 19 e 20, 55 foram chamados para o processo de negociação na COHAB-PA, porém apenas 42 assinaram o termo de adesão ao remanejamento e estão recebendo o auxílio moradia, como consta no quadro 9:

**Quadro 9:** Distribuição do quantitativo de famílias que aderiram ao Plano de Remanejamento – 2014.

Nº	AUXÍLIO MORADIA	QUADRA 19	QUADRA 20
01	Recebem auxílio moradia	13	18
02	Ainda não recebem auxílio moradia	03	08
Total:		16	26

Fonte: Dias (2014).

Foi observado que no ano de 2014, as quadras 19 e 20 tiveram mudanças significativas no que se refere à organização espacial e da apropriação da casa nesse contexto de remanejamento. As principais mudanças foram a expropriação das famílias que aderiram ao remanejamento e retornaram depois de algum tempo, ou seja, tiveram casos de reapropriação da casa devido a insegurança que o projeto apresenta às famílias. Outra mudança foi a apropriação de novas famílias às antigas casas que foram desapropriadas e até mesmo a construção de novas casas, como podemos observar na figura 8:



**Figura 8:** Casa sendo construída em área de desocupação pelo projeto PAC Riacho Doce.



Fonte: Pesquisa de campo, quadra 19, comunidade Riacho Doce, 2016.

Nas duas quadras, que foram o lócus da pesquisa, percebeu-se que em 2016 as famílias que tinham chegado recentemente estavam construindo novas casas, como consta na figura 8, tendo em vista que essa área de acordo com o projeto PAC-Riacho Doce era para estar “congelada”, ou seja, a área não poderia ser ocupada novamente, uma vez que o projeto remanejou as famílias com objetivo de desocupar a área para a realização de obras de infraestrutura como prevê o projeto executivo.

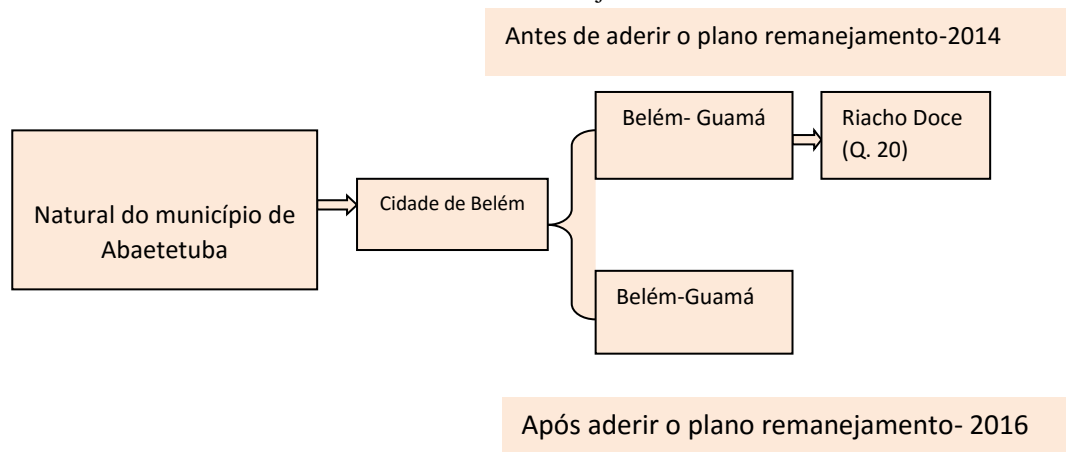
Nesse primeiro momento foram detectados os dados iniciais das famílias que foram remanejadas, em particular as que estão recebendo o auxílio moradia. Diante das impressões e apontamentos de mudanças *in loco*, adotou-se o estudo de caso das famílias para melhor nos apropriar dos efeitos no cotidiano das famílias que aderiram ao plano de remanejamento, como segue no próximo tópico.

## 5.2 O estudo de caso das famílias da comunidade Riacho Doce

A partir do delineamento do estudo de caso das famílias remanejadas da comunidade Riacho Doce, realizou-se o levantamento com 8 famílias que estão recebendo auxílio moradia desde o ano de 2014 pelo projeto Riacho Doce-PAC, a fim de cotejar os dados entre o antes e depois do remanejamento descreveu-se informações obtidas *in loco* no que concerne ao sexo, idade, grau de escolaridade, número de integrantes da família, a renda, tipo de moradia e o número de mudanças, como consta as descrições dos casos abaixo:

**Caso 1 (F1):** Moradora do sexo feminino, atualmente tem 74 anos, aposentada, possui ensino fundamental incompleto, mora com um filho (deixou de coabitar), a renda familiar é de até 2 salários mínimos. Mora em uma casa alugada no mesmo bairro da antiga casa com 2 cômodos e mudou-se 1 vez após aderir ao plano de remanejamento em 2014.

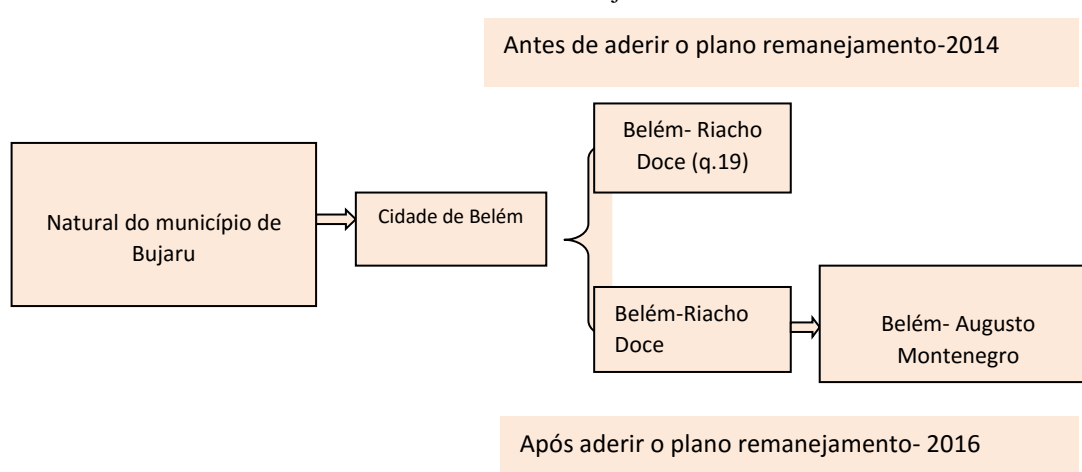
**Figura 9:** Representação do deslocamento da moradora F1 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

**Caso 2 (F2):** Morador do sexo masculino, atualmente tem 83 anos, aposentado, possui ensino fundamental incompleto, mora com a esposa, um filho e a nora (passou a coabitar), a renda familiar é de até 3 salários mínimos. Mora em uma casa alugada em outro bairro com 4 cômodos, mudou-se 3 vezes após aderir ao plano de remanejamento em 2014.

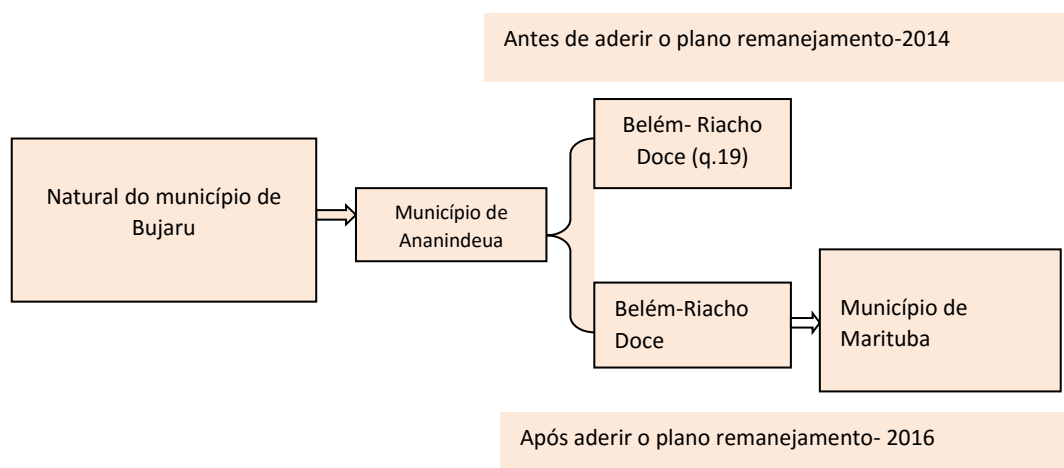
**Figura 10:** Representação do deslocamento do morador F2 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

**Caso 3 (F3):** Morador do sexo masculino, atualmente tem 69 anos, aposentado, possui ensino médio incompleto, mora com a esposa (deixou de coabitar), a renda familiar é de até 1 salário mínimo. Mora em uma casa alugada em outro bairro com 4 cômodos, mudou-se 2 vezes após aderir ao plano de remanejamento em 2014.

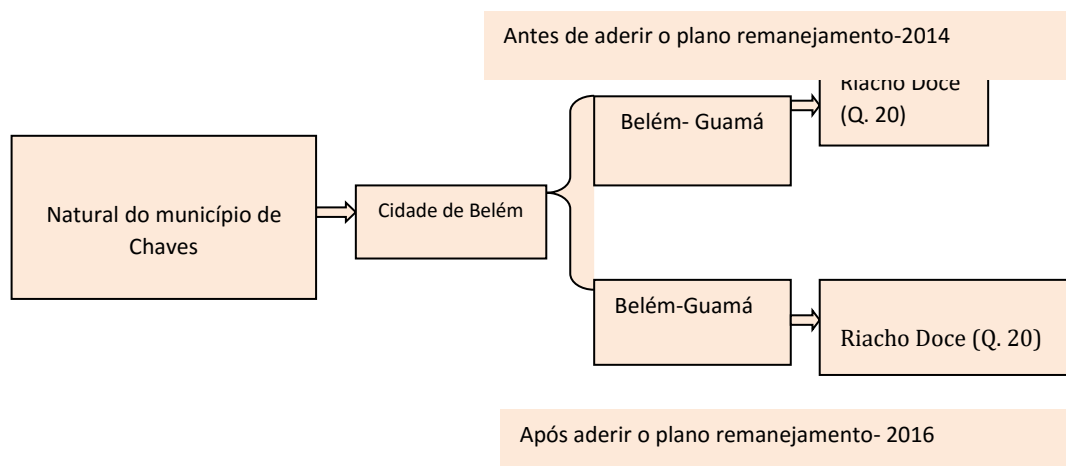
**Figura 11:** Representação do deslocamento do morador F3 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

**Caso 4 (F4):** Moradora do sexo feminino, idade não informada, trabalha como costureira autônoma, mora com a filha e o neto, a renda familiar é de até 1 salário mínimo. Mora na antiga casa de 2 cômodos, mudou-se 2 vezes após aderir ao plano de remanejamento em 2014.

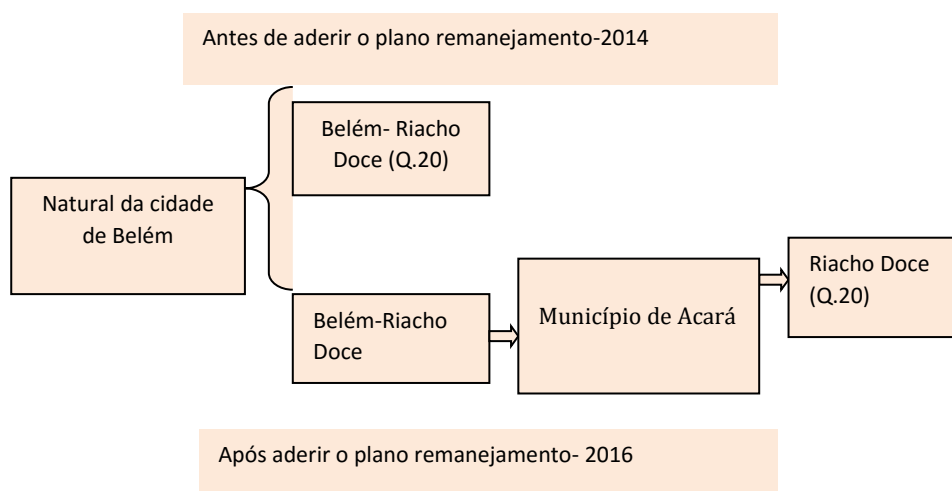
**Figura 12:** Representação do deslocamento da moradora F4 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

**Caso 05 (F5):** Moradora do sexo feminino, atualmente tem 32 anos, dona de casa, possui ensino fundamental incompleto, mora com o esposo e dois filhos (não alterou), a renda familiar é de até 1 salário mínimo. Mora na antiga casa de 2 cômodos, mudou-se 3 vezes após aderir ao plano de remanejamento em 2014.

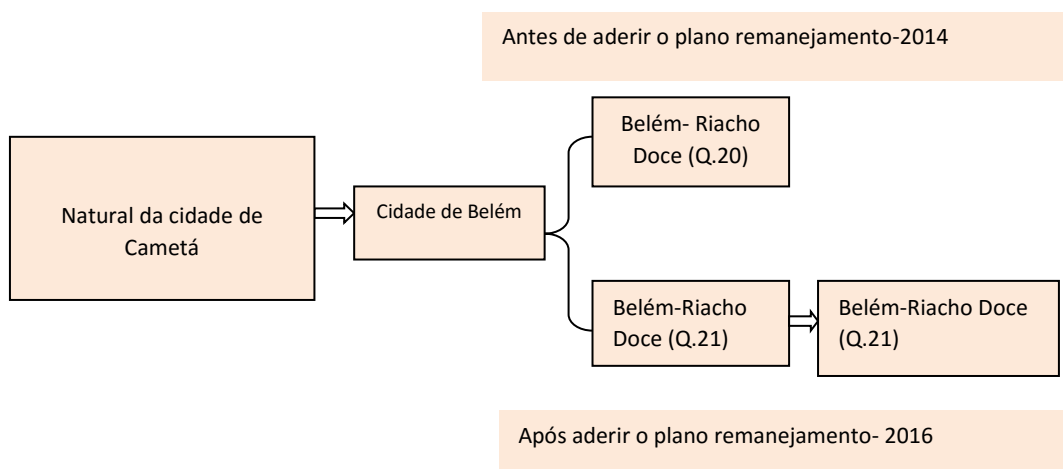
**Figura 13:** Representação do deslocamento da moradora F5 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

**Caso 06 (F6):** Moradora do sexo feminino, atualmente tem 30 anos, dona de casa, possui ensino médio completo, mora com o esposo e dois filhos (deixou de coabitar), a renda familiar é de até 1 salário mínimo. Mora em uma casa alugada no mesmo bairro que possui 2 cômodos, mudou-se 2 vezes após aderir ao plano de remanejamento.

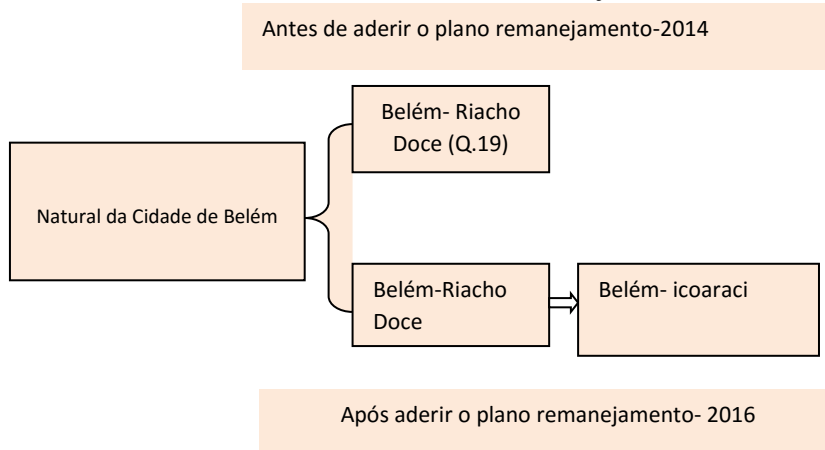
**Figura 14:** Representação do deslocamento da moradora F6 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

**Caso 7 (F7):** Moradora do sexo feminino, atualmente tem 37 anos, dona de casa, não foi informado o grau de escolaridade, mora com o esposo e os dois filhos (não alterou), a renda familiar é de até 1 salário mínimo. Mora em uma casa alugada em outro bairro, não foi informado o nº de cômodos, mudou-se 2 vezes após aderir ao plano de remanejamento.

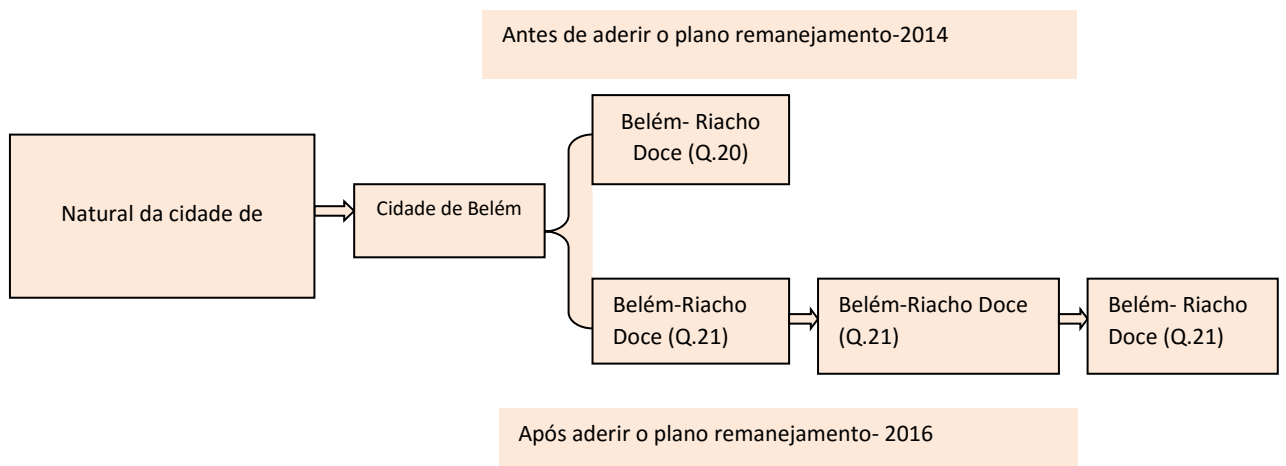
**Figura 15:** Representação do deslocamento da moradora F7 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

**Caso 08 (F8):** Moradora do sexo feminino, atualmente tem 57 anos, dona de casa, possui ensino fundamental incompleto, mora com o esposo e filhos (não alterou), a renda familiar é de até 1 salário mínimo. Mora em uma casa alugada de madeira localizada no mesmo bairro da antiga moradia, possui 1 cômodo, mudou-se 3 vezes após aderir ao plano de remanejamento em 2014.

**Figura 16:** Representação do deslocamento da moradora F8 dos lugares antes (2014) e depois (2016) de aderir o remanejamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A partir da análise socioeconômica dos casos F1 ao F8 foram identificados que mais de 60% são pessoas naturais do interior da capital (Abaetetuba, Bujaru, Chaves e Cametá). Desse universo tem-se 75% do sexo feminino, enquanto que 25% são do sexo masculino. A faixa etária é de 29 a 79 anos, destes 62,5% têm idade maior que 50 anos. Sobre o grau de escolaridade dos entrevistados foi possível identificar que apenas 12,5% possuem ensino médio completo, e com o mesmo quantitativo de ensino médio incompleto, e a maioria apresenta o percentual de 75% com ensino fundamental incompleto.

No que refere-se aos dados sobre os moradores antes-2014 e depois-2016 do remanejamento, constatou-se que antes tinha em média 4 moradores por casa, no ano de 2016 esse número permaneceu. No entanto percebeu-se uma redução no número de cômodos entre a casa anterior e a casa atual, tendo em vista que na antiga casa a média de cômodos era 13 e na atual moradia tem-se 16 cômodos, sendo que a média é de 0,4 cômodo por morador e na casa atual é de 0,5, levando a perceber que em ambas as situações não têm casos da ocupação de um morador por cômodo, dessa forma interferindo no conforto e na privacidade familiar.

Outro dado que chama atenção é sobre o material da moradia anterior em relação a atual, percebeu-se que 100% dos moradores moravam em casa de madeira, atualmente 37,5% permanecem morando em casa de madeira, enquanto que 62,5% passaram a morar em casa de alvenaria, destes 37,5% são aposentados e 12,5% trabalham de carteira assinada. Sobre a renda dos entrevistados inferiu-se que 37,5% são aposentados, 37,5% são autônomos e 25% são profissionais com carteira assinada. Ainda sobre a renda constatou-se que antes do remanejamento a média de salário por família era de 2 salários, enquanto que atualmente essa média reduziu para 1,5 salário.

Em relação ao deslocamento, a partir das entrevistas e nas figuras de 09 a 16, percebeu-se que a média de mudanças por família era de 1 vez no decorrer do tempo antes da adesão do remanejamento, enquanto que essa média aumentou para 2 vezes, levando em consideração a idade dos entrevistados é possível inferir, a partir dos dados, que o intervalo de deslocamentos antes do remanejamento ocorria no período longo, enquanto que após a adesão esse intervalo de deslocamento ocorre em períodos curtos, tendo como base o tempo que estão morando de auxílio, que é de aproximadamente 3 anos.

Baseada nas mudanças na organização social das famílias que ocorre nesse contexto de remanejamento, no que se refere a questão da moradia seja de natureza estrutural, mudanças de moradias e redução de renda, optou-se por verificar a percepção dos moradores em relação à mudança do cotidiano.

### 5.3 A percepção de mudanças do cotidiano pelos moradores que estão recebendo auxílio moradia

Conforme Marin e Lima (2009) e Costa (2015), a percepção é a subjetividade do sujeito, é a resposta aos estímulos vivenciados nos contextos, então podemos considerar nesse estudo que a percepção é própria do indivíduo, que pode ser construída historicamente e coletivamente a partir de contextos vivenciados.

Logo a percepção “poderia revelar à essência das coisas, também leva os sujeitos a descrever essas mesmas coisas a partir de categorias pré-concebidas que se firmam como hábitos do pensamento” (COSTA, 2015, p. 75). A partir das categorias percepção, cotidiano e mudanças nesse contexto de remanejamento, os moradores responderam sobre as principais mudanças que vêm ocorrendo no cotidiano, possibilitando desta forma aprofundar com afinco sobre as mudanças como consta nos trechos de F1, F2, F3, F4, F5, F6, F7 e F8 como segue:

F2: tá tudo ruim pra mim, tá assim com ela, ando na casa de uma filha, passo um dia e uma noite, venho aqui, vou lá para o Servilha, não tem paradeiro, ela quer o que é dela [...] alterou tudo, tudo ruim pra mim, eu não tenho o que é meu e vivo nessa vida com ela, porque viver na casa dos outros não é dela, alterou a memória dela, ela ficou desse jeito, ficou ruim pra mim, vou aguentando me virando por todo canto, eu já vivo doente também.

O morador F2 tem a percepção negativa nesse contexto de remanejamento, uma vez que sente-se inseguro por não ter casa própria, dessa forma provocando instabilidade no que se refere ao local, se deslocando frequentemente para a casa dos seus filhos, percebemos que o morador faz uma menção do problema de saúde de sua esposa que agravou com esse processo de transição o qual eles estão passando. Outro caso que chama atenção é o estudo de caso de F6, em que ocorreu o agravamento na saúde, como podemos constar na entrevista abaixo:

F6: ele era mais normal, ele já estava mais acostumado que ele nasceu e se criou lá, aí ele já, já. Aí ele ver mudança quando a gente muda mesmo para se adaptar [...] é porque casa de madeira no caso a gente morava em baixo e em cima era de madeira, aí fazia barulho em cima, batia, cai as coisas, ele bota a mão no ouvido, falava que era muito barulho, quando o som estava ligado, ele não gosta do som muito alto, aí o barulho era mais forte, aí incomodava ele ficava mais irritado.

O caso da moradora F6 relatou que a mudança no cotidiano está relacionada à mudança no comportamento do filho, segundo a entrevistada, o seu filho possui autismo leve e a mudança de casa faz com que ele mude de comportamento. O relato do trecho da

entrevista acima é de quando eles estavam em uma casa anterior (auxílio aluguel) a que estão morando atualmente. Segundo os relatos da entrevistada, o cotidiano mudou devido o barulho causado não só pelo piso da casa de cima, como também devido ao barulho causado pelos inquilinos da parte de cima, causando irritação ao filho durante o dia, esse comportamento alterava também a rotina dos demais membros da casa, esse relato chama atenção ao perceber como essa transição de mudança de uma casa para outra pode provocar transtorno de cunho mais grave aos envolvidos pelo remanejamento.

F3: Mudou, porque aonde a gente morava estava ruim para morar e aonde tou tá melhor, não foi pelo meu gosto, mas tinha que remanejar, porque a nossa área tava de risco para morar, não está sendo melhor, porque está custando.

O morador F3 considerou a mudança positiva devido ir para um lugar melhor em relação a antiga casa, no entanto considera a demora da entrega do apartamento como um fator negativo.

F4: eu na minha mudança daqui, eu adquiri uma dívida imensa que eu não tinha, né! Estou devendo até hoje.

A moradora F4 associou a mudança do seu cotidiano com a dívida que ela adquiriu ao mudar-se para outra casa, isso nos faz inferir que a mudança foi negativa, tendo em vista a dívida adquirida causada pela saída da mesma para outra casa.

F5: Eu considero negativo, porque antes do projeto a gente tinha outra vida, cada um tinha, não era grande, mas quando um tinha a sua casinha, cada um vivia no seu canto e agora nós vive assim, mora um tempo no lugar, mora tempo noutro, e o projeto nada de sair.

A respondente F5 considerou negativo, tendo em vista que respondeu no coletivo ao considerar que todos saíram da sua casa própria e atualmente estão sem referência de casa, uma vez que mudam-se de casa frequentemente em pouco espaço de tempo.

F7: Eu acho que não mudou nada assim, porque agora nós moramos perto da minha sogra, só isso, ela é muito enjoada, só essas coisas. E a mesma coisa assim, eu moro alugado, mas a gente quer se mudar só que ainda não conseguimos lugar, só esse negócio mesmo de morar alugado fica difícil, fica se mudando de um lugar para outro, de um lado para outro, eu quero sair de lá.

A moradora F7 deixa implícito que a mudança gerou conflito entre ela e um parente próximo e o fato de estar morando de aluguel os deixa mais suscetíveis às mudanças de moradia, dessa forma não a deixando satisfeita com a situação vivenciada causada pela adesão ao remanejamento.



F8: uma mulher veio me visitar aqui ela disse: Meu Deus invés de tu evoluir, de subir, tu desceu, denegriu na situação. Eu disse: “por quê?” “porque tu morava em uma casa bonita de alvenaria e tu vieste se acabar em uma casa de madeira feia no meio do mato” eu disse: olha cada um faz aquilo que pode, eu não sou rica, eu não tenho condições de pagar de alvenaria “mas tu não está no projeto?” eu tô no projeto, mas vocês pensam que o projeto paga mundo e fundos, ela paga só aquele quinhãozinho certo, deu, deu!!! se não deu se vira. (p. 15).

A respondente F8 ao tratar sobre o que mudou no seu cotidiano utilizou-se do relato de uma conhecida durante uma visita. Inferimos que a mudança de uma forma geral nesse trecho da conversa está relacionada a comparação da condição da moradia antes e depois do remanejamento, dessa forma evidenciando a percepção coletiva desse processo de mudanças na vida das famílias, que através do relato da moradora F8 considerou-se negativa.

Tendo como base as percepções das famílias através dos relatos podemos inferir que as mudanças estão relacionadas principalmente ao agravamento no estado de saúde mental; a demora da entrega da casa ofertada pelo projeto, provocando a desesperança dos moradores; a instabilidade na família diante das frequências de mudanças em intervalo de tempo curto e conflitos de relacionamentos.

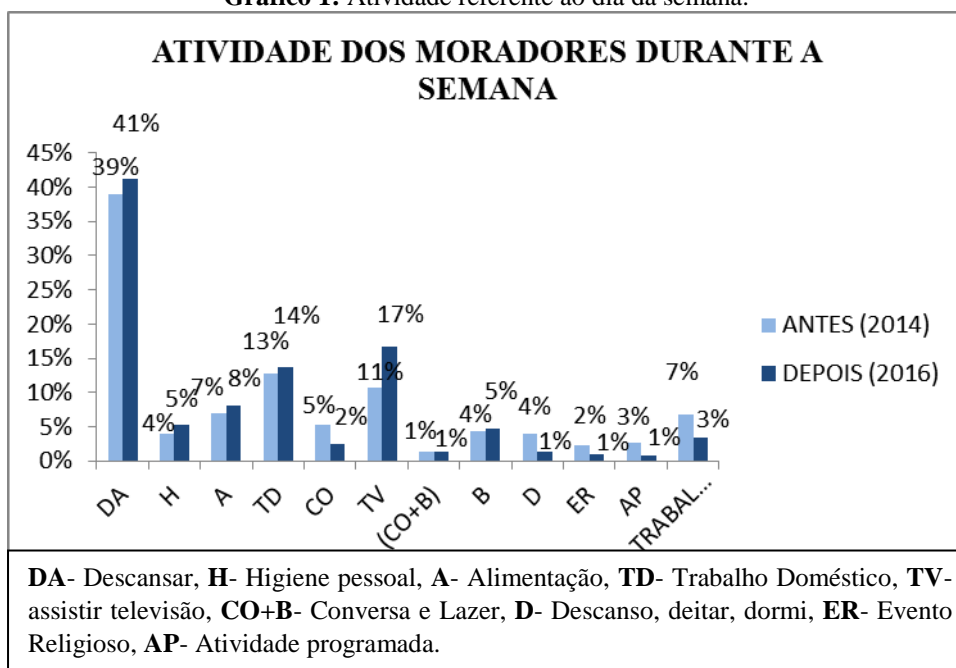
## 6 REMANEJAMENTO E MUDANÇAS NO COTIDIANO FAMILIAR

Conforme Netto e Falcão (1989), a vida cotidiana é permeada pela produção capitalista e pelo controle do Estado, um exemplo disso é o controle que o Estado exerce sobre as famílias que estão em áreas degradadas, porém estratégicas para o capital, dessa forma adota-se maneira minuciosa de retirar o que oferece resistência a efetivação dos interesses. Para melhor apontar as tendências optou-se investigar a rotina dos moradores, tendo em vista que, conforme Guimarães (2002), a rotina é característica do cotidiano, ou apontamentos que perpassam pela singularidade do sujeito.

### 6.1 Apresentação dos efeitos no cotidiano das famílias remanejadas pelo projeto PAC Riacho Doce em Belém do Pará

Para ilustrar a mudança no cotidiano adotou-se apresentação dos dados sobre rotina em gráfico, com o qual podemos inferir que ocorreram oscilações em percentual, dessa forma apontando mudanças nas atividades durante a semana, como podemos observar no gráfico 1:

**Gráfico 1:** Atividade referente ao dia da semana.



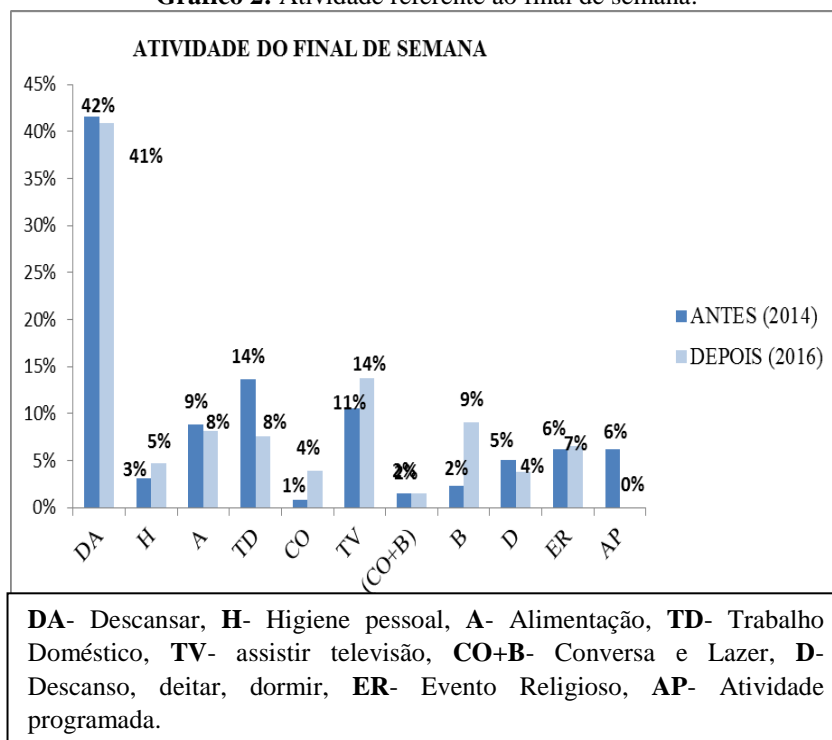
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A partir dos dados comparativos no gráfico 1 referente a atividade do dia da semana relacionou-se o antes e depois do remanejamento (2014 e 2016), levando em consideração o tempo em percentual. Foi possível inferir que as categorias que tiveram o aumento de 1% no

tempo ao realizarem atividades, foram as referentes a **realização de higiene pessoal, alimentação, trabalho doméstico e lazer**. A categoria evento religioso diminuiu 1%. As categorias sobre **descansar** aumentaram em 2%, enquanto que a categoria sobre **atividade programada** diminuiu na mesma proporção em 2%. No que se refere às categorias **conversar**, aumentaram em 3% e na mesma medida diminuiu o **tempo do deslocamento** que foi de 3% que os moradores levavam antes do remanejamento. Entre as categorias que tiveram resultado mais relevante em relação às demais, está a categoria **trabalho** que diminuiu o tempo em 4%, ao contrário da categoria **ver televisão** que aumentou em 6%.

Percebeu-se que através dos dados comparativos sobre a rotina dos moradores antes e depois do remanejamento tiveram um percentual baixo sobre as mudanças da rotina, entretanto podemos perceber uma intrínseca relação das categorias que tiveram o percentual maior aos dados referente ao ano de 2014, como o trabalho que diminuiu em 4% e o tempo de ociosidade no que refere-se a categoria ver televisão, que aumentou em 6%. Diante disso foi possível inferir que antes do remanejamento os moradores passavam mais tempo trabalhando do que vendo televisão ou atividade relacionada à ociosidade.

**Gráfico 2:** Atividade referente ao final de semana.

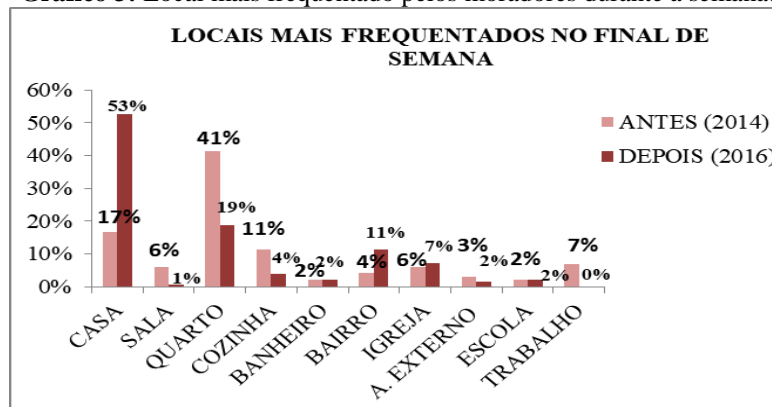


Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No que se refere às atividades realizadas no final de semana no gráfico 2, foi possível inferir que os moradores entrevistados não tiveram um percentual significativo ao tratar sobre

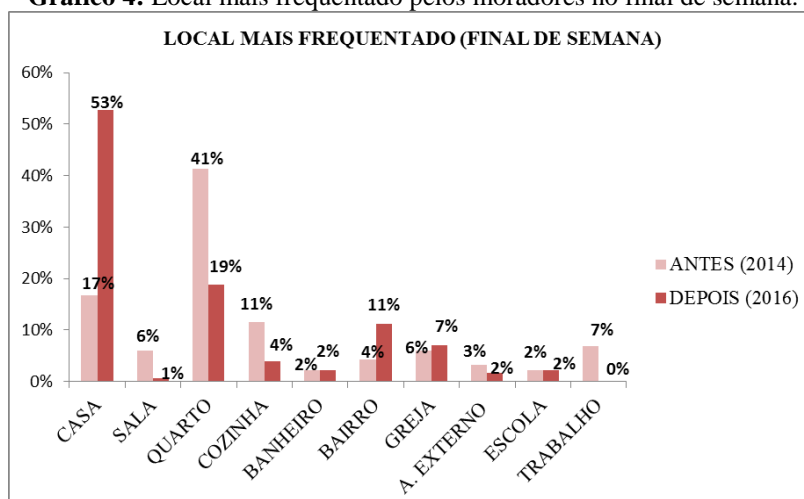
o tempo que levavam desenvolvendo as atividades que são chamadas de categorias **descanso, alimentação, deslocamento e evento religioso**, não tiveram resultados significativos já que a diferença entre o tempo que eles realizavam as atividades antes e depois do remanejamento foi de 1% cada um deles. Ao tratar sobre as categorias **conversar e ver televisão** aumentou em 3%. Sobre os resultados mais significativos se destacaram as **atividades programadas e trabalho doméstico**, que aumentou em 6% e o **lazer** aumentou em 7%.

**Gráfico 3:** Local mais frequentado pelos moradores durante a semana.



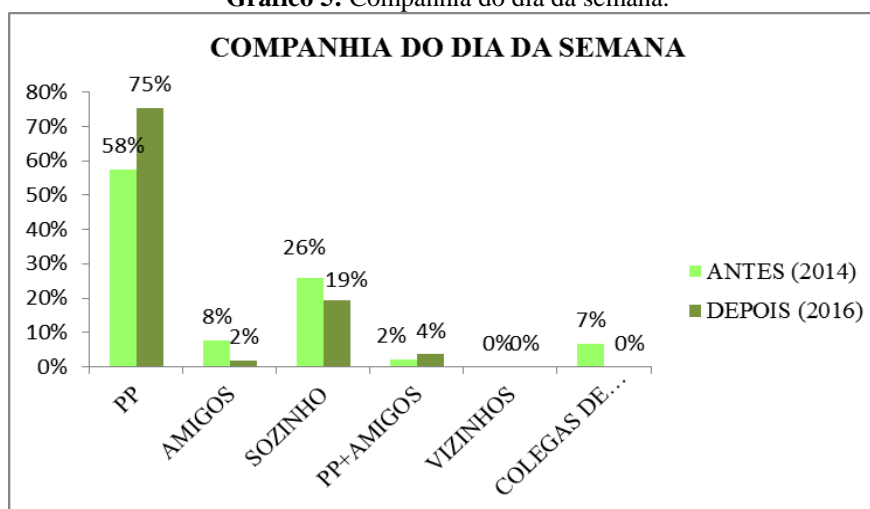
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

De acordo com o gráfico 3 referente ao local mais frequentado pelos moradores durante a semana, foi possível extrair os lugares que eles passavam mais ou menos tempo antes e após o remanejamento. No que refere-se ao tempo na casa os dados apontaram que o lugar menos frequentado foi o **banheiro**, que obteve uma diferença de 1% em relação ao tempo na **sala**, a qual percebeu-se que teve também um decréscimo de 2%. O **quarto** diminuiu em 24%. As categorias que tiveram aumento na frequência de tempo no espaço dentro da casa foi a **cozinha** com aumento de 5%, e a categoria casa que aumentou em 47%. Sobre os locais referente às áreas externas constatou-se que o **bairro** teve um acréscimo de 1%. Tiveram locais que apresentaram uma reduzida frequência como as categorias: **escola** que diminuiu em 1%, **áreas externas** com 2%, a **igreja** também diminuiu com 3% e o **local de trabalho** que teve uma significativa reduzida em 10%.

**Gráfico 4:** Local mais frequentado pelos moradores no final de semana.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Em relação aos locais frequentados durante o final de semana, os mais frequentados pelos moradores antes do remanejamento na casa eram a **sala**, o **quarto** e a **cozinha**, após o remanejamento percebeu-se que esses lugares tiveram um descréscimo na frequência, a **sala** obteve menos 5%, a **cozinha** obteve menos 7%, o **quarto** obteve a diferença de 22%. Sobre as categorias referentes às áreas externas, ou seja, fora da casa, foi percebido que teve mais acréscimo na frequência após o remanejamento. O **bairro** passou a ser mais frequentado pelos moradores em 7%, a **igreja** em 1% e o **local de trabalho** diminuiu a sua frequência em 7%. No que se refere à **área externa**, de uma forma geral diminuiu em 1%.

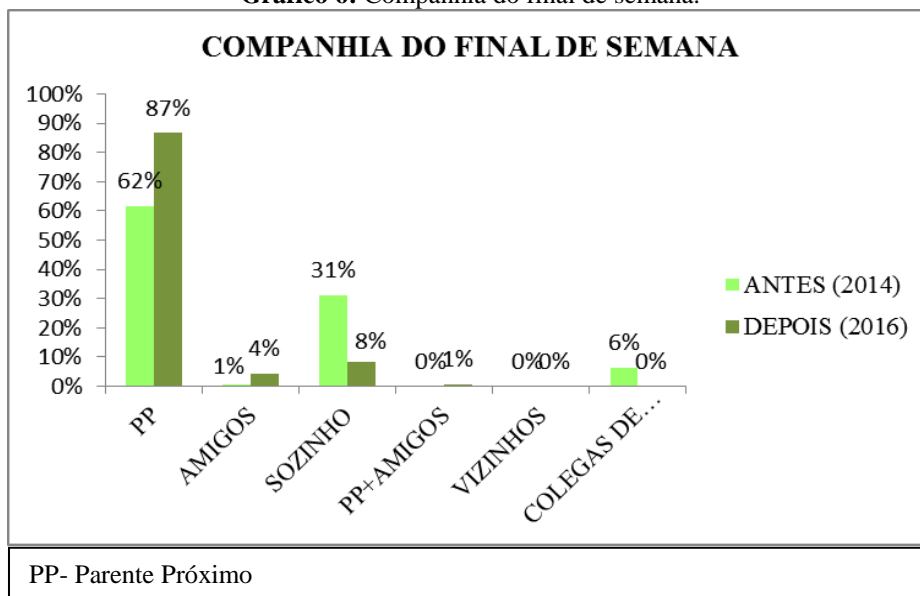
**Gráfico 5:** Companhia do dia da semana.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A partir da análise dos dados sobre a companhia do dia da semana dos moradores antes e depois de serem remanejados, obtivemos resultados que apontaram mudanças na rotina. Os moradores passam mais na companhia de **parentes próximos**, com aumento de

17% no tempo. No que se refere a companhia de **parentes próximos e de amigos** foi 2%, enquanto que as demais categorias tiveram um decréscimo no resultado. A **companhia dos amigos** diminuiu em 6%. O tempo na **companhia dos colegas de trabalho** diminuiu em 7%, na mesma proporção também diminuiu o tempo que os moradores passavam **sozinhos**, o resultado foi de 7%. No que se refere à **companhia da vizinhança** percebeu-se que esse resultado não obteve nenhuma alteração.

Gráfico 6: Companhia do final de semana.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Conforme o gráfico 6, os dados sobre a companhia do final de semana antes e depois do remanejamento, foi possível inferir que o tempo na **companhia de parentes próximos** aumentou em 25%, a **companhia entre os amigos e parentes próximos** aumentou em 3% e por conseguinte o tempo na **companhia dos amigos** aumentou em 1%. Em detrimento dessas categorias foi constatado que diminuiu em 23% o tempo que eles passavam **sozinhos** e por fim foi observado que o tempo que eles passavam na **companhia de colegas de trabalho** diminuiu em 6%.

Diante dos resultados apresentados nos gráficos de 1 a 6, optou-se extrair e organizar em quadro os dados de tempo igual ou maior que a 6%, valor esse representativo para o estudo de caso múltiplo. A partir da organização dos dados mais relevantes no quadro foi possível relacionar coerentemente com os trechos das entrevistas as quais foram realizadas com 08 moradores. E, a partir das análises elaborou-se o estudo sobre os efeitos na renda familiar dos moradores, levando em consideração os apontamentos dos dados sobre rotina como segue no próximo tópico.

## 6.2 Os efeitos na renda familiar dos moradores remanejados

A partir da análise dos dados do tempo em percentuais dos gráficos sobre atividade, companhia e local no período antes do remanejamento (2014) e após o remanejamento (2016), esses dados foram organizados em quadro, os que obtiveram a diferença entre subcategorias de aumento (+) ou diminuição (-) de no mínimo 6%, percentual esse representativo, tendo em vista que todos são indícios de mudanças, as quais ficam mais evidentes nos trechos das entrevistas, como consta abaixo:

**Quadro 10:** O tempo em percentual do aumento e diminuição das subcategorias referentes às atividades antes e depois do remanejamento (2014-2016).

ATIVIDADE %		
SUBCATEGORIA	DIA DA SEMANA	FINAL DE SEMANA
TV	+6	-
TRABALHO DOMÉSTICO	-	+6
LAZER	-	+7
ATIVIDADE PROGRAMADA	-	+6

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A partir da análise das categorias mais relevantes, foi possível inferir que o remanejamento causou efeito na vida dos moradores, uma vez que durante a semana eles passaram assistir 6% mais televisão do que antes do remanejamento. O aumento do tempo assistindo televisão pode estar relacionado com a perda de trabalho (como consta o gráfico 1 acima) e no quadro 10. A partir dos trechos das entrevistas dos moradores F2 e F4 abaixo, podemos constatar com mais clareza o apontamento sobre a perda de trabalho que complementava a renda das respectivas famílias:

F2: [...] até que com 60 anos me aposentei, aí fiquei rolando só com essa ajuda, porque não pode mais trabalhar com comércio, saí daqui, piorou a minha situação, por que o aluguel! Agora não tenho como colocar uma venda ou alguma coisa para inteirar, eu já vivo assim todo doente e ficou assim até hoje, ficou pior, sai daqui ficou ruim pra mim, mas o que fazer se a COHAB ainda não decidiu o caso da gente.

F4: E aí, o que acontece? eu me compliquei tudinho, porque aonde eu morava tinha que inteirar o dinheiro do aluguel, tá! O que acontece é que a gente é pobre, mas a gente tem um bocado de coisa, eu trabalho com costura, eu tenho que morar no lugar tenha um espaço para colocar as minhas máquinas para mim exercer o meu trabalho e lá eu não tinha condições, para lá, para lá, mesmo inteirando o dinheiro, não tinha espaço para isso, era pequeno as coisas, as minhas coisas são muito grande, e aí eu ocupava, quando estou lá, lá. Mas eu continuei lá, mesmo atrasado eu continuei lá.

As entrevistas de F2 e F4 correspondem a perda do trabalho que eles tinham antes de mudarem para outra casa, no entanto é notória a mudança no que se refere a perda do trabalho que no caso do F2 utilizava para moradia, sendo esta usada como as principais funções de abrigo e a realização de trabalho como venda de poucos produtos alimentícios como farinha, ovos e etc.; ou seja, ele complementava a renda familiar com o dinheiro do comércio. A moradora F4, que no período que esteve morando de aluguel, apresentou sérias problemáticas no que se refere à garantia de continuar pagando o valor cobrado, uma vez que o valor do auxílio moradia pago pela COHAB não era suficiente para alugar uma casa maior que pudesse garantir o seu conforto e permanência da atividade econômica.

Sobre o valor pago pela COHAB, os moradores entrevistados se mostraram insatisfeitos, alegando que o valor é insuficiente para se conseguir uma casa confortável com espaço maior, tem-se a impressão a partir da fala dos entrevistados que o projeto Riacho Doce-PAC provocou a especulação no mercado de aluguel no bairro, uma vez que ocorreu o aumento na cobrança no aluguel das casas, podemos ver nos trechos seguintes das entrevistas:

F3: Rum! É por causa desse aluguel, esse negócio de prédio que tem muita gente no aluguel, eles só querem de R\$ 500,00 para cima, R\$ 600,00, R\$ 700,00, R\$ 800,00 conforme, aí não tem condições.

F4: [...] eu andei tanto na época, em um compartimento deste tamanho aqui (ela fazia referência ao tamanho da cozinha e sala que era só um cômodo que a divisão era feito por móveis), eu só encontrava de R\$ 600 reais, às vezes olhava kit net, eu ia olhar, não tinha condições de colocar as minhas coisas lá, porque era um compartimento assim, uma paredinha aqui e só, era R\$ 600, não tinha condições, entendeu? [...] E na situação que eu estava, né! Eu não tinha condições mais de, de, de, adquirir esse dinheiro para continuar pagando aluguel, porque o dinheiro não é compatível com o aluguel e aí eu tive que voltar para cá, tive que voltar para cá com a minha filha, com o meu neto que já tinha nascido, e a dívida permanência até hoje e se eu não tivesse mexido comigo nessa situação e não teria essa dívida, e se eu estivesse desmontado a minha casa? Quem era que iria me dá moradia?

F6: a gente ficou naquela casa de madeira que era mais barato também, o aluguel não é muito e eles dão pouco, aí tem que procurar uma casa que dê o dinheiro.

F8: [...] eu tinha dois botijões e agora só tenho um, porque devido uma coisa levar outra, aí quando eu morava ali o aluguel era mais caro, o meu marido está desempregado e aí o que acontece a gente acabava, eu vendi o botijão numa vez para inteirar o aluguel, porque o aluguel agora ele tá R\$ 488,00, mas ele era aluguel R\$ 426,00, aí a gente entra numa casa de R\$ 500; R\$ 550,00; é só o que tem os pessoais eles pensam porque a gente saiu do aluguel que a COHAB paga mundo e fundos, e aí eles querem cobrar as casas alta, altíssima, e o que acontece? o dinheiro que a COHAB repassa do aluguel não dá para pagar e aí a gente tem que inteirar para pagar o aluguel. Conclusão, quando não tem, o que acontece? você vai se desfaz de um bem que você tem em casa, porque se você não se desfaz, porque se você não se desfaz, você vai para rua, vai para na rua.



O trecho da entrevista do F3 apontou que aumentou o aluguel devido a chegada do projeto PAC Riacho Doce e o procedimento adotado com a concessão do auxílio moradia para retirar as famílias das áreas que serão usadas para realização de obras de infraestrutura. O trecho da entrevista com a F4 apontou que o valor cobrado para as casas de um cômodo ou com pouco espaço não é compatível com o valor pago pela COHAB, contribuindo para que as famílias que aceitaram o auxílio retornassem para a sua casa de origem na comunidade Riacho Doce, ou até mesmo voltando para as mesmas condições de moradia precária antes do projeto, como é o caso da F6. Outra questão que chama atenção foi o relato da F8 que para pagar o aluguel teve que vender objetos da casa para inteirar no pagamento.

Foi perceptível diante dos trechos das entrevistas F3, F4, F6 e F8, os moradores que falaram mais sobre o aumento do aluguel, os quais deixaram entendido que ocorreu o aumento, no entanto a COHAB não aumentou o valor do auxílio moradia na mesma proporção, levando as famílias ocuparem as mesmas características das casas ocupadas antes do remanejamento, como podemos ver na figura 17:

**Figura 17:** Moradia com aparente precariedade ocupada pela família F6.



Fonte: Pesquisa de campo, comunidade Riacho Doce, 2017.

A moradia ilustrada acima é uma casa alugada que se localiza na quadra 20, na imagem temos a clara informação que essa família se encontra no espaço pequeno, com o material de madeira, de um cômodo, o banheiro é externo da casa, essas características em geral correspondem às antigas moradias ocupada pelas famílias remanejadas.

Ainda sobre o quadro 10 acima, percebeu-se também que após o remanejamento os moradores passam mais tempo no lazer, passando 7% a mais do que antes do remanejamento. A categoria lazer está relacionada com as atividades de assistir televisão na companhia da esposa/esposo com os filhos, ir à feira fazer compra e conversar com colegas, andar de bicicleta no bairro, conversar com a vizinhança enquanto os filhos brincam na rua, praticam

esporte, a realização de refeições fora da casa como comer pizza ou fazer refeições na casa de parentes próximos, logo percebemos que é considerado lazer as atividades nas quais não se têm gastos consideráveis.

Nesse mesmo quadro 10 observa-se o dado relevante sobre o aumento em 6% de atividade programada. A atividade programada está relacionada com algumas atividades de lazer, como foi apresentado acima como ir à feira para comprar comida e conversar com os colegas e a prática de esporte. Considerou-se também como atividade programada o deslocamento de ida e vinda das mães que acompanham os seus filhos à escola todos os dias.

**Quadro 11:** O tempo em percentual do aumento e diminuição das subcategorias referentes à companhia antes e depois do remanejamento (2014-2016).

COMPANHIA%		
CATEGORIA	DIA DA SEMANA	FINAL DE SEMANA
PARENTE PRÓXIMO	+17	+25
AMIGOS	-6	-
SOZINHO	-7	-23
COLEGA DE TRABALHO	-7	-6

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Conforme o quadro 11, sobre o percentual da companhia relacionado ao parente próximo percebeu-se que aumentou em 17%, ou seja, os moradores passaram a ficar mais tempo na companhia de parentes próximos. Sobre a mesma categoria foi identificado que esse percentual aumentou em 25%. Sobre a categoria amigos percebeu-se que durante a semana os moradores levam menos tempo com os amigos, correspondente a 6% a menos do tempo, enquanto que esse percentual referente ao final de semana não teve alteração maior que 6%. O tempo que os moradores passam sozinhos obteve uma reduzida em 7%, nessa mesma direção referente ao final de semana essa categoria foi reduzida em 23%. Ao tratar sobre a categoria trabalho os moradores reduziram em 7% o tempo que eles passavam no local de trabalho durante a semana e 6% do tempo no final de semana.

É interessante observar a partir dos dados apresentados no quadro 11, que o tempo na companhia da família aumentou, o que reduziu foi o tempo com os amigos e colegas de trabalho. Esse resultado se torna compreensivo levando em consideração que o remanejamento não separou a família, levando em consideração que não ocorreu nenhuma alteração com 50% das famílias que foram dos casos pesquisados. No entanto, 37,5% deixaram de coabitar. E apenas 12,5% passaram a coabitar depois do remanejamento. Diante

disso foi identificado nas entrevistas que ocorreu **desarticulação de comunidade** na medida em que os moradores foram relatando que tiveram que sair da comunidade devido a fatores relacionados ao aumento do aluguel das casas em detrimento do valor baixo pago pela COHAB como consta abaixo:

F2: [...] eu arranjei umas casas ali, mas quando chega o tempo. Aluguel sabe como é, o cara preciso da casa, mas sempre paguei direitinho, eu saí porque o dono precisa. Eu tinha um filho pra fora, trabalhava pra fora, chegou pra ficar comigo, tinha que arrumar uma casa maior, a gente tá pra lá, alugamos pra lá.

F3: Eu saí daí, uns 08 meses mais ou menos, eu disse quer saber diminui o meu orçamento, o meu salário e aí aumento tudo de novo, vou procurar um lugar mais barato, porque o que a COHAB está depositando não dá pra pagar, ainda tenho que inteirar, eu estou aposentado, mas diminui, fui lá para Marituba, aluguei uma casa lá, estou pagando R\$ 320,00.

F6: fica um tempo numa casa e depois o dono pede para reformar ou pra alguma coisa, ou aumenta o aluguel a gente tem que sair e com muita coisa fica mais difícil, aí a gente nem compra mais nada pensando já quando a gente se mudar, deixa para comprar só quando tiver a moradia fixa da gente, não é bom não ficar mudando (pausa na fala) mudando, acho que é isso.

A partir da análise dos casos do F2, F3 e F6 é possível inferir que o valor pago de auxílio aluguel aos moradores é insuficiente para alugar uma casa grande, fazendo com que as famílias aluguem casas pequenas, muitas vezes só de um cômodo, dificultando assim o conforto de toda a família. Outra consequência apontada pela pesquisa é o baixo valor do auxílio aluguel, dessa forma ocasionando a saída de famílias para outro bairro, estratégia essa adotada para alugar casas com o valor compatível com que se recebe e com espaço maior em relação às casas da comunidade Riacho Doce.

**Quadro 12:** O tempo em percentual do aumento e diminuição das subcategorias referentes ao local antes e depois do remanejamento (2014-2016).

LOCAL %		
CATEGORIA	DIA DA SEMANA	FINAL DE SEMANA
CASA	+47	+36
QUARTO	+24	-22
COZINHA	-	-7
TRABALHO	-10	+7
BAIRRO	-	+7

Fonte: Pesquisa de campo, comunidade Riacho Doce, 2016.

No que se refere ao quadro 12 foi possível identificar o tempo em percentual dos lugares mais frequentados antes e após o remanejamento. Percebeu-se que durante a semana

após o remanejamento os moradores passam 47% mais tempo na casa, enquanto que no final de semana esse tempo aumentou em 36%. Esse dado pode estar relacionado com a desarticulação da comunidade, tornando os moradores mais restritos ao espaço interno, na casa.

Foi observado que durante as entrevistas sobre as perguntas no que se refere à casa e aos cômodos que a compõem, percebeu-se que os respondentes tinham dificuldades em reconhecer os cômodos da casa. Diante disso adotamos a casa como uma alternativa de ambiente, haja vista que tivemos o caso do morador ocupar apenas um cômodo. Logo, não reconheciam o ambiente por cômodo, dessa forma não tinham resposta, uma vez que os cômodos eram divididos por móveis, ou devido a ser pequeno os moradores buscavam organizar os móveis no espaço sem ter muita preocupação com a aparência, em algumas falas tiveram-se a identificação de que a frequente mudança em pouco intervalo de tempo estava deteriorando os móveis, dessa forma causando a perda dos mesmos, como podemos conferir nos trechos das entrevistas abaixo:

F2: [...] Vai é destruindo, você muda de um canto para outro, você vai destruindo guarda-roupa e tudo, sofá, como eu já perdi tudo que eu tinha só o que você sabe, eu acho que você deve entender como é que é, uma luta.

F4: Exatamente, e aí são espaços que não tem, não são compatíveis com as coisas e aí as pessoas diziam assim: deixa as coisas. Eu dizia como vou deixar as minhas coisas, se eu não tenho dinheiro para comprar outras, né! “Deixa as tuas coisas” mas como vou deixar as minhas coisas (essa fala foi carregada de aborrecimento). [...] O meu fogão é grande, a minha geladeira é grande, a minha cama é grande, tá entendendo? E aí, as pessoas, muitas pessoas diziam para mim: “deixa as suas coisas”. E aí como vou viver sem as minhas coisas? Que são coisas que são úteis para mim, como vou deixar? Vou viver de que forma? [...] Não tem condições, no meu caso assim eu nem faço questão de receber de receber, eu faço questão de ficar sossegada aqui e ninguém está me perturbando né! Porque, eu na minha mudança daqui, eu adquirir uma dívida imensa que eu não tinha, né! Estou devendo até hoje.

F6: [...] a gente ficou lá um ano e pouco e agora a gente está na segunda já, na segunda casa, mas na mudança quebra muita coisa e o pé vai descascando a geladeira, quebrou o guarda-roupa que caiu quando fui tirar de lá e acho que foi isso.

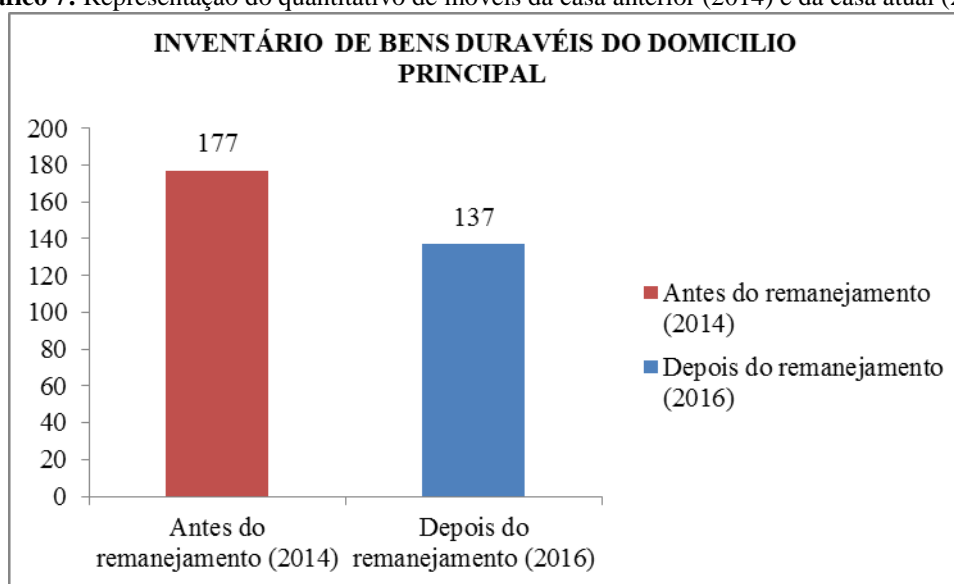
F8: Nessa travessia nós fomos perdemos as coisas, foi quebrando estante, porque isso é de aglomerado, quebrou cama, quebrou mesinhas que a gente tinha cadeira, dessas cadeiras de plásticos, têm só duas, quer dizer o meu fogão que era um fogão grande de quatro bocas e agora estou usando um fogãozinho de duas bocas.

Conforme os trechos das entrevistas dos moradores F2, F4, F6 e F8 foi possível observar que está ocorrendo a perda de móveis no que se refere à mudança para casa de espaço menor, forçando a moradora a se desfazer do bem, provocado pela falta de espaço como foi o caso da F4. Enquanto que nos trechos das falas dos moradores F2, F6 e F8, as

perdas materiais estão sendo causadas pela deterioração dos móveis na mudança que o remanejamento vem causando com frequência, uma vez que esses moradores já mudaram duas vezes no período de aproximadamente 3 anos.

Diante dos apontamentos através da realização das entrevistas foi elaborado um questionário socioeconômico (ver apêndice A) para saber se a perda de móveis dos moradores nessa transição de remanejamento está sendo significativa, a partir do gráfico abaixo podemos obter aproximadamente o quantitativo da perda material:

**Gráfico 7:** Representação do quantitativo de móveis da casa anterior (2014) e da casa atual (2016).



Fonte: Pesquisa de campo, comunidade Riacho Doce, 2016.

Percebeu-se que antes do remanejamento somavam-se no total de todos os bens da casa dos entrevistados, aproximadamente 177 móveis e eletrodomésticos, após o remanejamento, ou seja, nesse período de transição calculou-se que ocorreu uma redução no quantitativo passando o total para 137, ou seja, houve a perda de 22% dos bens no período de aproximadamente 3 anos. Esse dado nos permite relacionar a perda dos móveis com o remanejamento, uma vez que os moradores F2, F4, F6 e F8 fizeram esse apontamento nas suas próprias falas.

A partir dos dados apresentados sobre a rotina do morador no período de transição entre o antes do remanejamento (2014) e após o remanejamento (2016) no que se refere ao local, companhia e atividade, e as principais categorias identificadas nesse ínterim provocada pela transição do remanejamento, estabeleceu-se investigar sobre as formas de apropriação e uso da habitação pelos moradores para apropriar-se sobre a questão da casa, uma vez que

estamos falando sobre a mudança da sua moradia própria para uma temporária, como consta no próximo tópico.

### 6.3 As formas de apropriação e uso da habitação pelas famílias

Os resultados apresentados sobre os efeitos do remanejamento no que se refere ao cotidiano, tendo como base a questão socioeconômica, apontaram que o remanejamento causou mudanças no cotidiano das famílias que estão no auxílio aluguel. Diante desse processo de saída da sua casa própria para outra casa que se tem apenas como garantia o recebimento mensal, procurou-se saber as formas de apropriação e uso da habitação, os quais trataremos neste item.

Buscou-se apresentar os dados sobre as formas de apropriação e uso da habitação. Condicionou-se saber o significado da casa para cada morador entrevistado, levando em consideração que as falas tiveram reflexo desse período de transição de remanejamento, como consta nos trechos abaixo:

F1: A minha de lá, ela significa muita tristeza, porque não estou nela, queria que ela estivesse pronta, queria está morando no que é meu, para eu fazer o que eu quisesse, pintasse ela, ajeitasse ela, porque eles disseram que vão entregar ela crua, sem lajota no banheiro também, eu queria que eles me entregasse para eu ficar mais um mês aqui para eu comprar as coisas e fazer do meu gosto, mas até agora não me entregaram nem casa e nem apartamento.

F2: A casa você sabe, que a casa da gente é um tudo na vida da gente, se você tem a sua casa, tudo que você arruma para a sua família é pr'ali, é seu. Então estar na casa do outro você não pode construir nada.

F6: É importante né! A gente no canto da gente, a gente é rei, né? Na sua casa você age do jeito que bem você quiser e já na casa do outro você não pode fazer isso, tem que ter autorização da pessoa ou não autorização, é complicado. (p. 14).

A moradora F1 tem expectativa de receber a casa prometida pelo projeto PAC Riacho Doce, apesar de ter considerado a casa como uma tristeza. A mesma almeja ter a segurança de ter a moradia própria, para que dessa forma organize de acordo com a sua vontade ou necessidade. O morador F2 deixa implícito a representação da casa como importante para si, no entanto se sente limitado devido estar coabitando<sup>45</sup>, no trecho da entrevista deixa implícito que o mesmo divide a casa ao fazer referência a “do outro”, sendo que atualmente o morador F2 reside com a família do seu filho, além da esposa. Por conseguinte, temos a fala do morador F6 que vai na mesma direção ao considerar a casa como importante, fazendo

---

<sup>45</sup> Esse dado está no estudo de caso sobre a caracterização socioeconômica da F2.

indicativo de que a casa própria além de posse é um espaço restrito aos modos e costumes próprios para assim fazer o que deseja.

Diante das falas dos entrevistados podemos inferir que a casa tem primeiramente o sentido de limitação por não poder fazer o que deseja e quando eles passam a utilizar o pronome de posse: “[...] queria está morando no que é meu”, “[...] a casa da gente é um tudo na vida da gente” e “[...] A gente no canto da gente, a gente é rei, né?”, percebe-se o vislumbramento da liberdade de estar morando na casa própria para fazer o que deseja.

Nas outras entrevistas foi observado que os moradores F3 e F4 deixam implícitos, a partir dos trechos selecionados, o significado da casa como valor material e na mesma medida como valor simbólico, conforme podemos constar nos trechos das entrevistas abaixo:

F3: Pra mim significa um patrimônio para gente morar, né! Eu acho que a primeira coisa que significa tendo uma moradia pra gente morar é bom ter, significa muita coisa, é isso a moradia significa muita coisa, ainda mais sendo uma moradia própria, mas ainda não tenho própria, estou no aluguel, esperando. (p. 22).

F4: Pra mim tem um valor muito grande, porque é um bem dos meus filhos, eu digo para eles: não é meu e nem do pai de vocês, é de vocês. Porque se algum dia eu vim fechar os olhos, eu ou ele, nós temos o que deixar para o filho da gente, onde eles morarem, não vão ficar desamparados por aí. (p. 27).

O caso do morador F3 também deixa claro a importância de possuir a própria casa, haja vista que a mesma representa a proteção de ter o próprio bem como valor material ao considerar patrimônio, e o valor de uso ao deixar explícito a importância da casa como moradia/abrigo. O morador F4 considerou que o significado da casa tem muito valor, a fala faz apontamento de segurança no presente à família e futuramente ao acreditar que a casa é um bem que pode deixar de herança para os seus filhos.

A partir da análise dos trechos das entrevistas sobre o significado da casa, nos facilitou o entendimento sobre o uso e apropriação da casa pelos moradores que estão recebendo auxílio aluguel. Diante deste contexto procuramos perquirir sobre as mudanças de uma forma geral que eles sentiram após adesão do remanejamento, como consta no item abaixo.

#### 6.4 A discussão dos dados apresentados na pesquisa

A partir dos apontamentos das várias áreas de estudo, em particular das ciências sociais, temos um leque de produção de estudos que discutem os efeitos na vida das famílias que passaram ou estão vivenciando o processo de deslocamento compulsório em área urbana,

no entanto conforme Costa (2015) os estudos sobre a rotina dessas famílias no contexto de remanejamento ainda são escassos.

Foi possível inferir inicialmente através do perfil dos entrevistados que a maioria são pessoas que vieram de outras cidades do interior da capital (cidade de Abaetetuba, Bujaru, Chaves e Cametá), que almejavam melhorias de vida, como bem retrata o fenômeno da urbanização, sobre isso Lefebvre (1996) argumenta que a chegada de famílias advindas do campo está atrelada a busca de melhores condições vida em que pese a oferta de serviços e oportunidades de trabalho, entretanto tem-se a outra face desse fenômeno que é a exclusão do mercado de trabalho formal devido a vários fatores, entre eles o baixo nível de escolaridade, como é o caso da maioria dos entrevistados que não tem o ensino fundamental completo.

A maioria dos entrevistados são mulheres. Destas 90% são dependentes do companheiro ou beneficiária de programas sociais como o Programa Bolsa Família do governo federal. De uma forma geral é uma população adulta, apresentam baixa renda, os quais os rendimentos advêm de aposentadorias, enquanto que os demais fazem parte do mercado formal e informal.

No que refere aos dados da rotina dos moradores, foi constatado que as atividades relacionadas à casa como ver televisão, atividade doméstica e lazer<sup>46</sup> tiveram o percentual maior em relação às demais atividades no que se refere ao ambiente externo como evento religioso, atividade programada e deslocamento. Os dados sobre o local confirmam que os moradores passam mais tempo no ambiente casa do que em relação aos outros ambientes, com isso aumentou também o tempo na companhia de parentes próximos, alterando o percentual sobre o tempo que o morador passava sozinho na antiga moradia.

A partir das evidências podemos ver que o remanejamento não causou o desmantelamento do laço familiar, entretanto a frequência de mudanças de casas provocou a **desarticulação de comunidade**, que segundo Cernea (1997) ocorre a partir do deslocamento forçado, provocando a dispersão da comunidade e desmonte de padrões da organização social e relações interpessoais, como as redes informais de ajuda mútua entre a vizinhança.

Ao tratar sobre o aumento do tempo no ambiente casa, na companhia de parentes próximos e de atividades voltadas principalmente na casa, esses dados fazem apontamentos sobre a permanência desse morador dentro da casa e menos em relação ao tempo que eles passam em ambientes externos, o qual pode relacionar com o tempo que eles passam na comunidade, uma vez que a média de mudança aumentou de 1 para 2 nesse período de

---

<sup>46</sup> O lazer é uma atividade que está relacionada ao ambiente casa.



transição, a partir disso podemos rever que ocorre **desarticulação de comunidade**, diante da frequência de mudanças e pouca interação com a comunidade, conforme os dados indicaram.

Através dos dados foi possível perceber que o valor do auxílio aluguel é insuficiente para garantir estabilidade, previsibilidade e conforto na vida das famílias. Pois o valor pago não é suficiente, provocando o deslocamento para outras áreas, uma vez que de acordo com os relatos, as casas que são ofertadas para alugar no bairro são mais caras em relação às áreas mais distantes. Nesse ínterim foi identificada a especulação do aluguel, dado esse que gera outras consequências de natureza socioeconômica às vidas das famílias.

Um das consequências apontadas nesse processo de transição foram as mudanças de casas, isso nos indica que ocorreu a redução do espaço, uma vez que a média do número de cômodos em geral diminuiu. Isso corrobora para indicar que os moradores continuam ocupando pouco espaço, isso reflete no conforto e na privacidade dos moradores, que também está associado ao poder aquisitivo de cada um possuir condições de arcar com os gastos, além do que lhe é pago de auxílio moradia.

A pesquisa apontou que os moradores que não possuem renda fixa voltaram a morar em casas precárias e com pouco espaço. Abelém (1988), Costa (1998) e Portela (2005) caracterizam que essas moradias na grande maioria são de madeiras, difícil acesso, autoconstruídas, ocupadas por pessoas de baixa renda em áreas de baixadas, como é o caso das famílias das quadras 19 e 20 da comunidade Riacho Doce. Essas famílias continuam nas mesmas condições de moradia de suas casas de origens, enquanto que as famílias que ocupam casas de alvenaria são as que possuem uma renda fixa, ainda assim de uma forma geral essas famílias continuam em situação precária de moradia.

Os achados da pesquisa de campo nos permitem afirmar que a especulação do aluguel pode estar relacionada com uma demanda alta de casas para alugar no bairro, já que se tem 384 famílias oriundas da comunidade Riacho Doce que estão recebendo o auxílio moradia. As impressões em campo a partir da fala dos moradores reforçam a afirmação.

Em relação à frequência das mudanças causadas pelo baixo valor pago de auxílio moradia e o aumento dos aluguéis, é possível inferir que nesse momento de transição essas famílias passam por insegurança causada por conflitos de interesses, bem pontuados por Almeida (1995) no que se refere aos efeitos do deslocamento compulsório, como conflitos de interesses de natureza espacial e social e de correlações de forças, ou seja, tem-se claramente uma relação de conflitos de interesses no que se refere ao valor pago pela COHAB, no entanto não correspondem ao valor cobrado em uma casa que pudesse apresentar um mínimo de

conforto aos moradores e por sua vez os interesses dos locatários do bairro interessados em aumentar a sua capacidade de lucratividade mediante a demanda do mercado provocada pelo projeto, ao retirar as famílias de suas casas antes mesmo de se ter uma garantia de moradia permanente.

O MCidades (2010) tem o conhecimento de que o deslocamento involuntário causa efeitos na vida não só das famílias imbuídas no processo, como também em todo entorno social e urbanístico, nesse caso apontamos a especulação do aluguel como efeito positivo para o mercado de aluguéis, e negativo para as famílias que têm que se submeter a morar em casas precárias devido o aluguel não garantir morar em melhores condições, por conta do aumento no valor cobrado.

Outro dado preocupante no que se refere às famílias está sendo a **perda de bens materiais**. Conseguimos identificar as três perdas mais evidentes nesse processo de transição de mudanças de casa provocadas pelo remanejamento:

A primeira está relacionada com a venda de bens materiais para inteirar com o valor do auxílio aluguel para que dessa forma não fossem despejados, esse dado ficou mais evidente nos casos das famílias que não possuem renda fixa, diante disso causando insegurança de perder a moradia pela segunda vez em meio ao processo de remanejamento.

A segunda perda material são os casos que os moradores tiveram prejuízos de perda parcial dos móveis, ocasionada pela mudança de casas, sendo que a média de mudança aumentou, causada pela aceitação de remanejamento.

A terceira perda implícita é a casa de origem, uma vez que os moradores abandonaram a casa na expectativa de serem logo remanejados, no entanto não é o que está acontecendo. Tem casos que alguns moradores retornaram para a sua antiga moradia, tendo como dois motivos principais a insuficiência do valor para pagar uma casa que abrigue todos os membros da família de maneira “confortável”. As perdas reforçam o sentimento de insegurança que as famílias passam, levando a grande maioria a não acreditar que o projeto será concluído.

Diante das perdas com a adesão do plano de remanejamento, percebeu-se a baixa capacidade dos moradores se reestabelecerem na compra de uma casa e de imóveis, haja vista que eles possuem baixa renda, causando até mesmo dificuldade de reformar a antiga casa ao retornar, logo esse processo tende a causar a **marginalização** desses moradores.

A marginalização de famílias em processo de deslocamento compulsório ocorre quando as famílias perdem o poder econômico, ou a sua capacidade de produção e reprodução

devido a saída do seu local de origem. “Muitas pessoas não podem usar suas habilidades adquiridas anteriormente no novo local e capital humano é perdida ou tornado inativo, inútil” (CERNEA, 1997, p. 13.), dessa forma causando a insegurança em si mesmo e nos demais sujeitos envolvidos no processo, nesse caso podemos identificar uma insegurança que as famílias têm no projeto, a perda das atividades as quais complementavam a renda e a perda de materiais são fatores que corroboram para afirmar que esse processo de transição tende a marginalizar ainda mais as pessoas imbuídas no processo, uma vez que elas já se encontravam à margem, devido estarem morando em uma comunidade que não era prioridade do poder estatal em buscar melhorias habitacionais e nem tampouco de infraestrutura urbana.

Percebeu-se também que a partir da frequência de mudanças de casas após a adesão do plano de remanejamento, os moradores passam por inseguranças de perder a casa, haja vista que o projeto se mostra lento, gerando insegurança, agravamento na saúde de alguns membros da família. O agravamento da saúde causado devido ao remanejamento é classificado por Cernea (1997) de **morbidade**.

A pesquisa apontou dois casos de agravamento da saúde mental, ambos mudaram de comportamentos, passaram a ser instáveis devido a mudança de casa, a qual gerou também mudança de rotina.

A morbidade é causada ou agravada pelo deslocamento, que por sua vez causa insegurança, trauma psicológico e o surto de doenças parasitárias, tem-se também a exposição ao ‘estresse social’, que compromete a saúde mental que pode abranger qualquer membro da família envolvida no processo de remanejamento.

Esse momento de transição está causando conflitos de várias naturezas. Os principais conflitos são a perda da moradia, a insegurança do projeto não ser concluído e assim ficarem sem casa, na saída dos moradores tiveram casos que ocorrem as perdas também da geração de renda e a perda de imóveis, deixando claro o empobrecimento simbólico dessas famílias.

Outro dado que nos faz refletir é a apropriação da casa por esses moradores, todos os sentidos de apropriação estão relacionados com esse momento de transição que eles estão vivendo no que se refere à casa como segurança, patrimônio, privacidade, a realização dos seus anseios e necessidades, nas falas é notório o desejo de receber a casa para que essas pessoas consigam dar continuidade aos seus planos de vida.

A partir da fala dos moradores foi possível fazer uma síntese na figura 18, das mudanças provocadas na vida das famílias que passam por esse processo de transição:

**Figura 18:** Nuvem com as principais palavras que se repetiram nas entrevistas com os moradores que estão recebendo auxílio moradia pelo projeto Riacho Doce- PAC.



Fonte: Elaboração da autora, 2017.

Como pode-se observar na figura acima, as palavras em maior destaque foram as palavras que tiveram maior número de ocorrência, de no máximo 109 repetições e de no mínimo 1 vez que passaram na fala dos moradores. Dessa forma podemos inferir que as palavras **madeira, apartamento, aluguel, moradia** são palavras que referem-se à moradia das famílias, como podemos ver é uma das principais perdas e insegurança que elas vêm passando nesse ínterim. As ocorrências das palavras **inteirar, mudando, mudança, situação, aluguel, dinheiro, condições e remanejamento** são palavras que nos fazem relacionar com a saída das famílias que aderiram o auxílio moradia e as constantes mudanças, bem como a necessidade de “inteirar” o valor cobrado a mais, e outras mudanças que vêm ocorrendo na vida dessas famílias, as quais já foram elecandas nesse tópico e se tratará de uma forma mais geral no próximo item, a conclusão.

## 7 CONCLUSÃO

A partir da revisão da literatura foi possível perceber que a política habitacional está sendo um dos instrumentos legais e representativos do Estado brasileiro, a fim de promover moradia de interesse social às famílias de baixa renda que ocupam áreas de assentamentos precários, que muitas vezes exige o deslocamento involuntário dessas famílias.

Atualmente a modalidade de remoção ainda continua sendo uma estratégia política habitacional para retirar as famílias do seu local de origem com objetivo de melhorar a habitabilidade. Conforme o MCidades (2004), a partir da década de 90 inaugurou-se uma nova política habitacional que tem como meta principal “promover as condições de acesso a moradia digna, urbanizada e integrada à cidade, a todos os segmentos da população de baixa renda”. Para contribuir com o desenvolvimento foi lançado o PAC em 2007, esse programa tem como um dos eixos a infraestrutura social e urbana. Acredita-se que a habitação é uma condição para ocorrer crescimento no país, portanto é necessário melhorar as condições de vida das pessoas, a fim de impactar positivamente no cotidiano dos beneficiários da política.

O programa urbanização de assentamentos precários, além de gerar melhoria habitacional, tem a dotação de infraestrutura urbana através da implantação de sistema de abastecimento de água, energia elétrica, pavimentação, tratamento de esgoto sanitário e equipamentos comunitários.

A partir da Política Habitacional, que tem como princípio o direito à moradia como um dos direitos humanos, conforme a Constituição Federal de 1988, com a elaboração de planos, programas e ações a fim de materializarem esses direitos. Nesse contexto foi a partir de 2007, que ações nesse sentido ficaram mais evidentes, tendo em vista o lançamento do PAC que financiou o programa de urbanização em assentamentos precários que geralmente incide em remanejamento e reassentamento, esse programa tem como objetivo melhorar as condições de moradia das pessoas que ocupam áreas em situações precárias como áreas de baixadas como é o caso da cidade de Belém.

As ações que visam melhorar a condição habitacional de famílias de baixa renda se caracterizam como uma iniciativa positiva do Estado, uma vez que vêm contribuindo para melhoria de qualidade de vida das famílias que vivem à margem do direito à cidade. No entanto, existem contradições das intervenções que vêm ocorrendo, diante disso é visível que as legislações que são aprovadas para garantir o direito previsto às famílias vêm sendo negadas, conforme apontado neste estudo.

Em Belém atualmente tem-se 12 empreendimentos financiados com os recursos do PAC, todos tiveram como modalidade o deslocamento compulsório. A partir da revisão dos estudos de Abelém (1988), Portela (2005), Santos (2007), Negrão (2007), Souza (2011), Amorin (2011), Cruz (2012), Costa (2015) e Menezes (2015), foi possível identificar os efeitos do remanejamento desde a primeira grande intervenção ocorrida na cidade de Belém até as mais contemporâneas, como as intervenções de macrodrenagem da Bacia do Una e posterior, a macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, Portal da Amazônia, Vila da Barca e o Riacho Doce-PAC.

Nos projetos citados acima têm-se o apontamento da desarticulação da comunidade provocada pelo deslocamento que ocorreu de duas formas; a primeira é causada pelo remanejamento que ocasiona a mudança das famílias para outros lugares, a partir da aceitação do plano de reassentamento. E a segunda maneira é o desmembramento das famílias, levando alguns membros saírem da casa devido a maioria das vezes o tamanho da casa não conseguir abrigar todos os componentes, fazendo com que a família desmembre-se em busca de outros espaços para morar. Outra problemática encontrada nesse processo de deslocamento é a perda da atividade realizada na moradia, ocasionada pela mudança e por ausência de espaço na nova moradia, dessa forma ocasionando a perda de renda, gerando a dificuldade de custear as taxas, contribuindo dessa forma para a saída das famílias da nova moradia. Portanto a perda da renda, a falta de moradia e a desarticulação são um dos apontamentos de uma forma geral que foram identificados nesses projetos.

A partir dos resultados de estudos sobre os efeitos provocados por projetos de intervenção urbana que visam o deslocamento involuntário de famílias, nessa direção essa pesquisa teve como objetivo geral **investigar quais os efeitos do remanejamento no cotidiano das famílias pelo projeto Riacho Doce-PAC**, tendo como objetivos específicos: Verificar as formas de apropriação e uso da habitação pelas famílias; Identificar quais as mudanças nas rotinas familiares com o deslocamento involuntário; Verificar os impactos do remanejamento na renda familiar; Contribuir com a produção do conhecimento científico na discussão sobre remanejamento urbano e os efeitos no cotidiano familiar.

A partir do primeiro objetivo foi possível **verificar as formas de apropriação e uso da habitação pelas famílias** das quadras 19 e 20, que fazem parte da comunidade Riacho Doce, dessa forma compreendeu-se que a percepção dos moradores em relação à habitação de uma forma geral é negativa, uma vez que agravou o estado de saúde mental de alguns moradores; ocorreu endividamento devido os gastos ao inteirar o aluguel após o

remanejamento; a demora do processo na finalização do projeto vem causando instabilidade, já que as casas prometidas ainda não foram entregues, dessa forma causando o aumento na frequência de mudanças de casas pelas famílias.

Sobre a identificação das mudanças nas rotinas familiares com o deslocamento involuntário, compreendeu-se que as famílias das quadras 19 e 20 que estão recebendo auxílio moradia, não tiveram casos de desestruturação da família, tendo em vista que os dados sobre a rotina no que se refere à companhia, local e atividade, apontaram um aumento relativo do tempo na presença de parentes próximos. Por outro lado, ocorreu a desarticulação dos laços de vizinhança, uma vez que os moradores alteraram a sua rotina passando por um processo de reconquista das novas relações de vizinhança na nova moradia, tendo muitas vezes que ir para outro município devido o projeto não conseguir garantir a permanência do morador no mesmo bairro.

Percebemos por exemplo uma falha no que se refere às portarias do MCidades, 317/2013 e 21/2014, ambas visam medidas compensatórias a fim de restaurar ou melhorar as condições de vida das famílias afetadas, diante disso tem-se a concessão do auxílio moradia de no mínimo três meses em condições igual ou melhor a moradia anterior, sendo esta paga ao valor compatível com o mercado, no entanto não foi o que vimos no estudo de caso realizado com as famílias do Riacho Doce que estão recebendo auxílio moradia.

O estudo de caso apontou o retorno de 02 famílias que voltaram a morar na antiga casa, devido a insuficiência de arcar com o valor do aluguel, outras tiveram que vender objetos de suas casas, a fim de inteirar no valor para não serem despejadas. Uma das falhas no que se referem às portarias é a falta de tempo determinando a permanência dessas famílias no auxílio aluguel, sendo que quanto mais tempo esse processo de transição dura, mais as famílias empobrecem.

As portarias citadas devem estipular um tempo máximo, claro que esse tempo deve ter um período curto, para que de fato as famílias possam ter as suas vidas restauradas e não passem por esse processo de insegurança a ponto de desacreditarem nas melhorias previstas nos projetos. Haja vista que elas sentem-se abandonadas e esquecidas, ou como os próprios moradores dizem “a Deus dará”, diante de tanta demora. Apesar dos documentos oficiais reconhecerem que se têm efeitos negativos nesse processo, infelizmente não temos claramente a materialização dos objetivos que visam proteger os direitos das famílias impactadas negativamente.

Foi observado no estudo de caso do projeto Riacho Doce-PAC, que os documentos oficiais classificam o conceito de remanejamento, no entanto as contradições em que o projeto vem repercutindo na vida das famílias têm-se claramente casos de remanejamento e reassentamento conforme a definição de Denaldi (2009).

Diante disso, ao verificar os impactos do remanejamento na renda familiar apontou-se a perda do emprego. Geralmente a perda de emprego/renda está diretamente relacionada com a saída da antiga moradia e a perda de espaço. Na casa de origem a qual se tinha algum comércio, na maioria das vezes são vendidos alimentos imperecíveis, as chamadas tabernas como é comumente conhecida na região.

A falta de espaço também é um fator que contribui para a perda da renda, desse modo a casa pequena não atende todas as demandas da família como é o caso das famílias do Riacho Doce, o baixo valor do aluguel pago as famílias impossibilita de alugarem uma casa considerada grande, dessa forma impossibilitando a permanência do comércio.

O baixo valor do auxílio aluguel e a especulação nos aluguéis desencadeiam outros fatores que vêm influenciar no cotidiano das famílias, como a frequente mudança de casas provocando perdas materiais e imateriais. Em meio a esse processo são adotadas algumas estratégias para permanecer na casa alugada como:

- A venda de bens materiais para inteirar o valor cobrado pelo aluguel;
- Durante a mudança ocorre perda, devido a frequente mudança em que os móveis vão sendo extraviados nesse processo;
- Outra perda são as atividades de incremento da renda dos moradores que já realizavam algum tipo de atividade na sua antiga casa.

Percebeu-se que nesse ínterim as famílias adotaram como estratégia, para não perder a casa, foi o retorno à casa anterior, uma vez que as ações compensatórias não garantem a permanência dos moradores no local, ou seja, não têm sido efetivas.

Podemos inferir que nesse contexto de remanejamento ocorrem perdas de várias naturezas em que as famílias estão imbuídas, para isso podemos afirmar que elas estão recebendo auxílio aluguel, mas passam por um processo de empobrecimento, uma vez que as perdas são de natureza material e imaterial.

A contradição entre os achados da pesquisa com os documentos oficiais está apresentada implicitamente, de forma que os documentos oficiais que deveriam garantir os direitos das famílias deslocadas no âmbito internacional e nacional como as normas operacionais 710 do BID, o COTS, as portarias 317/2013 e a 21/2014. Todas essas normas



reconhecem que o deslocamento compulsório causa efeitos negativos com risco de empobrecimento. Apesar das medidas previstas nesses documentos a fim de garantir o respeito ao direito à moradia com medidas compensatórias no que se refere às famílias imbuídas no processo de deslocamento compulsório, ainda não se tem claramente materializadas essas disposições na vida dessas famílias.

Portanto, atendendo ao **objetivo geral de investigar sobre os efeitos do remanejamento no cotidiano das famílias pelo projeto Riacho Doce-PAC**, compreendeu-se a partir de Heller (2008), que os homens fazem a sua própria história, mas em condições previamente dadas, a exemplo dessas condições temos um importante apontamento ao estudar sobre o cotidiano o qual é dotado de complexidade, contraditoriedade. Os reflexos da complexidade do cotidiano perpassam não somente pelas suas contradições, mas sobretudo pelo grau de influência do sistema capitalista e o Estado sobre a vida de cada pessoa e de como elas atribuem diferentes importâncias aos acontecimentos do dia a dia. Diante dessa complexidade de controle e contradições das famílias que estão vivenciando esse processo de transição ocasionado pelo projeto Riacho Doce-PAC, constatou-se que existe uma relação direta da mudança do cotidiano dessas famílias, que vêm apontando vários efeitos, entre eles a perda de trabalho, de moradia, a desarticulação de comunidade, o aumento de morbidade de alguns moradores, e a marginalização dessas famílias em meio ao processo de plena insegurança que estão vivenciando, conforme a teoria de empobrecimento de Cernea (1997), o qual caracterizou as maneiras de identificar o empobrecimento das famílias que passam por deslocamento compulsório, nesse sentido podemos inferir que a identificação desses efeitos alterou significativamente o cotidiano dos moradores.

Conforme foi apontado pelos estudos de Souza (2011), Boehs e Fernandes (2013), Pontes (2013), Costa (2015), a falta de moradia, a condição socioeconômica e a tipologia habitacional são variáveis significativas que influenciam na instabilidade da rotina das famílias que vivem esse processo de deslocamento. Foi a partir desses autores que a pesquisa avançou no sentido de contribuir no apontamento de evidência que considerou o estudo da rotina como um elemento importante, ao passo que através dela podemos ter uma visão mais geral sobre o cotidiano das famílias que estão passando pelo processo de remanejamento.

Logo o estudo está contribuindo com a produção do conhecimento científico na discussão sobre remanejamento urbano e os efeitos no cotidiano familiar. Pois, a partir desse estudo concluímos que há poucos trabalhos que investigam a rotina dos moradores nesse processo de transição que o deslocamento compulsório provoca na vida dessas famílias, essa

carência repercute diretamente na vida delas, uma vez que não se tem um campo sólido de estudos referente ao empobrecimento causado pelo remanejamento através da investigação sobre a rotina familiar. Diante da dificuldade de encontrar dados oficiais do Estado e até mesmo no meio científico, podemos considerar que foi uma das limitações do estudo.

Sobre as limitações da pesquisa no campo tivemos algumas dificuldades em entrevistar as famílias, tendo em vista que as mesmas saíram de suas casas e a COHAB não tem a informação dos novos endereços, uma vez que a frequência de mudança é comum entre as famílias. Outra dificuldade foram os dados confusos sobre deslocamento compulsório e suas polissemias, por isso não temos como afirmar o número exato de famílias deslocadas oficialmente, por isso que adotamos uma média aproximada e por fim encontramos dificuldades de fazer uma revisão mais profunda teoricamente sobre cotidiano e rotina, essa discussão precisa avançar para assim contribuir com intervenções qualificadas, conforme a realidade dessas famílias.

Este trabalho certamente apontou os dados sobre as mudanças negativas no cotidiano das famílias que estão recebendo auxílio aluguel, compreender as causas do empobrecimento é importante para se adotar medidas que possam evitar ou minimizar esses efeitos negativos de empobrecimento e desmantelamento de sua organização social.

As evidências encontradas a partir do estudo da arte sobre o deslocamento compulsório e estudo de caso não se esgotam aqui, sabe-se que esse processo é complexo e requer estudos permanentes acerca do tema. Como medidas para evitar ou reduzir os efeitos negativos do deslocamento compulsório por projeto de desenvolvimento social, o sociólogo Cernea (1997) acredita que é necessário a participação de todos os envolvidos no processo, que deve ser acompanhado de políticas sociais que possam reestabelecer a base econômica através de ofertas reais de emprego e o compartilhamento do benefício do projeto para todos os envolvidos.

Recomenda-se nesse processo de transição, que para se minimizar os efeitos negativos é imprescindível que ocorra de fato a materialização dos seus direitos, na garantia de melhoria de habitabilidade. E é necessária a efetivação dos direitos previstos nas normas operacionais pelo Estado e pelas instituições privadas envolvidas, através da compensação dos afetados por meio de recursos que possam ser compatíveis com o processo. É importante também ressaltar a participação de todos os envolvidos no processo, afinal é uma estratégia que certamente contribuirá com o sucesso do projeto, outro ponto enfático é a criação e legitimação de dispositivos em lei que garantam o compartilhamento dos benefícios oriundos do projeto, para

que o mesmo vise o deslocamento compulsório não apenas para retirar as famílias do espaço sem perspectiva concreta de melhorias, para que o progresso não seja apenas para elas uma falácia.

A partir da análise dos projetos urbanos que deslocou famílias compulsoriamente, incidindo em remanejamento ou reassentamento, acaba sendo uma manobra do capital para retirar as famílias, uma vez que a valorização do espaço é uma condição para reprodução do capital, logo o que se vê é a contradição entre a reprodução social deste e a sua apropriação privada na cidade, a exemplo disso temos a marginalização de famílias de baixa renda, logo a cidade vem seguindo uma lógica do sistema capitalista que está associada diretamente com a mediação do capital na apropriação da cidade, através da valorização dos espaços, que são meios para a oferta de serviços que as famílias alvo de deslocamentos não são as principais consumidoras.

## REFERÊNCIAS

- ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1988.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização** In: MAGALHÃES, S. B.; BRITO, R. C.; CASTRO, E. R. (Orgs). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação de Universidades Amazônicas, 1996.
- ALMEIDA, Evandro Mauro Dias de. **POLÍTICA HABITACIONAL EM ZONAS URBANAS: O caso do conjunto habitacional Vila da Barca, em Belém**. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) – Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.
- AMORIN, Raquel da Silva. **Processo de reassentamento no Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca em Belém/PA**. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- ANANINDEUA. Prefeitura Municipal de Ananindeua. **Projeto Sanear Ananindeua**. Jaderlândia/Manguaricá. Ananindeua: PMA, 2010.
- BARBOSA, Maria José de Souza et al. **Estudo de caso: Tucunduba: Urbanização do Igarapé Tucunduba, Gestão de Rios Urbanos**. Belém: UFPA, 2003.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo J. Esquemas de reassentamento populacional como processos sociais questões conceituais e metodológicas. In: **Barragens, desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo, 2000.
- BLANCO JUNIOR, Cid. **As transformações nas políticas habitacionais**. Brasileiros nos anos 1990: O caso do programa Integração de inclusão social da Prefeitura de Santo André-São Carlos. 2006. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- BOEHS, Astrid Eggert; FERNANDES, Gisele Cristina Manfrini. Mudanças das Rotinas Familiares na Transição Inesperada por Desastre Natural. **Revista de Enfermagem**, vol. 17, núm. 1, enero-marzo, 2013, p. 160-167.
- BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: Revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, v. 1, p. 70-104, 2008.
- BORGES, Odália Lima. **O PAC social e urbano na comunidade Fé em Deus – Belém/Pa: A Participação como premissa para a execução do trabalho social**. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. Mapa de Localização das Bacias Hidrográficas do Município de Belém. Elaborado em maio de 2014. Disponível em: <[http://www.belem.pa.gov.br/codem\\_mapas/](http://www.belem.pa.gov.br/codem_mapas/)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 21**, de 22 de janeiro 2014. DOU: Brasília, 22 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 317**, de 18 de julho de 2013. DOU: Brasília, 19 de julho de 2013, (nº 138, Seção 1, pág. 42).

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação 2004**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2013.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em Questão**, núm. 29, p. 179-208, 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Org.). **Caderno de Orientação Técnico Social**. Brasília, maio de 2013. Disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp?>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

CARDOSO, Adauto Lucio. **Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, 2008.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte. Assentamentos precários e a pobreza urbana. Belém em foco. In: VALENÇA, Marcio Moraes (Org.). **Cidade (I)legal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 155-218.

\_\_\_\_\_. **DESARTICULAÇÕES ENTRE POLÍTICAS URBANAS E INVESTIMENTOS EM CIDADES: Contratação do PAC paraense**. Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 71-86, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br>>. Acesso em: 05 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **O espaço alternativo: Vida e forma urbana nas baixadas de Belém**. Belém: Editora UFPA, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Ed. Contexto, 2015. p. 44-63.

CasaPAAP. Relatório técnico da pesquisa **O PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM CIDADES AMAZÔNICAS: proposta metodológica para avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá**. Fevereiro, 2015.

CERNEA, Michel M. **Impoverishment Risks, Risk Management, and Reconstruction: A model of population displacement and resettlement**. Paper presented to the UN symposium on Hydropower and sustainable development, Beijing. 2004. Disponível em: <[http://www.responsiblemines.org/attachments/254\\_population\\_resettlement\\_IRR\\_MODEL\\_cernea.pdf](http://www.responsiblemines.org/attachments/254_population_resettlement_IRR_MODEL_cernea.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. *Practica Sociológica e Investigacion- Accion sobre reasentamientos de Población: Parte I. Revista Sociologia Aplicada*, Vol. 13, n. 21, ano 1996.

COSTA, Danielen Rodrigues. **Rotinas de moradores no contexto do pré e pós-remanejamento habitacional**. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) – Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

COSTA, Solange Gayoso. Como vejo minha casa: representações do “espaço-casa” numa área de baixada de Belém. In: AMIN, Mario; XIMENES, Tereza (Orgs.). **Habitat nos países amazônicos**. Belém: NAEA, 1998.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 317 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DENALDI, Rosana. Assentamentos precários: identificação, caracterização intervenção. In: ROSA, J. S.; DENALDI, R. (Orgs.). **Curso à distância: Planos locais de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

DIAS, Lucimberg Camargo. Remoção da população de assentamentos precários e áreas de risco em Cuiabá (MT). **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n. 1, p. 137-151, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98579.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

GARRIDO, Raimundo. A sustentabilidade das intervenções no ambiente aquático. In: **Barragens, desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo, 2000.

GAYOSO, Solange; PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana. Interpretações sobre a casa para produção de moradia. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (Orgs.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. O não-cotidiano do cotidiano. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro (Org.). **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2002.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

HOLANDA, Anna Carolina Gomes. Avanços e limites da Nova Política de Habitação de Interesse Social. In: **Seminário Nacional: Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano**. Natal: 2010. p. 1-18.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE CIDADES. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/1501402>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero:** Notas técnicas. 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas\\_metodologicas.html](http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/19052004pof2002html.shtm>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

INSTITUTO IGARAPÉ. Vítimas de despejo são só estatísticas no Brasil. Disponível em: <<https://igarape.org.br/vitimas-de-despejo-sao-so-estatisticas-no-brasil-diz-muggah/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

LEÃO, Monique Bentes Machado Sardo. **Remoção e reassentamento em baixadas de Belém:** Estudos de caso de planos de reassentamento (1980-2010). 2013. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1996. p. 09-73.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007. p. 9-21.

LOWY, Michael. **Método Dialético e teoria política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUKÁCS, Georg. **História consciência de classe:** estudos de dialética marxista. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARICATO, Erminia. É a questão urbana, estúpido! In: \_\_\_\_\_. **Cidades Rebeldes:** Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 19-26.

\_\_\_\_\_. **O MINISTÉRIO DAS CIDADES E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Políticas sociais** – acompanhamento e análise: Edição 12. IPEA, fevereiro 2006. Disponível em: <[http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/ensaio2\\_ministerio12.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio2_ministerio12.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MARIN, Andréia A.; LIMA, André Pietsch. Individualização, Percepção, Ambiente: Merleau-Ponty e Gilbert Simondon. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 03, dez. 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso:** uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MEJÍA, María Clara. **Reassentamento Involuntário de População Urbana: Experiências de financiamento para projetos de desenvolvimento do banco mundial na América Latina.** Banco Mundial/Módulo Ambiental. Tradução Maria Cláudia Zaidan. Brasil: Ouro Preto, 1996.

MENEZES, Tainá Marçal dos Santos. **Referências ao Projeto de Arquitetura pelo tipo Palafita Amazônico na Vila da Barca (Belém- PA).** 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2015.

MUGGAH, Robert. Os Deslocados: Conceptualizing Internal Displacement in Brazil. **Revista HASOW Humanitarian Action in Situations Other Than War**, July, 2014. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/brazil/os-deslocados-conceptualizing-internal-displacement-brazil>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

NEGRÃO, Marília Regina Gama. **A contribuição dos Programas oficiais para a consolidação sócio espacial de Assentamentos informais: Uma avaliação do plano nos assentamentos do Riacho Doce e Pantanal Belém/PA.** 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

NETO, Frota. **Urbanização no Brasil: E alguns dos seus limites.** Brasília: Senado Federal, 1978.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Categorias da (crítica) economia política. In: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política – Uma Introdução Crítica.** São Paulo: Cortez, 2006. p. 54-77.

NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 1989.

OBRAS DO Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: <<http://www.cohab.pa.gov.br>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

PASSOS, Rosália Maria; PRAXEDES, Nicolle S. L. F de Mores Brentan. Reinserção em Nova Mutum Paraná e Condições de Vida dos Atingidos pela Construção da Hidrelétrica de Jirau em Rondônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 5, n.1, jan./abr. 2013.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará** (Estudo de geografia urbana). Belém: Ed. UFPA, 1968. 2 v. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

PERDIGÃO, A. K. et al. **O PAC Urbanização de Assentamentos Precários em Cidades Amazônicas: proposta metodológica para avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá.** Relatório de pesquisa. Belém, 2014.



PEREIRA, Caio Calixto Teixeira. A Reorganização do Espaço Urbano Carioca – Em Destaque o Eixo Madureira-Campinho e seus Movimentos Sociais. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais**. Vitória/ES: 2014.

PINHEIRO, A. C. L.; LIMA, J. J. F.; SÁ, M. E.; PARACAMPO, M. V. Dificuldades interferem na implementação de Política Habitacional na Região Metropolitana de Belém. In: FÓRUM DA AMAZÔNIA ORIENTAL – FAOR (Org.). **Observatório da Cidadania**. Políticas Públicas e Controle Popular. Belém: MGM, 2003. v. 1.

PINTO, Lúcio Flávio. **Memória do cotidiano** (A Belém de quase ontem). Vol. I. Belém: 2008.

PONTES, Fernando Augusto Ramos. **Relatório de Pesquisa: Pobreza e Ecologia do Desenvolvimento**. UFPA/CNPq, 2013.

PORTELA, Roselene de Souza. **PLANEJAMENTO, PARTICIPAÇÃO POPULAR E GESTÃO DE POLÍTICAS URBANAS: A experiência do projeto de Macrodrenagem da bacia do UNA (BELÉM-PA)**. 2005. 213 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

PROGRAMA DE Aceleração do Crescimento. Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento. p. 1-33. 2016-2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/19052004pof2002html.shtm>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

RAMOS, M. H. R. Habitação, Um Meio de reprodução Social. In: GOMES, M. F. C. M.; FERNANDES, L. L.; MAIA, R. S. (Orgs.). **Interloquções urbanas: Cenários, enredos e atores**. Rio de Janeiro: Ed. Arco Íris, 2008.

REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO: Política operacional e documentos antecedentes. Washington, D.C. 1998.

RELATÓRIO ANALÍTICO do Território do Marajó. BARBOSA, Maria José de Souza (Coord.). Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará. Belém: UFPA/MDA/PITCPES/GPTDA, 2012.

RIBEIRO, Rodrigo Lopes Cavalcanti. Rumo a triagem: dilemas do conjunto habitacional Bairro Carioca no atual processo de reassentamento de moradores de favelas do Rio de Janeiro. **Seminário URBFAVELAS**. São Bernardo do Campo, SP, 2012. p. 1-18.

RODRIGUES, Edmilson. Notas sobre ocupação do espaço, meio ambiente e qualidade de vida na Região metropolitana de Belém In: **Os desafios da metrópole: Reflexos sobre desenvolvimento para Belém**. Belém: Labor Editorial/Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2000.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional**. Publicado em 05 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=461>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

ROLNIK, Raquel. **Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?** Disponível em: <[https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/01/guia\\_portugues.pdf](https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/01/guia_portugues.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Moradia adequada é um direito!** Publicado em 19 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2009/10/19/moradia-adequada-e-um-direito/>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Remoções forçadas em tempos de novo ciclo econômico.** Publicado em 29 de agosto de 2012. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=20790](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20790)>. Acesso em: 28 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Você já foi desapropriado? Foi feliz?** Publicado em 24 de julho de 2013. Disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com/blogs/habitat/voc%C3%AA-j%C3%A1-foi-desapropriado-foi-feliz-220603558.html>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva; MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto; LUFT, Rosângela Marina. **DIREITO À MORADIA: Um Direito Social em Construção no Brasil. A Experiência do Aluguel Social no Rio de Janeiro.** In: XIII Seminário Interamericano da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII). **Anais.** Salvador, 2014, p. 1-20. Disponível em: <[http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais\\_xiii/gt3/gt3\\_angela.pdf](http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt3/gt3_angela.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SANTOS, Cleidiane de Oliveira Sena dos. **Planejamento Urbano no Brasil e a intervenção urbanística no Igarapé Tucunduba em Belém/PA.** 2007. 109 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Ed. Universidade Federal de São Paulo, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Simone Souza da Costa; PONTES, Fernando Augusto Ramos; SANTOS, Thamyris Maués dos; MALUSCHKE, Julia Bucher; MENDES, Leila Said Assef; REIS, Daniela Castro dos; SILVA, Sarah Danielle Baia da. **Rotinas Familiares de Ribeirinhos Amazônicos: Uma Possibilidade de Investigação.** **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** vol. 26, n. 2, Abr-Jun 2010, p. 341-350.

SOUZA, A. K. de. **Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área.** 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SOUZA, Alessandra Kelma de; SANTANA, Joana Valente. **Política Habitacional e (Im) Permanência de Famílias Remanejadas: estudo sobre o projeto de urbanização Vila da Barca em Belém, Pará.** **Revista Políticas Públicas,** São Luís, v. 17, n. 1, p. 171-181, jan./jun. 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000. 80 p.

TRINDADE Jr., Saint-Clair C. **Produção do Espaço e Uso do Solo Urbano em Belém**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

URBANIZAÇÃO DE Assentamentos Precários. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/urbanizacao-de-assentamentos-precarios>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

VAINER, Carlos B. **Conceitos de "atingidos"**: Uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro: Preto, 2003.

\_\_\_\_\_. Utopias urbanas e o desafio democrático. **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/173/149>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

VALLADARES, Lícia do Prado; FIGUEREDO, Ademir. **HABITAÇÃO NO BRASIL**: Uma introdução à literatura recente. 2006.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa**: Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VILLAÇA, Flávio. **O QUE TODO CIDADÃO PRECISA SABER SOBRE HABITAÇÃO**. São Paulo: Global, 1986.

WORLD BANK. OP/BP 4.12 – **Involuntary Resettlement** – Dezembro 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZITZKE, Valdir Aquino. **A Rede Sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os Reassentamentos Rurais das Famílias Atingidas**. 2007. 316 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Nome:** \_\_\_\_\_

<b>SERVIÇOS E TAXAS DE HABITAÇÃO</b>
--------------------------------------

1- Aluguel, impostos e outras taxas na habitação principal

Item	Tipo	Valor R\$
1.1	Aluguel do imóvel	
1.2	Adicionais do aluguel do imóvel (juros, multa, etc.)	
1.3	Prestação do imóvel	
1.4	Condomínio	
1.5	Imposto predial e territorial urbano (IPTU)	
1.6	Aluguel de garagem	

1.7- Qual o gasto trimestral com os impostos e outras taxas na habitação? Resposta: (R\$ \_\_\_\_\_)

2- Serviços e taxas de habitação

Item	Despesas	Valor R\$
2.1	Energia elétrica (KWH)	
2.2	Água e esgoto (m <sup>2</sup> )	
2.3	Botijão de gás ou gás encanado	
2.4	Telefone residência (despesa total)	
2.5	Telefone fixo e internet (pacote)	
2.6	Acesso à internet (provedor, a cabo, comunicação via satélite, etc.) R	
2.7	TV por assinatura (pacote)	

2.8- Qual o gasto trimestral com os serviços e taxas de habitação? Resposta: (R\$ \_\_\_\_\_)

<b>AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO DOS BENS DURÁVEIS.</b>
---

## 3- Inventário de Bens duráveis do domicílio principal

Item	Tipo	Quant. 2014	Quant.2017
3.1	Fogão		
3.2	Freezer		
3.3	Geladeira de 1 porta		
3.4	Geladeira de 2 portas		
3.5	Chuveiro elétrico		
3.6	Liquidificador		
3.7	Processador de alimentos		
3.8	Grill		
3.9	Aspirador de pó		
3.10	Forno elétrico		
3.11	Ferro elétrico		
3.12	Máquina de lavar roupas		
3.13	Televisão em cores		
3.14	Televisão em preto e branco		
3.15	Equipamentos de som		
3.16	Rádio		
3.17	Ar-condicionado		
3.18	Ventilador e/ou circulador de ar		
3.19	Máquina de costura		
3.20	Filtro de água		
3.21	Automóvel		
3.22	Bicicleta		
3.23	Motocicleta		
3.24	Microcomputador		
3.25	Purificador de ar		
3.26	Forno de micro-ondas		
3.27	Antena parabólica		
3.28	Aparelho de DVD		
3.29	Máquinas de lavar roupas		
3.30.	Batedeira de bolo		

3.31	Secador de cabelos		
3.32	Máquina de lavar louças		
3.33	Mesa de madeira		
3.34	Cadeira de madeira		
3.35	Mesa de plástico		
3.36	Cama		
3.37	Chapinha de cabelo		
3.38	Outros		

3.39- Qual o total de bens duráveis? Resposta: ( )

<b>ALIMENTAÇÃO</b>
--------------------

4- Relação, dos produtos alimentares mais consumidos pela família

Quantidade	Descrição detalhada do produto

4.1. Qual o valor total dos produtos alimentares consumidos pela família? Resposta: ( \_\_\_\_\_ )

5- Serviços de assistência à saúde

5.8- Qual o valor com os serviços de Resposta:

Item	Tipo	Valor (R\$)
5.1	Plano de assistência médica (empresa)	
5.2	Plano de assistência médica (particular)	
5.3	Plano exclusivamente odontológico (empresa)	
5.4	Plano exclusivamente odontológico (particular)	
5.5	Mensalidade de clinica	
5.6	Atendimento em pronto- socorro pronto –atendimento	
5.7	Outros (plano funeral + assistência médica)	

dos gastos totais assistência à saúde? (R\$\_\_\_\_\_)

**TRANSPORTE**

6- Gastos com transporte na região metropolitana de Belém

Item	Tipo	Valor (R\$)
6.1	Ônibus urbano convencional	
6.2	Ônibus intermunicipal convencional	
6.3	Ônibus urbano rápido	
6.4	Transporte alternativo (mototaxista, van e micro-ônibus)	
6.5	Táxi	
6.6	Outros	

6.7- Quais o gasto total com transporte na região metropolitana de Belém? Resposta: (R\$\_\_\_\_\_)

**Observações:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Em, \_\_\_\_\_, de, \_\_\_\_\_ de, \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora



**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.**

**Roteiro de entrevista elaborado para aprofundar o estudo de caso junto com os moradores que estão recebendo auxílio moradia das quadras 19 e 20**

**Endereço:**

---

**Nome:**

---

---

- Faça uma linha do tempo de sua vida, demarcando os locais onde você morou e por que veio morar na comunidade Riacho Doce?
- Quais as mudanças do remanejamento na sua vida?
- Qual o significado da casa para você?

## **ANEXOS**

**ANEXO A – FORMULÁRIO DE ADAPTAÇÃO HABITACIONAL.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO  
PESQUISA DE ADAPTAÇÃO HABITACIONAL

**IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Nome:** \_\_\_\_\_

<b>Características do entrevistado:</b>
a) Sexo: (1) Feminino      (2) Masculino
b) Idade: _____ anos.

3. ANTES E DEPOIS DO REMANEJAMENTO: Comparativo entre a Casa Atual e Anterior			
ITENS		CASA ATUAL	CASA ANTERIOR
<b>3.1 Tempo de Moradia</b>	Há quanto tempo mora na casa?	( ) meses	( ) meses
<b>3.2 Composição Familiar</b>	a) Quantas pessoas moram na casa?	( ) pessoas	( ) pessoas
	b) Qual a composição familiar?	(1) pai/mãe (2) pai/mãe e filhos (3) pai/filhos (4) mãe/filhos (5) família e agregados (6) mãe e/ou pai, filhos e avós (7) outros	(1) pai/mãe (2) pai/mãe e filhos (3) pai/filhos (4) mãe/filhos (5) família e agregados (6) mãe e/ou pai, filhos e avós (7) outros
	c) Qual a quantidade de crianças por faixa etária?	(1) ( ) até 6 (2) ( ) 7 a 13	(1) ( ) até 6 (2) ( ) 7 a 13
	d) Quantas pessoas compõem a(s) família(s) agregada(s)?	( ) pessoas	( ) pessoas
	e) Quem é o chefe da família?	(1) pai (2) mãe (3) avô (4) avó (5) irmão/irmã (6) outros	(1) pai (2) mãe (3) avô (4) avó (5) irmão/irmã (6) outros
<b>3.3 Renda Familiar</b>	a) Quantas pessoas possuem renda?	( ) pessoas	( ) pessoas
	b) Qual a fonte da renda familiar?	1	1
		2	2
		3	3
4		4	
c) Qual a renda familiar em salários mínimos?	(1) até 1 (2) 1-3 (3) 3-5 (4) 5-7 (5) 7-10	(1) até 1 (2) 1-3 (3) 3-5 (4) 5-7 (5) 7-10	
<b>3.4 Orçamento Familiar</b>	a) Quais são os produtos e serviços inclusos no orçamento familiar?	1	1
		2	2
		3	3
		4	4
<b>Legenda:</b> PRODUTOS – alimentação, gás, medicamento, vestuário, etc. SERVIÇOS – água, educação, energia, lixo, plano de saúde, etc.			
<b>3.5</b>	b) Qual o tipo de construção da casa?	(1) Madeira (2) Alvenaria (3) Taipa (4) Palanta (5) Mista (6) Outros	(1) Madeira (2) Alvenaria (3) Taipa (4) Palanta (5) Mista (6) Outros
	c) Qual o número de cômodos?	( ) cômodos	( ) cômodos
	<b>3.6 Preferência e Uso da Casa</b>	a) O que você mais gosta em sua casa?	
b) O que você não gosta em sua casa?			
c) Qual o ambiente mais utilizado?			
d) Você realiza/realizava alguma atividade comercial em sua casa?		(1) Sim: Qual? (2) Não	(1) Sim: Qual? (2) Não

	e) Como você considera a aparência da sua casa?	(1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim (5) n.s.a	(1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim (5) n.s.a
<b>3.7 Transporte</b>	a) Que tipo de transporte você usa para chegar ao trabalho?	(1) Ônibus (2) Veículo próprio (3) Van (4) Bicicleta (5) Moto (6) Outros	(1) Ônibus (2) Veículo próprio (3) Van (4) Bicicleta (5) Moto (6) Outros
	b) Como você classifica a sua mobilidade urbana?	(1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim (5) n.s.a	(1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) Ruim (5) n.s.a
<b>3.8 Impostos e Tarifas</b>	a) Quanto ao pagamento da taxa do IPTU?	(1) Isento (2) Não Paga (3) Paga/ Valor anual:	(1) Isento (2) Não Paga (3) Paga/ Valor anual:
	b) Quanto ao pagamento da taxa de energia elétrica?	(1) Isento (2) Não Paga (3) Paga/ Valor mensal aproximado:	(1) Isento (2) Não Paga (3) Paga/ Valor mensal aproximado:
	c) Quanto ao pagamento da taxa de água?	(1) Isento (2) Não Paga (3) Paga/ Valor mensal aproximado:	(1) Isento (2) Não Paga (3) Paga/ Valor mensal aproximado:

#### 4. SITUAÇÃO ATUAL

4.1 Residências e áreas comuns – adequação ao uso					
O que você acha do (a):	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	n.s.a
a) Tamanho da casa					
b) Tamanho da cozinha					
c) Tamanho do banheiro					
d) Tamanho da sala					
e) Tamanho dos dormitórios					
f) Tamanho da área de serviço					
g) Disposição dos cômodos (localização)					
h) Você sente falta de espaço para desenvolver alguma atividade na sua casa?	Sim	Não	Qual?		
i) Alguém dorme fora do quarto na sua casa?	Sim	Não	Onde?		

4.2 Grau de Segurança					
Com relação a furtos, assaltos e invasões, como você o classifica...	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	n.s.a
a) Na sua casa?					
Por quê?					
b) No seu bairro?					
Por quê?					

4.3 Sensação de Conforto					
Como você classifica sua casa em relação à:	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	n.s.a
a) Iluminação natural (claridade)					
b) Ventilação					
c) Conforto térmico					
d) Você já observou a presença de focos de umidade na sua casa?				Sim	Não
Onde?					

4.4 Privacidade					
Como você classifica sua casa em relação à...	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	n.s.a
a) Privacidade entre os moradores dentro da própria casa					
b) Barulho vindo de áreas internas (dentro de casa)					
c) Privacidade entre as casas (pela distância)					

4.5 Convivência Social					
				Sim	Não
a) Você utiliza as ruas para lazer ou outras atividades?					
Por quê?					
b) O espaço externo à sua casa é adequado para essas atividades?					
Por quê?					
c) Como você qualifica as relações de vizinhança entre os moradores?	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	n.s.a

4.6 Manutenção, conservação e operação da casa e das áreas comuns.					
Como você qualifica a situação da sua nova moradia em relação à...	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	n.s.a
a) Instalação (de água) hidráulica					
b) Instalação de esgoto					
c) Coleta de lixo					
d) Como você qualifica o material utilizado na construção da sua residência?					
e) Você já observou algum problema na sua casa (por exemplo: elétrica, caixilhos, trincas, pintura, etc.)?					
(1) Sim      (2) Não					
Quais?					

4.7 Características das áreas comuns e de vizinhança						
Como você qualifica os seguintes serviços e equipamentos:	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não existe	Não utiliza
a) Creche						
b) Escolas Públicas de Educação Infantil						
c) Postos de Saúde/Hospital						
d) Segurança / Posto policial						
e) Espaço de Recreação/Praças/Áreas de lazer						
f) Mobiliários Urbanos (telefone público, parada de ônibus, bancos, lixeiras, etc.)						
g) Supermercados/ Mercadinhos						

h) Feiras Livres						
i) Ruas e calçadas						
j) Conforto térmico no passeio público						
l) Iluminação artificial nas vias públicas						
k) Ruído urbano						
m) Mobilidade e acessibilidade nas ruas e calçadas						

## 5. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVA

5.1 Considerações Finais	
a) Você já fez alguma modificação em sua casa?	
(1) Sim (2) Não Qual?	P ( )
b) O que (mais) você gostaria de modificar na sua casa?	
c) Em que tempo? (1) Curto prazo (até 13 meses) (2) Médio prazo (de 13 à 48 meses) (3) Longo prazo (acima de 48 meses)	
d) Como você considera a residência atual em relação à anterior? (1) Outros (2) Pior (3) Igual (4) Melhorou (5) Melhorou muito Por quê?	
e) Você pretende mudar de casa? (1) Sim (2) Não (3) Talvez (4) Não sei (5) Outros	
f) O que você acha que deveria ser feito para melhorar seu bairro ou conjunto habitacional? (1) Ampliar a oferta de Serviços de Saúde. (2) Ampliar a oferta de Serviços Educacionais, Escolas e Creches. (3) Ampliar as Áreas de lazer. (4) Ampliar a Segurança, Posto Policial. (5) Ampliar os Serviços de Transporte. (6) Adequar as calçadas. (7) Ampliar/criar ciclo faixas. (8) Outros _____.	

### Observações:

---



---



---



---



---



---



---



---

Data: \_\_\_\_\_ Hora final: \_\_\_\_\_

## ANEXO B – INVENTÁRIO DE ROTINA FAMILIAR.

### INVENTÁRIO DE ROTINA FAMILIAR (IRF)

Família \_\_\_\_\_ - ISD \_\_\_\_\_

Data - \_\_\_\_\_ Aplicadores \_\_\_\_\_

	HORA	ATIVIDADE															LOCAL	OBSERVAÇÕES	
		DA	H	A	D	E	DC	B	TV	R	TD	AP	CO	L	FC	ER			OUTRO
<b>MADRUGADA</b>	00h-01h																		
	01h-02h																		
	02h-03h																		
	03h-04h																		
	04h-05h																		
	05h-06h																		
<b>MANHÃ</b>	06h-07h																		
	07h-08h																		
	08h-09h																		
	09h-10h																		
	10h-11h																		
	11h-12h																		
<b>LEGENDAS</b>																			
<b>ATIVIDADES</b>										<b>COMPANHIA</b>									
<b>DA</b> - dormir, descansar ou acordar <b>B</b> - Lazer <b>T</b> - Trabalho <b>ER</b> - evento religioso <b>P</b> - pai <b>H</b> - higiene pessoal										<b>TV</b> – Televisão <b>AP</b> - atividades programadas <b>AV</b> - avó/avô <b>A</b> - alimentação <b>R</b> - rádio/DVD <b>CO</b> - Conversar									
<b>Atividades que a pessoa realiza normalmente, mas que não foram citadas:</b>																			



Família \_\_\_\_\_ - ISD \_\_\_\_\_

Data - \_\_\_\_\_ Aplicadores \_\_\_\_\_

	HORA	ATIVIDADE															LOCAL	OBSERVAÇÕES	
		DA	H	A	D	E	DC	B	TV	R	TD	AP	CO	L	FC	ER			OUTRO
<b>TARDE</b>	12h-13h																		
	13h-14h																		
	14h-15h																		
	15h-16h																		
	16h-17h																		
	17h-18h																		
<b>NOITE</b>	18h-19h																		
	19h-20h																		
	20h-21h																		
	21h-22h																		
	22h-23h																		
	23h-24h																		

**LEGENDAS**

ATIVIDADES	COMPANHIA
<b>DA</b> - dormir, descansar ou acordar <b>B-</b> Lazer <b>T</b> - Trabalho <b>ER</b> - evento religioso <b>P</b> - pai <b>H</b> - higiene pessoal	<b>TV</b> – Televisão <b>AP</b> - atividades programadas <b>AV</b> - avó/avô <b>A</b> - alimentação <b>R</b> - rádio/DVD <b>CO</b> - Conversar

**Atividades que a pessoa realiza normalmente, mas que não foram citadas:**

## ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE TECNOLOGIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO**

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PROJETO DE PESQUISA: O PAC Urbanização de Assentamentos Precários em Cidades Amazônicas: proposta metodológica para avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá.

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. Caso você concorde em participar, a sua participação se dará por meio de uma entrevista, registrada em formulário de pesquisa. De acordo com a resolução 466/12 essa pesquisa envolve seres humanos, portanto poderá causar desconforto e risco mínimo, logo a sua participação poderá ser interrompida no momento em que você quiser, sem causar prejuízos, basta que você me diga. As informações e resultados encontrados no final da pesquisa poderão ser publicados em revistas e eventos científicos, mantendo o compromisso de total sigilo da sua identidade.

Atenciosamente,

---

Pesquisador (a)

---

Coordenadora  
Klaudia Perdigão

ITEC/ICSA/NTPC - Universidade Federal do Pará  
Rua Augusto Corrêa, 1, Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, Guamá, CEP: 66075-110  
Fone: 3201-7716 (PPGSS/ICSA) 32018686 (PPGAU/ITEC)

### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que fui esclarecido sobre o objetivo da pesquisa, assim como sobre a possibilidade de retirar minha participação se assim eu desejar, sem que haja prejuízos para minha pessoa. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com a coleta de dados para análise.

Belém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA) - Complexo de Sala de Aula/ICS - Sala 13 - Campus Universitário, nº 01, Guamá. CEP: 66.075-110 - Belém-Pará. Tel: 3201-7735 E-mail: cepccs@ufpa.br

## ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.

UFPA - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** REMANEJAMENTO URBANO E POLITICA HABITACIONAL: MUDANÇAS NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE RIACHO DOCE

**Pesquisador:** EUCICLEIA DIAS DA COSTA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 66075616.2.0000.0018

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.173.211

**Apresentação do Projeto:**

O presente estudo propõe investigar as mudanças ocorridas no cotidiano das famílias remanejadas pelo projeto Riacho Doce- Belém. Pretende-se investigar 20 famílias que corresponde a 36% do universo de famílias que foram remanejadas no ano de 2014 das quadras 19 e 20 da comunidade Riacho Doce. Diante disso, a presente pesquisa buscará investigar as mudanças que o remanejamento está causando no cotidiano dessas famílias, particularmente as que estão recebendo o auxílio moradia. Para o alcance dos objetivos a coleta de dados terá como instrumental metodológico a pesquisa bibliográfica, documental, bem como a pesquisa de campo com aplicação de questionários, estudo de casos múltiplos e outros.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Investigar os efeitos do remanejamento no cotidiano das famílias atendidas com o auxílio moradia no projeto Riacho Doce.

**Objetivo Secundário:**

Conhecer quais as formas de apropriação e uso da habitação pelas famílias; Identificar quais as mudanças nas rotinas familiares com o deslocamento; Verificar os impactos do remanejamento na renda familiar; Contribuir com a produção de conhecimento científico na discussão sobre

**Endereço:** Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.

**Bairro:** Campus Universitário do Guamá

**CEP:** 66.075-110

**UF:** PA

**Município:** BELEM

**Telefone:** (91)3201-7735

**Fax:** (91)3201-8028

**E-mail:** cepccs@ufpa.br